

REVISTA DO Exército Brasileiro

100 anos
Missão Militar
Francesa no Brasil



Vol. 155 – 2º quadrimestre de 2019 – Edição Especial



A introdução do Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro pela Missão Militar Francesa p.16

Mauro B. G. Secco

A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo p.51

Sandra Helena Linhares

A introdução das táticas aéreas no EB pela Missão Militar Francesa no Brasil p.79

Antônio Geraldo Rodrigues e Antônio Carlos Nascimento Barbosa

Editorial

REVISTA DO Exército Brasileiro

Vol. 155 – 1º quadrimestre de 2019 – Revista oficial do Exército Brasileiro

“Centenário da Missão Militar Francesa no Brasil, 1919/1940: vetor de profissionalização em nosso Exército.” A frase, autoexplicativa, é estampada em todos os documentos oficiais da Força, no corrente ano. Ela indica a amplitude e a relevância do trabalho que, por vinte anos, militares selecionados, altamente especializados, de uma das maiores potências da época e proprietária de uma História riquíssima, aqui desenvolveram.

O evento, a contratação de uma equipe que viesse ensinar, corrigir, orientar e modernizar nossa instituição militar terrestre, por si só, já é significativo. Ocorrendo num período de transformações, como era o mundo do início do século passado, tem acrescida sua magnitude. E, finalmente, os intensos e preciosos legados, que até hoje perduram, o fazem merecedor de todas as reverências nestes 100 anos decorridos de seu início.

Neste contexto, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), órgão integrante da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), cumprindo com os objetivos para os quais foi criado, conduziu sua Jornada de Estudos de História Militar focando o tema. Nela, se ampliaram os conhecimentos sobre a MMFB, um marco expressivo na evolução da doutrina, organização e funcionamento do nosso Exército. Esta edição da REB traz os principais frutos desta frondosa árvore.

Em *A formação dos Sargentos no Exército Brasileiro no contexto da Missão Militar Francesa*, vemos os aspectos nos quais a MMFB impactou diretamente para a profissionalização

da carreira deste segmento. Analisada a situação anterior, conheceremos as influências exercidas e as alterações ocorridas nas duas décadas em que vigorou o contrato da missão.

A atividade militar exige capacidade física do combatente. Anteriormente, certos exercícios, como esgrima, equitação e caça, bastavam para que o soldado pudesse enfrentar as batalhas. Contudo, havia necessidade de se introduzirem métodos científicos e treinamentos específicos, que propiciassem a necessária capacitação para os novos tempos. *A introdução do Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro pela Missão Militar Francesa* nos ilustra estas providências e sua efetividade.

Outro setor que recebeu especial atenção foi o preparo dos oficiais nas etapas intermediárias da carreira, os capitães, comandantes de subunidades. Havia necessidade de um aprimoramento profissional, ampliando os conhecimentos iniciais e as experiências nos postos subalternos. Isto ocorreu com a criação de uma escola destinada a tal classe de profissionais. Podemos apreciar sua essência em *A Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil: influência e consequências para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais*.

Num Exército essencialmente hipomóvel, era imprescindível o domínio das técnicas de bom uso do cavalo, que, por séculos, foi importante parceiro nas lides castrenses. Além de força de tração e meio de transporte, aquele animal era valedouro instrumento de combate. Em *A Missão Militar Francesa e a equitação no Brasil*, temos um retrato da implementação desta arte em nosso meio.

Ainda antes da vinda da MMFB para o Exército, o Estado de São Paulo já havia contratado serviços semelhantes, destinados ao aperfeiçoamento de suas tropas policiais. *A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo: inovações institucionais e a capacitação profissional implementada ao efetivo policial-militar* nos mostra como funcionou aquela que seria uma das inspirações para a escolha da França como fonte de conhecimentos.

E se o aprimoramento intermediário dos oficiais era relevante, igualmente a formação básica o era. Percebendo a necessidade de

modernização para fazer frente às novas exigências do ambiente bélico mundial, o Exército realizara reformas, em 1910, com o envio à Europa de pequenos grupos de militares para estágios. Resultados bons, mas insuficientes, levaram à inserção de melhorias no ensino propiciado aos jovens que iniciavam a carreira. O artigo *Missão Militar Francesa de Instrução na Escola Militar* relata esta importante atuação.

Da mesma forma, a atividade aérea, que, desde o final da 1ª Guerra, já recebia atenção de franceses aqui em nosso país, com missão específica, formando nossos aviadores, avultou de importância. Tais assuntos foram, então, englobados na recente contratação. *A introdução das táticas aéreas no EB pela Missão Militar Francesa no Brasil* esclarece detalhes e relata ocorrências neste setor.

Sucede, é bom ressaltar, que nenhuma força militar consegue atuar eficazmente sem receber apoio em meios, transporte e serviços. Este é o papel principal da Intendência, supridora de energias vitais para os combatentes. *A Escola de Intendência: um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro* exhibe os ingentes trabalhos desenvolvidos na formação de nossa “Rainha da Logística”, que em 2020 completa o centenário de sua criação.

Finalmente, ressaltamos a base de qualquer força de terra, aquela que cumpre os papéis indelegáveis de conquistar, manter e defender. Nosso Exército teve sua Infantaria reformulada, absorvendo novas técnicas, métodos e princípios de atuação. *A vinda da Missão Militar Francesa para o Brasil: e suas influências na doutrina da Arma de Infantaria do Exército* relata os trabalhos dos franceses que permitiram à “Rainha das Armas” atingir elevado grau de evolução. Cabe sublinhar que este artigo, de autoria de três alunos do Colégio Militar de Santa Maria, destacou-se entre os inúmeros valorosos trabalhos que participaram do concurso literário sobre a MMFB, conduzido multidisciplinarmente por professores do Sistema Colégio Militar do Brasil.

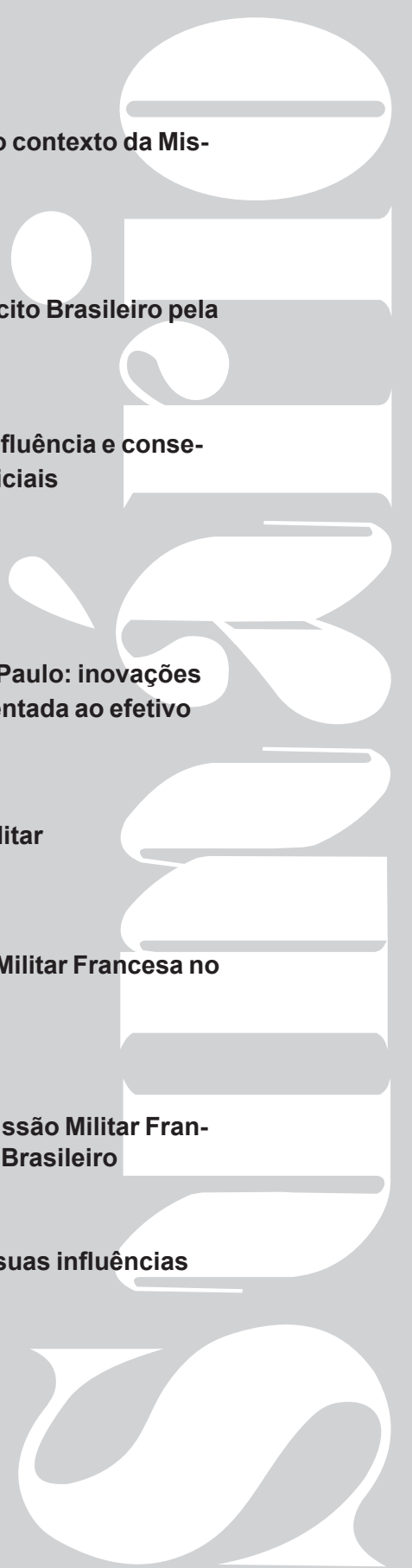
Os ensinamentos trazidos formam sólido trampolim para o preparo daqueles que têm, como principal função, a defesa da Pátria. As experiências moldaram pensamentos, ordenaram processos administrativos e alicerçaram adestramentos táticos e estratégicos.

Com tal suporte técnico, pudemos, quando envolvidos que fomos na 2ª Guerra Mundial, nos adaptar às novas tecnologias e formas de combater, na doutrina norte-americana, nação a cujas forças fomos agregados, naquele que foi o maior conflito armado da história da humanidade.

Na sequência, nossos chefes prosseguiram a condução dos destinos da Força rumo a um pensamento genuinamente nacional. Com isso, temos hoje uma doutrina autóctone, perfeitamente adaptada às nossas necessidades, peculiaridades e dimensões. E, também, em constante aprimoramento.

Na atualidade, coletamos frutos de uma fértil seara, que completa o centenário da primeira semeadura.

Boa leitura!

- 
- 7 A formação dos sargentos no Exército Brasileiro no contexto da Missão Militar Francesa**
Gustavo de Freitas Araújo
Ramon Vilas Boas Ferreira
- 17 A introdução do Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro pela Missão Militar Francesa**
Mauro B. G. Secco
- 31 A Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil: influência e consequências para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais**
Ângelo Luís Tomé de Senna
- 40 A Missão Militar Francesa e a equitação no Brasil**
José Alberto Leal
- 52 A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo: inovações institucionais e a capacitação profissional implementada ao efetivo policial-militar**
Sandra Helena Linhares
- 63 Missão Militar Francesa de Instrução na Escola Militar**
Durland Puppim de Faria
Carlos Roberto Peres
- 80 A introdução das táticas aéreas no EB pela Missão Militar Francesa no Brasil**
Antônio Geraldo Rodrigues
Antônio Carlos Nascimento Barbosa
- 96 A Escola de Intendência: um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro**
Ernesto Isaacodette Dutra Pereira Batista Lopes
- 110 A vinda da Missão Militar Francesa para o Brasil: e suas influências na doutrina da Arma de Infantaria do Exército**
Alexandre Sauzem do Amaral
Pedro Henrique Meurer Pinto
Gustavo Kormann Berger

A formação dos sargentos no Exército Brasileiro no contexto da Missão Militar Francesa

*Gustavo de Freitas Araújo**

*Ramon Vilas Boas Ferreira***

Introdução

Do período de 1919 até 1940, os integrantes da Missão Militar Francesa (MMF) conduziram o processo de modernização do Exército Brasileiro, consolidando as reformas iniciadas na Força durante as duas primeiras décadas do século XX. Para o Brasil, este foi um período histórico de grande importância para a maturação da nossa jovem República.

Nesse sentido, o Exército, como principal instituição nacional da época, necessitou transformar-se para poder cumprir com suas atribuições legais e adaptar-se aos novos tempos. Curiosamente, a longa vigência do contrato celebrado entre as duas nações é situada entre o término da I Guerra Mundial e o início do segundo conflito de escala global, representando, simbolicamente, a transição uma mentalidade antiga, cujos quadros militares eram despreparados e marginalizados, características da República Velha, para a

progressiva profissionalização da Instituição.

O presente trabalho visa a analisar os aspectos nos quais a MMF impactou diretamente para a profissionalização da carreira do quadro de sargentos do Exército Brasileiro. Para tanto, está estruturado da seguinte maneira:

A pesquisa inicia trazendo um panorama da situação do Exército do início do séc. XX até a década de 1930. Em um segundo momento, analisam-se as condições de vida e de trabalho dos sargentos no período anterior à vinda da missão. Na sequência, trazem-se as principais influências que a MMF provocou para a classe e, na última parte, é abordado o quadro social dos graduados nas duas décadas em que vigorou o contrato da missão.

O Exército no alvorecer do novo século

No final do séc. XIX e nas duas primeiras décadas do séc. XX, o Exército Brasileiro foi marcado pela ideia premente da renova-

* Cap Inf (AMAN/12), especialista em Emprego das Comunicações (EsCom/17), em História Militar (Unisul/17), História e Cultura Afro-Brasileira (Unopar/18). É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

** 1º Sgt do Exército Brasileiro (EsSA/03, EASA/14), formando em História (UEPG), pós-graduando em Filosofia (UFPel). É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Clube História EASA.

ção. Mais do que uma simples mudança de mentalidade, esse processo foi resultado das dolorosas experiências obtidas nas campanhas de Canudos e do Contestado e fizeram com que a profissionalização dos quadros da Força Terrestre fosse posta em lugar de destaque.

De acordo com McCann, desde 1900, Mallet observou que a campanha de Canudos nos havia mostrado que o Exército precisava ministrar mais e melhor os treinamentos de tiro ao alvo e olhar com mais atenção a instrução e disciplina, acentuou a necessidade das Escolas Práticas (experiência prática em campo), que dava a oficiais, graduados e soldados oportunidades de cometer e corrigir erros em exercícios de manobras. Entretanto, mudanças significativas foram levadas a fio a partir do ano de 1906, quando o marechal Hermes da Fonseca assumiu a pasta do Ministério da Guerra. Posteriormente, como presidente da República, continuou com as mudanças já iniciadas. Essas transformações pelas quais passou a Força ficaram conhecidas como “Reforma Hermes”.

Dentro desse contexto, foram enviadas levadas de oficiais para estagiar no Exército Alemão, nos anos de 1906, 1908 e 1910. Esse contingente, que recebeu a alcunha de “Jovens Turcos”, foi quem efetivamente iniciou o processo de modernização e profissionalização do Exército.

Dentre algumas das mudanças ocorridas no período, destacam-se a realização dos primeiros exercícios de manobra, no campo de instrução em Santa Cruz (RJ); a criação das primeiras brigadas, a instituição do serviço militar obrigatório, a aquisição de armamentos e a fundação da revista A Defesa Nacional.

Desde os primeiros anos do séc. XX, falava-se da possibilidade da contratação de missão militar estrangeira, com o objetivo de instruir o Exército nas técnicas correntes de guerra, somado à compra de material bélico moderno, sendo este assunto amplamente debatido nas esferas governamentais e militares. O Decreto nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, por exemplo, autorizou ao Governo a contratar missão de oficiais estrangeiros para a instrução do Exército (Art. 54, letra “c”).

Inicialmente, devido à influência germânica, pensou-se na vinda de uma missão alemã; no entanto, a declaração de guerra do Brasil contra o Império da Alemanha impossibilitou que tal intento se concretizasse. Paralelamente a isso, a participação de militares brasileiros junto ao Exército Francês durante a I Guerra Mundial, aliado à vitória do Exército francês frente à Alemanha, e o paradigma da superioridade da cultura gaulesa fizeram com que, ainda no final do ano de 1918, a França fosse o país com maior probabilidade para a assinatura de um acordo de cooperação militar. Desse modo, o Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, formalizou a aproximação entre os dois países, permitindo a realização de um acordo militar com a França a fim de iniciar a instrução na Força Terrestre. Para tanto, a missão seria composta de tantos oficiais quanto o Ministério da Guerra julgasse necessário e autorizava o empenho do crédito necessário para o cumprimento do contrato (Art. 1º e 3º).

A situação dos sargentos

Apesar do Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892, que aprovava o regulamento da Escola de Sargentos, na prática, a

ascensão a essa graduação ocorria por intermédio de uma seleção entre os soldados tidos como melhores pelos seus superiores hierárquicos e a posterior realização de um curso de capacitação, de curta duração, na própria organização militar onde estava servindo. Desse modo, havia uma grande proximidade entre os sargentos e seus subordinados, uma vez que as promoções se davam no âmbito da própria unidade, o que tornava inevitável a manutenção de laços afetivos com os demais companheiros.

O treinamento da classe era precário, e seus direitos eram extremamente limitados. Muitos possuíam pouca escolaridade e tinham reputação ruim. O perfil desse profissional era reflexo das precárias condições de operacionalidade, comuns em todos os quartéis. A questão disciplinar não era diferente. Não eram raros os motins e as conspirações, como a rebelião de sargentos ocorrida no ano de 1915, quando, ao final do movimento, 256 graduados envolvidos em questões de insubordinação e anarquia foram presos e mandados à força pelo Governo para locais inóspitos do norte do país (MCCAN, 2009).

Embora houvesse resistência à renovação do Exército pelos oficiais superiores mais conservadores, esta oficialidade jovem angariou o apoio de um setor da cúpula, como os generais José Caetano de Faria, Antônio Geraldo de Souza Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso e Cardoso de Aguiar. A conjugação de seus esforços às iniciativas dos generais citados criou as condições no Exército para instituir-se uma Missão Indígena. Deu resultado e, posteriormente (1917), impulsionou os dirigentes do Exército a adotarem duas medidas visando à modernização da instrução militar referente aos sargentos, quando foi

criado o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, servindo, inicialmente, para a formação dos sargentos instrutores dos tiros de guerra, devido à grande necessidade de enviar ao território nacional mão de obra qualificada, devido à falta de oficiais de baixa patente que atuassem como instrutores para os tiros, os quais configuravam-se como um modo legal de safar-se do ano de serviço militar obrigatório. McCann (2009) menciona que, como seria de se esperar, os tiros de guerra cresceram extraordinariamente entre 1916 e 1920 e que os brasileiros continuavam a mostrar uma rebeldia visceral à carreira de praças. A atuação da Missão Indígena foi significativa, principalmente no período 1919-1922, antes de serem colhidos os resultados da Missão Francesa. Esta Escola, por exemplo, mais tarde se tornaria a Escola de Sargentos de Infantaria (ESI).

Os sargentos sob a influência da Missão Militar Francesa

A instrução

Os franceses começam a penetrar no ensino propriamente dito, após a reforma de 1924, quando um dos membros da MMF assume o cargo de subdiretor do Ensino Militar. Na Escola Militar, os primeiros dois anos são comuns a todos os alunos e, no ano seguinte, é realizado um curso especial, de acordo com a escolha da arma.

Já em 1925, Coffec, general chefe da MMF, defende a importância da educação física na instrução militar para a formação de corpos aptos a vencerem as dificuldades de terreno e de clima. Sugere que essa disciplina seja desenvolvida em todas as escolas.

O decreto nº 5.632 de 31.12.1928, tratou do ensino militar. Sob influência franca, a instrução primária dividiu-se em: elementar, para soldados analfabetos em escolas regimentadas; elementar e profissional, para os corpos de tropa e especialistas de profissões elementares, como operários; e complementar, ministrado nas escolas de sargentos, para os sargentos infantres, artilheiros, cavaleiros, entre outros. A instrução secundária comporta o ginásio, nos colégios militares, e o profissional, no curso preparatório da Escola Militar, destinado a civis e a sargentos que desejassem ser oficiais.

A prioridade da Missão Militar Francesa foi em relação às escolas militares, voltando as instruções para a parte prática. Nesse intento, a educação no Exército passou por uma grande renovação, com a criação de diversos estabelecimentos de ensino, tais como a Escola de Estado-Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Veterinária, entre outras. O objetivo principal era aumentar o nível da formação, do aperfeiçoamento e dos vários cursos de especialização realizados por seus quadros.

Deve-se em grande parte aos franceses o desenvolvimento da mentalidade de que a carreira das armas seria um processo contínuo de aprendizagem, emergindo uma nova cultura na caserna. Adriana Bellintani (2009) observou que:

O aluno é obrigado a raciocinar para aprender, tendo que encontrar um fundamento e uma função prática no ensino teórico. Toda teoria destina-se à aplicação real; é o caso concreto que visa a desenvolver a mentalidade tática e a ação militar. (p. 305)

Bellintani (2009) atenta ainda que, àquele período, todo o corpo profissional do Exército, passando dos altos postos até os graduados, precisou se adaptar ao novo método implementado pelos missionários franceses. Esse método, de forte influência cartesiana, exigia dos instruídos passarem grandes períodos de estudo para a realização de complexas provas teóricas e práticas.

Nesse contexto de reformas, ocorreram medidas que impactaram diretamente a profissionalização dos graduados, como o fortalecimento do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, transformado anos depois em Escola de Sargentos de Infantaria (ESI). Esses alunos, ao término do curso, iriam servir como instrutores dos recém-criados tiros de guerra, que eram pequenas unidades, localizadas nos municípios de maior dificuldade para o serviço militar obrigatório. (ZIMMERMANN, 2013).

Essa nova forma de pensar relativa às atribuições concernentes aos sargentos significou o início de uma importante mudança, tendo em vista que representou o primeiro passo em direção a uma efetiva melhora na qualidade da formação desse segmento. Nesses casos, o sargento deixava de ser um simples monitor ou auxiliar dos oficiais, para ser, ele mesmo, o responsável pela preparação e condução da instrução militar.

A Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) foi uma importante instituição de ensino militar, com sua história iniciada em 10 de janeiro de 1920, por força da Lei Nº 4.02877, quando o ministro da Guerra transforma o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos em Escola de Sargentos de Infantaria, cuja finalidade era a de formar sargentos instrutores para atender a demanda das linhas de tiro, tiros de guerra e escolas de instrução militar, a fim de suprir algumas demandas:

Art. 13. O Governo nomeará instructores das linhas de tiro dentre os officiaes da reserva da 1ª linha e officiaes da 2ª linha, de reconhecida idoneidade profissional, principalmente quando oriundos do professorado primario, arbitrando-lhes gratificação que será fixada em lei orçamentaria, transformando o curso de aperfeiçoamento dos sargentos em escola de sargentos para os cargos de tropa, sem augmento de despeza. (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Nessa escola, eram formados e treinados sargentos para exercerem algumas funções de comando até então exclusivas dos oficiais. Sua preparação visava à formação do sargento, aproximando-o das condições inerentes à qualificação de um oficial, notadamente um profissional de uma posição social e profissional acima do que seria esperado de um sargento. Entenda-se, com isso, que tais sargentos podiam assumir a função de comandante de pelotão, direção e responsabilidades em missões de instrutor/professor que, em muitas oportunidades, os mantinham destacados de seus aquartelamentos, representando sua corporação em condições de exigência comportamental irretocável (PINTO, 2015). Ao desenvolver este perfil profissiográfico, o Exército idealizava atender — e mesmo assim não logrou — as demandas das várias organizações que o procuravam para a expansão da educação militar. Genivaldo Pinto nos afirma que esta foi uma tentativa de se mostrar à altura dessa expansão, disponibilizando profissionais capazes, competentes e confiáveis para o mercado educacional. O primeiro curso de

sargentos funcionou em 1920 e teve seu regulamento aprovado pelo Decreto Nº 14.331, de 27 de agosto do mesmo ano, no qual consta inclusive uma prova de admissão. Dentro da rotina escolar, constavam instruções típicas de um curso de infantaria, com duração de 12 meses. Estava incluída a prática dos exercícios de combate, da ginástica, do tiro e todas as demais instruções que, além de torná-los qualificados profissionais, tinham a preocupação de proporcionar-lhes a compreensão da importância do “aprender para ensinar”, habilitando-os, ainda, a servir em companhias de infantaria e de metralhadoras.

Referente à documentação curricular que baliza a formação destes militares, era composta dos perfis profissiográficos, dos planos de disciplinas (PLADIS), que estabelecem o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que serão desenvolvidos nos cursos. Pinto (2015), mais uma vez, nos elucida que os sargentos tinham, portanto, o dever de serem instruídos a comportarem-se como instrutores, como comandantes. Posto dessa forma, deveriam ter condições de agir com independência e autonomia, com as mesmas responsabilidades até então dispensadas somente aos oficiais, porque estariam servindo como instrutores e únicos militares, tendo, em muitas oportunidades, que reportarem-se a autoridades locais. Ao fim do curso, dentre os aprovados, seriam promovidos a 2º Sgt os alunos com grau 8,0 ou mais, e promovidos a 3º Sgt os demais, uma herança ainda aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas atualmente, onde, para ser instrutor de tiro de guerra, também se deve obter grau de no mínimo 8,0 no Curso de Aperfeiçoamento. Mesmo entre os aprovados, havia, junto à nota final, a indicação de “apto para instrutor” ou “insuficiente para instrutor”.

Portanto, os aprovados nas condições de insuficiência poderiam, mais tarde, aprimorando-se, recuperar as condições de aptidão ao cargo de instrutor.

A nova forma de pensar colocava os sargentos como instrutores, substituindo os oficiais em algumas atribuições. No período em que vigorou a Missão Militar Francesa, o Exército começou a se preocupar com a melhoria da qualidade da formação de seus graduados, passando a contar com profissionais mais qualificados, intelectualizados e disciplinados. Foi o início da mudança de filosofia, com elevação da prioridade dada pela Força com relação ao grupo.

Outro exemplo da profissionalização dos sargentos facilitada pela equipe francesa foi a criação do Centro de Instrução de Transmissões. A instalação completa deste Centro foi concluída em dezembro de 1926, e ele passou a funcionar normalmente em 1927. O curso de transmissões voltava-se para sargentos radiotelegrafistas e para oficiais, no qual os alunos recebiam instrução tática e técnica. O objetivo era o fornecimento de noções indispensáveis sobre o sistema de transmissões e a criação de instrutores telegrafistas, voltados para área de comunicação. Tinha duração de vinte dias para os oficiais da infantaria, cavalaria e artilharia e de três meses para os graduados.

Merece destaque também a criação de uma Escola de Aviação, sediada no Campo dos Afonsos, chefiada pelos franceses. À época da introdução do meio aéreo no Exército, era permitido aos sargentos realizarem os cursos de mecânico, de observador e de piloto, habilitando-os, inclusive, para atuarem no meio civil. Com o advento da Arma de Aviação, ocorrido em 1927, havia um número de 79 entre tenentes e suboficiais nessa especia-

lidade (BELLINTANI, 2009). A aquisição de materiais de emprego bélico novos, modernos e com elevado valor exigiu capacitação técnica específica de seus operadores. Desse modo, naturalmente mostrou-se necessário que a qualificação desses militares se revestisse de um profissionalismo que até aquele momento era praticamente inexistente e pouco eficaz.

Um indicativo de que a implantação dessa cultura de permanente formação profissional estava ocorrendo nos vários escalões do Exército pode ser percebido no Art. 36 do Plano Geral de Ensino Militar, do ano de 1933, que dizia:

No exercício das funções de oficiais e praças, a especialização constitui um princípio ou norma a respeitar sempre. Assim, para o desempenho das funções inerentes a cada uma das especialidades, só na falta absoluta de possuidores de um dos cursos de especializados, poderá ser aceitável, a título temporário, a designação de militares que não possuam tais requisitos. (BRASIL, 1933)

O preparo e emprego

Existia a possibilidade de as sociedades de tiro submeterem à matrícula, na Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), um sócio seu, com o objetivo de tê-lo, depois de formado, como seu instrutor, o que certamente traria maior autonomia pedagógica. O mesmo poderia ser feito para os graduados das polícias que fossem forças auxiliares do Exército.

Nos dois casos, estes matriculados eram submetidos aos mesmos rigores e exigências avaliativas; entretanto, ao final do curso, não era estabelecido nenhum vínculo profissional com o Exército.

O Ministério da Guerra, com essa medida, promovia a formação de especialistas de

confiança — melhorando, nesse segmento, o perfil de seus profissionais — e aproveitava para contribuir para a expansão da presença da cultura militar, haja vista que, aonde esses profissionais fossem, certamente seriam multiplicadores, seriam instrutores para outros alunos, conforme o modelo de sua formação.

Antes da criação da ESI, o Ministério tentou, em 21 de novembro de 1917, por meio do Decreto Nº 12.718, em que criava o quadro de sargentos instrutores, satisfazer a demanda das mesmas instituições de ensino militar por instrutores. No texto dessa lei, havia a possibilidade de ascensão na carreira aos terceiros-sargentos, podendo chegar à patente de primeiro-sargento em pouquíssimo tempo.

Diante desse decreto e da criação da ESI, são manifestos os esforços aquém das necessidades verificadas, frente à resposta positiva da sociedade civil, em atender à meta desafiadora do Ministério da Guerra no preparo de uma grande reserva militar. Posto isso, em 1921, este mesmo Ministério autorizou a contratação de um professor de jogos de defesa corporal aplicados à esgrima de baioneta, como forma de aperfeiçoar a ofensiva no combate corpo a corpo para a ESI.

Para além das contribuições relativas ao ensino, a MMF agregou para a Doutrina Militar a consciência da importância dos grupos de combate (GC), fração que representa o menor núcleo de valor combativo de uma tropa. As mudanças das características dos campos de batalha fizeram com que o ambiente operacional se tornasse mais dinâmico, o que gerou a necessidade do exercício da ação de comando inclusive nos escalões inferiores. E à frente de cada um desses pequenos grupos estava a figura do sargento. Para tanto, era necessário que estivesse preparado para desem-

penhar de modo satisfatório suas atribuições.

O final da I Guerra presenciou o surgimento de uma nova máquina de guerra: os carros de combate. Os franceses rapidamente criaram uma doutrina de emprego para os “tanques”, que, por sua vez, chegaram ao Brasil com os primeiros modelos Renault. Duas das principais características que as operações com os blindados possibilitaram foram a flexibilidade e a mobilidade. Desse modo, ganharam destaque operações descentralizadas, que, em muitas das vezes, tinham no comando de algum dos carros o sargento. Nesse intento, ele precisaria possuir a consciência situacional para cumprir suas missões balizadas pela intenção do seu comandante (SANTOS, 2011).

A disciplina e o moral

Tentou-se melhorar os níveis de disciplina das praças com a edição do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no qual era apresentada uma relação contendo todas as transgressões, e o Regulamento de Interno e dos Serviços Gerais (RISG), onde estavam previstas, entre outras normas, as atribuições específicas dos graduados. A instituição do Dia do Soldado, 25 de agosto, na data do nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, veio para reforçar a ideia da importância de um grupo coeso e motivado, surtindo um efeito de estímulo para a tropa.

Conforme afirma McCann (2009), grande parte dos graduados vivia aquartelada nas precárias instalações disponíveis nas organizações militares espalhadas pelo país. No intuito de fornecer alojamentos mais dignos para a tropa bem como de obter áreas mais amplas para os treinamentos, na década de 1920, na gestão

de Calógeras como ministro da Guerra, dá-se início a um grande programa de construção de quartéis. Ao todo, foram construídas 61 novas unidades, além de mais de 40 que foram reformadas. Os novos prédios eram modernos, com uma estrutura imponente, situados em áreas importantes das cidades e certamente possibilitavam um conforto às praças muito maior do que em relação aos antigos.

Nesse período, foram construídas, também, diversas vilas militares, nas fronteiras sul e oeste do Brasil bem como no Rio de Janeiro. Vários dos sargentos que possuíam encargos com família puderam ser amparados com as moradias possibilitadas pelos próprios nacionais residenciais.

O quadro social dos graduados durante as décadas de 1920 e 1930

Se, por um lado, as mudanças educacionais na classe dos sargentos foram consistentes, no campo social, houve apenas discretas melhoras no período em que vigorou o contrato da Missão Militar Francesa. Antes, os sargentos não possuíam garantia de estabilidade e iam prestando o serviço militar por períodos sucessivos, mediante engajamento e reengajamento. Uma vitória importante foi o fato de terem conseguido o direito à estabilidade na carreira, sem a necessidade de renovação anual do contrato após completarem dez anos de serviço, garantindo a eles e a seus dependentes econômicos uma segurança mínima (ALVES, 2015).

Outro aspecto relevante foi a promoção por bravura em combate de diversos sargentos ao posto de segundo-tenente, após a significativa participação na Revolução de 1930. É oportuno observar que o presidente que assumiu o poder após a deposição de Washington Luís foi o gaúcho Getúlio Vargas. Vargas pertencera às fileiras do Exército por um período de cinco

anos, alcançando a graduação de sargento.

Zimmermann (2013) salienta o fato de, também na década de 1930, especificamente no ano de 1933, ter ocorrido a criação da graduação de subtenente, até então inexistente na Força. Como observa Alves (2015), para a escolha dos promovidos, um dos critérios era a realização de um curso de aperfeiçoamento.

A evolução de uma política específica voltada para a carreira dos Sargentos, porém, foi profundamente abalada devido ao envolvimento de muitos no movimento da Intentona Comunista, ocorrido em novembro de 1935, em diferentes guarnições do país. Desse modo, conforme Zimmermann (2013),

O fato não foi considerado pela cúpula militar somente como mais um entre os diversos levantes ocorridos. A participação ativa de vários sargentos e as comprovadas ligações do episódio com o movimento comunista internacional convenceram a oficialidade a tomar atitudes enérgicas no campo disciplinar.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa, pode-se afirmar que, certamente, o clima de desconfiança da alta oficialidade para com os sargentos após o episódio bem como o crescente pensamento anticomunista que se instalava na Força foram os principais responsáveis pela regressão das melhorias sociais e profissionais conquistadas pela classe.

A falta de uma consciência nacional por parte das praças, de acordo com Frank McCann (2009), era devida em grande parte à ausência de campos de treinamento centralizados, nos quais os instruendos receberiam uma instrução padronizada, capaz de incutir nos seus alunos os princípios e valores julgados pela Força

como indispensáveis. Sem isso, haveria o risco permanente de esses militares serem atraídos por segmentos subversivos da sociedade, como o levante comunista de 1935, já comentado.

Zimmermann (2013) aborda essa questão da seguinte maneira:

[...] os principais objetivos institucionais estavam na obtenção de uma uniformidade de pensamento [...] O principal instrumento a ser utilizado para essa padronização ideológica foram as escolas militares. O investimento na melhor formação passou a ser quase uma obsessão por parte do Exército. (p. 2)

Esse problema, contudo, só seria solucionado de modo mais consistente com a criação de uma escola exclusivamente voltada para os sargentos, o que ocorreu apenas em 1945, com a Escola de Sargentos das Armas.

Conclusão

A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro foi um marco importante no caminho da profissionalização dos quadros da Força Terrestre. Durante cerca de vinte anos, foram estabelecidos elevados padrões de treinamento, adquiriram-se modernos equipamentos e novas instalações foram construídas, visando a possibilitar melhores condições para a tropa.

A precária condição existente nos quartéis demonstra a baixa prioridade que os governos davam para as Forças Armadas. A percepção da necessidade de se convidar uma missão estrangeira para instrução militar revelava aos olhos das demais nações o estado calamitoso em que se encontrava o Exército.

Em relação aos sargentos, conforme abordado, houve mudanças e significativas melhorias na parte profissional durante o período tratado. No entanto, a inexistência de uma escola de formação que centralizasse as instruções e os conhecimentos militares a serem incorporados pelos graduados limitou esse avanço.

De igual modo, o progresso técnico e intelectual das praças restringiu-se a uma elite e não correspondeu proporcionalmente a avanços sociais para a categoria. Desse modo, ainda fizemos face a alguns motins e conspirações por integrantes desta classe, o que fez com que se mantivesse o clima de desconfiança dos oficiais, que por vezes intimidaram a promoção de mais autonomia.

No momento em que se comemora o centenário da parceria militar firmada entre o Brasil e a França, é mister olhar para o passado na busca por adquirir os importantes ensinamentos que a História Militar pode proporcionar. Os avanços obtidos com os missionários franceses possibilitaram a formação de uma nova mentalidade no Exército e marcaram o primeiro passo para a real profissionalização dos sargentos, afastando a alcunha de “praças de pré” dada somente àqueles que não exerciam a profissão militar de ofício. Dentro desse contexto, o quadro de sargentos não ficou alheio ao processo de renovação que contagiou a Força. Suas carreiras vivenciaram marcantes progressos. No entanto, o perfil do sargento, após o período, estava muito mais próximo do ideal de profissionalismo desejado do que aquele quando do início da missão, em 1919, e buscamos aqui dar notoriedade a uma história pouco contada. **REB**

Referências

- ALVES, Paulo Sérgio Felipe (Org.). **Das origens do Sargento ao seu aperfeiçoamento nos dias atuais**. Cruz Alta: Fundação Trompowski, 2015.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1199-31-dezembro-1892-522399-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3674-7-janeiro-1919-570619-publicacaooriginal-93752-pl.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 3.741 de 28 de maio de 1919. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3741-28-maio-1919-571040-publicacaooriginal-94146-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 22.350, de 12 de janeiro de 1933. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-publicacaooriginal-79753-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- FILHO, Jayme de Araújo Bastos. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.
- MACCAN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- MALAN, Carlos José Sampaio. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2018.
- NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PINTO, Genivaldo Gonçalves. **Manifestações da Cultura Militar no espaço educacional brasileiro na primeira república: o Contexto de Pelotas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2015.
- SANTOS, Carlos Alexandre Giovanini dos. **Blindados, 95 anos de História**. Disponível em: <www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Blindados95.pdf>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- ZIMMERMANN, Lausimar Jose. **Sargentos de 1964: como a disciplina superou a política**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A introdução do Treinamento Físico Militar no Exército Brasileiro pela Missão Militar Francesa

Mauro B. G. Secco*

Antecedentes históricos

A organização da Força Terrestre brasileira nos períodos Colonial e Imperial, para cumprir suas missões ao longo de todo o século XVII e até o final do século XIX, seguiu o modelo do Exército Português, em três linhas: 1ª linha – Tropas Pagas, 2ª linha – Tropas Auxiliares (designadas “milícias” a partir do final do século XVIII) e 3ª linha – Ordenanças (WEHLING, 1994). Apesar de se verificar que, sob a liderança de D. Afonso Henriques, “O Conquistador” (1109-1185), a capacidade física e moral demonstrada pelos portugueses, para conquistar território aos mouros instalados na Península Ibérica e tornar o país independente, baseava-se em uma preparação física com exercícios específicos, entre os quais a esgrima, a equitação e a caça, para que pudessem fazer face às exigências físicas a que estavam sujeitos durante as batalhas (MARTINS PINTO, 2013), e que foi mantida até o século XVIII, esta condição não foi sistematizada no Exército do Brasil Colônia.

Na Europa, somente a partir do final do século XVIII, a preparação física adequada do soldado começou a tomar forma, quando, sob a inspiração das ideias iluministas da época, estavam em pleno desenvolvimento vários métodos ginásticos e de preparação física, com destaque para aqueles que viriam a influenciar diretamente o treinamento físico do soldado brasileiro: Pehr Henrik Ling (1776-1839), considerado precursor da Educação Física Moderna, criou o Método Sueco de Ginástica, dividida em Pedagógica, Médica, Militar e Estética; e Friedrich Ludwig Christoph Jahn (1778-1852), que foi o criador do Método Alemão de Ginástica (Gymnastik), a “ginástica patriótica”, também com aplicações militares (SIGOLI e DE ROSE, 2004, in NOBREGA & SECCO, 2016).

A partir de 1817, com a chegada ao Brasil da imperatriz Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, acompanhada de sua guarda pessoal, formada por um pequeno grupo de soldados austríacos, praticantes de exercícios de Gymnastica, os soldados brasileiros passaram gradativamente a adotá-los, entretanto, sem

* Cel Art R/1 (AMAN/80, EsAO/91), instrutor de Educação Física (EsEFEx/85), pós-graduado em Psicologia Desportiva (UGF/89) e em Ciência do Treinamento Desportivo de Alto Rendimento (UGF/90), assessor de Ensino, Pesquisa, Desporto e Gestão do Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João e gestor do Legado Olímpico. (maurosecco@yahoo.com.br)

qualquer normatização.

Ainda no século XIX, foram inseridas nos currículos dos cursos de formação de oficiais noções de preparação física, como descrito no Decreto nº 25, de 14 de janeiro de 1839, que dava nova organização à Academia Militar. Em seu Art. 2º, estabelecia no “Curso de Infantaria e Cavallaria” as matérias de “Equitação e Esgrima a pé e a cavallo”.

Observa-se também uma influência direta na adoção do Método Alemão de Ginástica nas escolas militares, a partir da contratação, em 1851, pelo Governo Imperial Brasileiro, da Legião Prussiana (os Brummer), para a campanha contra Oribe e Rosas na bacia Cisplatina.

Com a criação da Escola de Aplicação do Exército, em 1855, na Fortaleza de São João, como parte da Escola Militar para a instrução prática de Infantaria e Artilharia, surgem os exercícios práticos curriculares, como a natação, a esgrima, as marchas e o ataque e defesa.

O ano de 1858 foi marcado por uma grande reforma das escolas militares, com o estabelecimento oficial de aulas de esgrima, natação e equitação nos cursos de Infantaria e Cavalaria. MARINHO (1943), na sua obra

Contribuição para a história da Educação Física no Brasil: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República, faz referência a estas atividades:

Na Escola Militar da Praia Vermelha [...] a ginástica alemã já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, equitação, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca. (Marinho, 1943, p.50)

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), maior conflito armado do hemisfério sul, revelou a necessidade de reorganização do Exército, fruto do despreparo das tropas brasileiras, particularmente nos aspectos físicos e higiênicos. No ano seguinte à deflagração do conflito, um novo estabelecimento de ensino foi criado para a formação de praças, o Depósito de Aprendizes Artilheiros (BRASIL, 1865), sendo instalado na Fortaleza de São João, onde José Ferreira da Costa assumiu o cargo de instrutor de ginástica, e tendo como matérias obrigatórias a esgrima, a ginástica e a natação.

No campo científico, surge, em 1867, uma das primeiras publicações sobre a condi-



Figura 1 – Fortaleza de São João, séc. XIX

Fonte: Brasileira Fotográfica, acervo da Biblioteca Nacional, foto de Juan Gutierrez

ção física do soldado brasileiro, o livro *Estudos higienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército*, de Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1833-1892), médico militar que participou daquele conflito. Suas observações são consideradas no meio acadêmico como os primeiros estudos biofisiológicos da atividade física, com destaque para a influência do físico sobre o moral e a necessidade da colaboração médico-instrutor.

Referenciando o Método Francês de preparação física da tropa, ABREU indicou a classificação dos exercícios em elementares e de aplicação. Inezil Penna Marinho (1943) destacou o trabalho como notável e o autor como “avançado meio século em relação à época em que viveu”.

Dedicado ao conde d’Eu, que dirigiu as forças brasileiras na etapa final da Guerra do Paraguai, o livro foi escrito no auge do conflito, quando as elites médicas e políticas debatiam o perfil que deveria ter o soldado enviado às frentes de batalha. (in **Fabrican-**



Figura 2 – Ginástica Militar na École Normale Militaire de Gymnastique et d’Escrime de Joinville-le-Pont (1852-1939)

Fonte: Gallica, acervo da Biblioteca Nacional da França

do o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a Educação Física no Brasil) (SILVA & MELO, 2011)

Até o início do século XX, a influência predominante do treinamento físico no Exército era a da Ginástica Alemã. Em 1912, os “Jovens Turcos” — oficiais egressos de estágio na Alemanha — lançam uma campanha renovadora do Exército e fundam a revista A Defesa Nacional, que passou a divulgar as ideias de modernização do Exército.

O primeiro órgão de fomento à atividade físico-desportiva criado no Exército foi a Liga Militar de Foot-ball (LMF), de 1915 (SOEIRO, 2003 e CANCELLA e MATARUNA, 2012 b). Instituída inicialmente para desenvolver a prática do futebol no meio militar, teve seu escopo ampliado em 1920, pela transformação em Liga de Sports do Exército (LSE), com a finalidade de promover o desenvolvimento físico através do desporto. Um grande impulso foi dado a partir desse ato, com a realização de várias competições esportivas, de diversas modalidades, no Distrito Federal e outras sedes, ao longo dos anos subsequentes.

No ano de 1918, o Estado-Maior do Exército nomeou, pela primeira vez, os oficiais instrutores da Escola Militar, conhecida como “Missão Indígena”, para reestruturar o ensino militar no Exército, com base nos ensinamentos alemães. Dentre eles, o Ten Newton de Andrade Cavalcanti, ciente do Método Francês, liderou um movimento pela nacionalidade dos desportos e a regeneração da cultura



Exercícios de Relaxamento



Exercícios Abdominais



Passagem no Pórtico

Figura 3 – Ginástica Militar Francesa no séc. XIX, cartões postais antigos
Fonte: //picclick.fr (ecole normale militaire de gym)

física em todo o território nacional, focada na sistematização da Educação Física nos meios militar e civil. Fundou a União Atlética da Escola Militar e difundiu o manifesto da Cruzada Física, ações que precederam a criação da futura Escola de Educação Física do Exército:

Devendo operar-se agora, por todo o território brasileiro, a nacionalização dos desportos e a regeneração da cultura física, a União Atlética da Escola Militar, contribuindo para obra grandiosa que surge no seio dos moços, com a ideia da pátria e que se estende na vastidão da nossa terra com a força e a impetuosidade do civismo, lançam um “apelo” significativo em todos os sentidos e para todas as classes sociais, solicitando o apoio dos mestres e da juventude para que, seguindo aqueles a orienta-

ção medida dos que apregoam e difundem a cultura física, estes e executando os sábios exemplos de métodos concisos e exatos, tenhamos em breve, assinalados e compensados, todos esforços feitos que nos mostrarão, mais tarde, a atividade e a força, a energia e a beleza da nossa raça. Queremos que, ao mesmo tempo, na vastidão brasileira, em todos os recantos, se lancem os alicerces graníticos desta cruzada e se convertam os músculos doentios e abatidos num estímulo morto, na vontade e na ação por uma conquista que enaltece e fortifica as almas.

O desfecho da Primeira Guerra Mundial, favorável à França e aliados, propiciou a contratação da Missão Militar Francesa no Brasil. Apesar da existência daquelas ações anteriores já citadas, o treinamento físico dos militares no Exército Brasileiro somente foi

sistematizado, normatizado e regulamentado no século XX, com a influência direta da Missão Militar Francesa, particularmente da Escola Normal Militar de Ginástica e de Esgrima de Joinville-le-Pont.

A maior influência na Educação Física nacional, que serviu de modelo para a difusão pelo País, a partir do Exército Brasileiro, foi do Método Francês, de 1830, desenvolvido pelo coronel Francisco Amorós e Ondeano, na Escola Normal Militar de Ginástica e Esgrima de Joinville-le-Pont (1852-1940). (NOBREGA & SECCO, 2016)

Em 1921, sob a orientação da Missão Militar Francesa, foi aprovado pelo presidente Epitácio Pessoa e o ministro de Estado da Guerra, João Pandiá Calógeras, o Decreto nº 14.784, sobre o *Regulamento de Instrução Physica Militar*, destinado ao Exército, baseado no *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique*.

Em 10 de janeiro de 1922, o ministro da Guerra criou o Centro Militar de Educação Physica (C.M.E.P.), anexo à Escola de Sargentos de Infantaria (E.S.I.), destinado a dirigir, coordenar e difundir o Método Francês de Educação Física e suas aplicações desportivas.

O Centro Militar de Educação Physica não ministrou nenhum curso específico até o ano de 1929, devido à necessidade de especialização de seus instrutores e às instabilidades políticas que o país enfrentava naquela década. Entretanto, os formandos da E.S.I. recebiam também um diploma de monitor de Educação Física.

No sentido de formação e aperfeiçoamento de quadros especializados para o C.M.E.P. o tenente Ilídio Colônia, instrutor de infantaria da Escola Militar, foi enviado a um curso na Escola Joinville-Le-Pont, na França. De volta ao Brasil, dirigindo a instrução da Escola Militar, conseguiu monitores para sua empreitada, junto aos alunos do terceiro ano. (Grunennvaldt, 2006)

No ano de 1926, o capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores na Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram o *Manual de Instrução Physica*, inspirado no regulamento francês.

Na França, em 1927, o *Projet de Règlement Général d'Éducation Physique* foi substituído pelo *Règlement Général d'Éducation Physique (Méthode Française)*.

Segundo CASTRO (2012), o relatório do chefe da Missão Militar Francesa referente ao ano de 1928, general Spire, ao comentar a situação da Educação Física nas escolas do Exército (Militar, de Sargentos, de Cavalaria e de Aviação), informava que, apesar de nelas ser desenvolvido um trabalho intenso e de muito boa vontade, faltavam os meios práticos e a aplicação de um método firme, referência óbvia ao Método Francês. Esta deficiência seria, segundo o chefe da Missão, suprida, em breve, pela adoção do novo regulamento de Educação Física francês, que se encontrava em fase final de tradução para o português:

A situação encontrada foi a da instrução ministrada pelo Manual de Educação Fí-

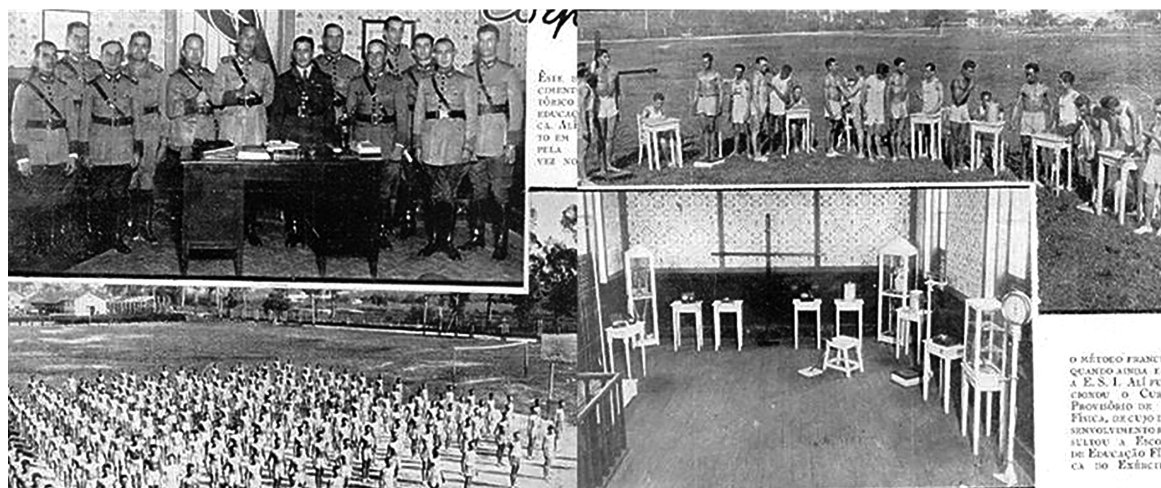


Figura 4 – A Escola de Sargentos de Infantaria e o CMEF, Vila Militar

Fonte: Revista de Educação Física nº 19, Escola de Educação Física do Exército

sica, edição provisória, em grande parte oriunda do regulamento provisório francês, de 1921, já ultrapassado pelo novo regulamento de 1928.

Na Escola Militar, a Educação Física estava na moda, mas era levada a cabo sem um plano adequado, com falta de material e sem terreno apropriado.

Na Escola de Sargentos, a situação era melhor. A prática da Educação Física era diária, o material escasso, o terreno bom, mas a instrução comportava erros doutrinários graves. (MALAN, 1988, p 139)

Com a renovação do contrato, em 1928, a Missão Militar Francesa passou a contar, entre seus integrantes, com um oficial encarregado exclusivamente de dirigir a instrução de Educação Física. Escolhido entre os instrutores da Escola de Joinville, o comandante (major) Pièrre Ségur ficou encarregado de ministrar a Educação Física na Escola Militar do Realengo e passou a orientá-la nos demais Estabelecimentos de Ensino.

No início de 1929, por iniciativa do mi-

nistro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, publicou-se um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a Educação Física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. Logo em seguida, assinou portaria em 11 de janeiro de 1930, organizando o Centro Militar de Educação Física (CMEF), criado em 1922, mas ainda não efetivado. Esse Centro deveria adotar o método expresso no Regulamento Geral de Educação Física, ou seja, o Método Francês.

Ainda em 1929, o Centro Militar de Educação Física promoveu um Curso Provisório, na Escola de Sargentos de Infantaria (Vila Militar, Rio de Janeiro), sob a orientação técnica do 1º Ten Inácio de Freitas Rolim, recém-egresso da Escola de Joinville. O curso, que teve a duração de um ano letivo, formou, além de militares (10 oficiais e 28 sargentos), 20 professores civis, estes por solicitação do diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, que foram lecionar em escolas públicas, principalmente, na

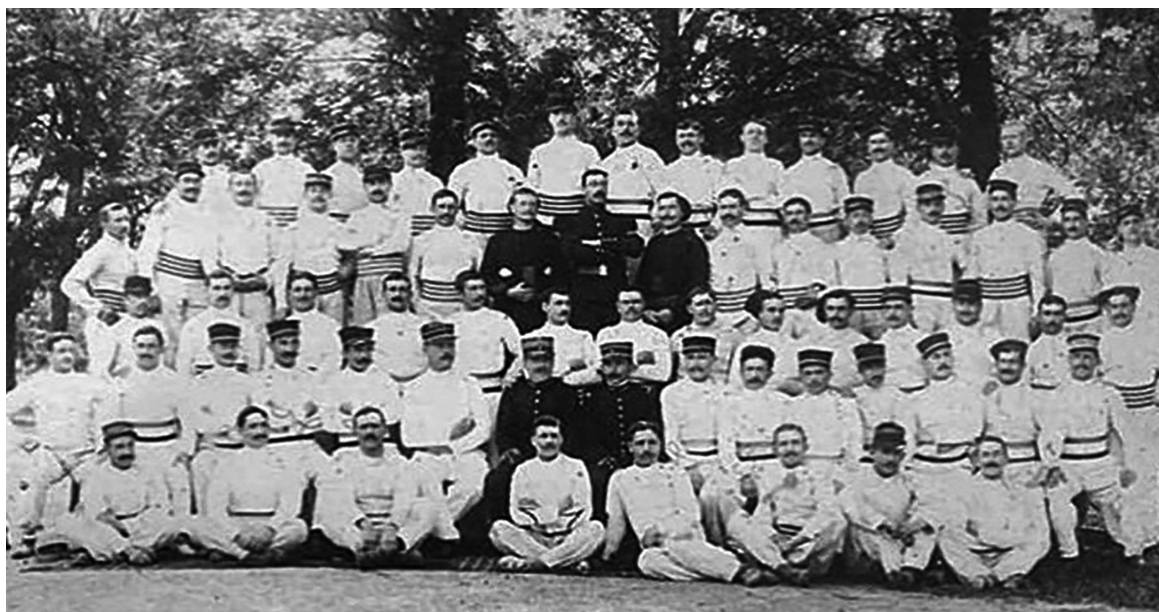


Figura 5 – Corpo de instrutores da Escola de Joinville-le-Pont

Fonte: [//la-rose-couverte.over-blog.com](http://la-rose-couverte.over-blog.com) (L'École Militaire de Joinville)

Escola Normal. Este curso foi reconhecido e marca o início da formação profissional superior em Educação Física no Brasil.

A transferência do CMEF para a Fortaleza de São João e o início dos cursos regulares de Instrutor de Educação Física, Monitor de Educação Física e Medicina especializada, nos moldes da Escola de Joinville-Le-Pont

As instalações da ESI dificultavam, em parte, as atividades do CMEF, particularmente na parte náutica. Com a necessidade de organização e reestruturação do Centro, foram considerados outros locais mais adequados, como a Ilha de Paquetá, a Ilha do Governador e a Fortaleza de São João. Esta última foi a escolhida e, em 1930, o Centro ocupou, provisoriamente, suas dependências, até que possuísse uma instalação pró-

pria. Com o apoio da Intendência da Guerra, foi construído um galpão na parte baixa da Fortaleza, próximo ao sopé do Pão de Açúcar, onde, finalmente, o CMEF iniciou suas atividades.

Em novembro de 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1931, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, tornando obrigatórios os exercícios de Educação Física em todas as classes (Decreto nº 19.890, de 18/4) e, pouco depois, ignorando os apelos da Associação Brasileira de Educação, mandou adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (Portaria n. 70, de 30/6), o que implicou, mais uma vez, a adoção do Método Francês, agora oficializado em todo o país.

Aspectos da doutrina e ensinamentos introduzidos na EsEFEx pela Missão

Militar Francesa no Brasil

A adoção do Método Francês de treinamento físico, suas concepções fisiológicas e a pedagogia aplicada são os aspectos mais relevantes na elaboração da doutrina de preparação física do Exército, difundido nos cursos ministrados no CMEF/EsEFEx. Assuntos importantes, como a necessidade de adaptação gradual e progressiva do treinamento físico para os recrutas, a avaliação inicial e a divisão da tropa por grupamentos, bem como a disciplina militar, são características marcantes do Método Francês.

Em 1932, foi oficialmente aprovado o *Regulamento de Educação Física do Exército* (Decreto nº 21.324, de 27/4), uma tradução do *Règlement* francês de 1927, Método Francês, que apenas oficializava uma realidade já existente (CASTRO, 2012).

A concepção da “Lição” de Treinamento Físico Militar, dividida em:

Sessão Preparatória (evoluções e flexionamentos: braços, pernas, tronco, combinados etc.)

Sessão Preparatória (evoluções e flexionamentos: braços, pernas, tronco, combinados etc.)

Lição Propriamente Dita (sete famílias de exercícios:)

1 – Marchar;

2 – Trepas, escalar, equilibrar;

3 – Saltar;

4 – Levantar, transportar;

5 – Correr;

6 – Lançar;

7 – Atacar e defender-se

Volta à calma

– Marcha lenta com exercícios respiratórios;

– Marcha com canto ou assobio; ou

– Alguns exercícios de ordem, curtos e variados, mas energicamente comandados.

Em 1933, o Centro Militar de Educação Física foi transformado em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), subordinada diretamente ao Estado-Maior do Exército (De-

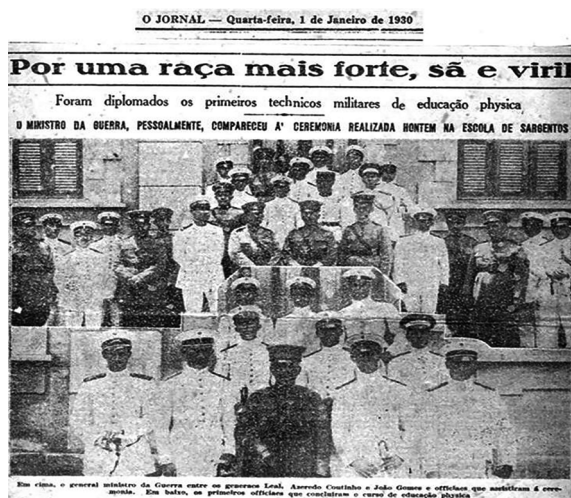


Figura 6 – Primeira turma de militares especializados, Curso Provisório de Educação Física, 1929

Fonte: O Jornal, 1º de janeiro de 1930, acervo da Biblioteca Nacional



Figura 7 – Galpão do CMEF na esplanada baixa da Fortaleza de São João, 1930

Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

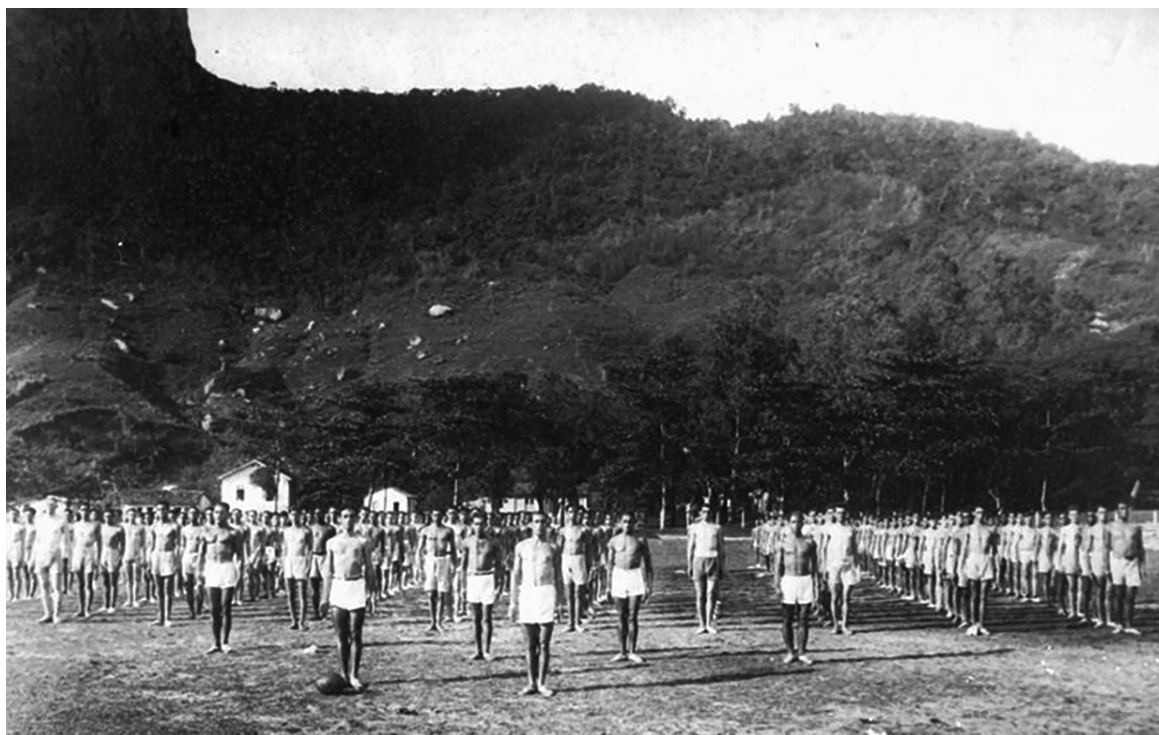


Figura 8 – Lição de Educação Física com o Corpo de Alunos do CMEF, 1931

Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

creto nº 25.252, de 19/10/33). Seus currículos foram expandidos, e o seu novo regulamento atribuiu-lhe a grande missão de aperfeiçoar o método no Exército e no país, tornando-se referência nacional, até os dias atuais.

Ao ser indicado para o Departamento de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Saúde, o major João Barbosa Leite, no primeiro contato que teve com o ministro Campanha, sugeriu a adoção de várias medidas, destacando-se um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação das vagas para civis no curso da EsEFEx, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de Educação Física para as escolas estaduais e municipais, com o objetivo de “uniformizar o método em todo o país”.

Nesse sentido, por intermédio de um convênio, o DEF fez funcionar, em 1938, na EsEFEx, um Curso de Emergência, que habilitou 165 professores de Educação Física e 78 médicos especializados, entre os quais os que viriam a formar o Corpo Docente da futura Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Inaugurada em 1939, teve como seu primeiro diretor o major Ignácio de Freitas Rolim.

O comandante da EsEFEx afirmou, em novembro de 1941, que os alunos civis formados pela Escola,

além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral, que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coleti-

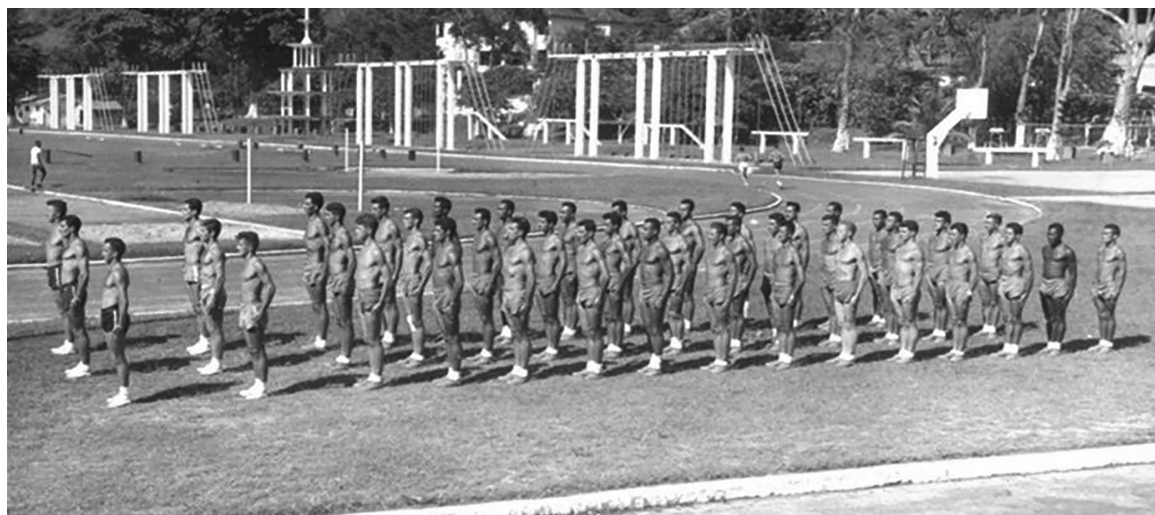


Figura 9 – Turma do Curso de Monitores da EsEFEx

Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

vidades, inculcando-lhes o espírito de ordem e disciplina.

Atividades desenvolvidas pela Missão Militar Francesa no Brasil, na orientação do Treinamento Físico Militar e na formação de quadros especializados

Além dos regulamentos iniciais e da atividade, a partir de 1928, diretamente na



Figura 10 – O Ten Ignácio de Freitas Rolim e alunos do CMEF, 1932

Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

Escola Militar e no CMEF/EsEFEx, sob orientação do Maj Pièrre Ségur, outro fator da maior relevância foram os cursos e estágios realizados em Joinville-le-Pont pelos nossos militares. Entre eles, o Ten Jayr Jordão Ramos, que seguiu para a França, com autorização do ministro de Estado e dos Negócios da Guerra, regressando em 1936. Mais tarde, viria a produzir uma das maiores bibliografias nacionais sobre a Educação Física e o Treinamento Físico Militar, com destaque para os seguintes artigos:

- *Combate a baioneta e luta corporal, da Escola de Joinville-Le-Pont*, informando as novas técnicas de utilização da arma no combate corpo a corpo, nos corpos de tropa franceses;
- *Organização de uma Pista de Obstáculos*; e
- *Impressões sobre o Ensino da Escola de Joinville-Le-Pont*, onde relata como se processa o ensino na Escola,



Figura 11 – Inauguração do Ginásio Leite de Castro, 1932
Fonte: acervo do Museu do Desporto do Exército

os diversos cursos oferecidos, os tipos de ensino e verificação do aproveitamento. Um fator importante, explorado nesse artigo, foi o enaltecimento do curso de especialização para os médicos e o alerta de que, entre nós, seria de grande vantagem a realização de estágios semelhantes, para que oficiais médicos, recém-saídos da Escola de Saúde, pudessem adquirir os conhecimentos necessários, por meio de uma documentação teórico-prática, tornando-se, assim, aptos a controlar o ensino da Educação Física sob a ótica biológica.

Considerações finais – o Legado que a Missão Militar Francesa no Brasil deixou na EsEFEx, no Exército Brasileiro e na sociedade

Conforme CASTRO (2012), a introdução da Educação Física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França.

A hegemonia militar na área da Educação Física, durante o Estado Novo, foi inquestionável. Grande parte dos professores era militar; outros, civis formados pelos militares, na Escola de Educação Física do Exército

(EsEFEx) ou em cursos especiais ministrados em diversos estados. (CASTRO, 2012)

A regulamentação provisória e posteriormente definitiva, modificada com a adequação à realidade nacional, além da adoção de outros métodos, influências e da evolução global da Educação Física, do Desporto e do Treinamento Físico Militar, manteve a base doutrinária do Método Francês, que pode ser observada nos dias atuais, nos regulamentos e cadernos de instrução, com ênfase no planejamento, execução/condução da atividade e na sua avaliação.

A construção do Ginásio Leite de Castro, em 1932, e dos estádios com pórticos e torres de escalada serviu de modelo para outros quartéis, estabelecimentos de ensino e centros desportivos militares e civis em todo o país.

O início das publicações especializadas, com destaque para o livro *Histórico da Educação Física* (1931) e a *Revista de Educação Física* (1932), primeiro periódico nacional, marcou a preocupação com a difusão do conhecimento e o estímulo à pesquisa científica para o aperfeiçoamen-

to da metodologia e dos métodos preconizados na França, tão importantes para o alicerce teórico-prático que referenciou o desenvolvimento da atividade física orientada, metódica e racional no Brasil.

Atualmente, a Escola de Educação Física do Exército está subordinada ao o Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEx e FSJ), órgão de apoio do Departamento de Educação e Cultura do Exército, responsável por coordenar, controlar, supervisionar e promover as atividades de ensino, pesquisa e desporto, nas áreas da Capacitação Física e da Equitação, para atender às necessidades do Exército Brasileiro.

Mantendo as tradições do CMEF (1922), sua organização militar formadora a partir da Missão Militar Francesa no Brasil, o CCFEx recebeu a denominação histórica de

“Centro Marechal Newton de Andrade Cavalcanti”, precursor da Educação Física no Exército, e tem como data de aniversário o dia 11 de janeiro de 1930, quando foi transferido para a Fortaleza de São João. **REB**



Figura 12 – Gen Ex Newton de Andrade Cavalcanti
Fonte: www.bdaamv.cb.mil.br (antigos comandantes)



Figura 13 – Vista aérea do Centro de Capacitação Física do Exército, Fortaleza de São João e da EsEFEx
Fonte: acervo pessoal

Referências

CASTRO, Celso. **Exército e Nação: estudos sobre a História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A História da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de educação física: um caso de revolução passiva**. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MARINHO, Inezil Penna. **Contribuição para a História da Educação Física no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República**. Acervo Histórico Biblioteca Edgar Sperb ESEF/CEME/UFRGS. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL, **Relatório do Ministério da Guerra**. Anexo B, p. 4-7. Rio de Janeiro: 1922.

MARTINS PINTO, Martinho. **Treino Físico no Aprontamento para uma FND (Força Nacional Destacada)**. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar, 2013.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações**. Revista Da Cultura ANO VIII / Nº 14 p. 26-32. Brasília: FUNCEB, 2008.

NÓBREGA, Luiz Fernando Medeiros; SECCO, Mauro B. G. **Evolução da Educação Física no Exército Brasileiro**. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. V. 12, nº 23, p. 91-101. Rio de Janeiro: DPHDM, 2016.

SOEIRO, Renato Souza Pinto. **Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Nacional: 1933 a 2000**. Dissertação. Mestrado em Ciência da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro: UCB, 2003.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil

Influência e consequências para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

*Ângelo Luís Tomé de Senna**

Introdução

Em 2019, o Exército Brasileiro comemora o centenário de contratação da Missão Militar Francesa de Instrução, marco de grande importância para a reformulação da doutrina e evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro.

De igual forma, comemora-se o centenário de criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, fruto de reforma do ensino militar.

A união de esforços entre o Exército Brasileiro e o Exército Francês rendeu muitos dividendos positivos.

A criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e outras escolas, bem como a contratação da Missão Militar Francesa, encerrou um longo período de estagnação do Exército Brasileiro, iniciado ao término da Guerra do Paraguai.

Contextualização

Positivismo, inconformismo e mudanças

O pensamento Positivista de Auguste Comte teve forte influência no ensino brasileiro e, em particular no ensino militar, do

final do século XIX ao início do século XX, moldando o comportamento militar, priorizando o pensamento científico em detrimento do prático.

A conjuntura política, econômica e social existente, no período acima referenciado, levou parcela do Exército ao inconformismo e à busca por mudanças estruturais, organizacionais e doutrinárias.

Para fins didáticos, dividiremos essa fase em três períodos, como visto a seguir.

Do término da Guerra do Paraguai até o final do século XIX

Nos últimos anos da monarquia, o Exército Brasileiro se estagnara, sem renovar seu material e sem acompanhar a evolução dos métodos de combate resultantes das últimas guerras na Europa e em outros continentes. A elite militar esforçou-se para superar essa estagnação, mas não obteve êxitos significativos. Pode-se mesmo assegurar que o desencanto do Exército com o regime monárquico foi um dos fatores que contribuíram para a proclamação da República. Nos primeiros anos do novo regime, embora os militares ocupassem a Presidência da República, não houve melhoramentos nas Forças Armadas.

* Cel Cav (AMAN/82, EsAO/92, ECEME/99).

Tal situação pode ser constatada pela eclosão das “Questões Militares” e pelo “quase fracasso” da Campanha de Canudos.

Por outro lado, podemos destacar algumas ações no sentido de retirar o Exército da estagnação. São elas:

- a reforma do ensino militar promovida por Benjamin Constant, em 1890, quando ministro da Guerra, voltada para a educação científica e estabelecendo um currículo no qual predominou bem mais o ensino teórico em detrimento do ensino prático (influência positivista); e
- a criação do Estado-Maior do Exército (EME), em 1896, que tinha por objetivo tornar o Exército uma instituição moderna, que acompanhasse as evoluções da arte da guerra e que tivesse maior presteza administrativa. Sua missão era preparar o Exército para a defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis no interior.

Do início do século XX até a I Guerra Mundial

Esse período foi marcado por reforma da estrutura militar, surgimento de duas correntes de pensamento filosófico-militar bem como pela participação do Exército na I Guerra Mundial e na Campanha do Contestado. Destacam-se nesse período:

- a criação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 1905, com a finalidade de serem ministrados aos oficiais ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos indispensáveis ao preparo e ao emprego do Exército;
- a reforma da estrutura militar promo-

vida pelo marechal Hermes da Fonseca, ao assumir a pasta da Guerra em 1906;

- o envio de turmas de oficiais brasileiros à Alemanha, no período de 1906 a 1912, com o objetivo de modernizar as Forças Armadas nacionais, em função do atraso do Exército e da preocupação de nossa diplomacia com a soberania do país. Essa missão ficou conhecida como “Jovens Turcos” e deu origem a uma das correntes de pensamento filosófico-militar;
- a participação de contingente militar na Campanha do Contestado, no período de 1912 a 1916, quando ficou aparente a falta de organização e preparo da tropa para ações daquela ordem; e
- a participação do Exército na I Guerra Mundial, em 1918, se deu nas operações terrestres e se resumiu ao envio de um corpo de sargentos e oficiais do Exército Brasileiro em uma missão preparatória que havia sido enviada em meados daquele ano sob o comando do general Napoleão Felipe Aché para, operando junto ao exército francês, se inteirar das modernas técnicas de organização e combate empregadas na frente ocidental. Essa participação de militares brasileiros consolidou a outra corrente de pensamento filosófico-militar.

Ao término desse período, grassava entre os militares do Exército forte sentimento de modernização da instituição baseada em uma liderança competente, profissional e bem treinada, orientada por doutrina militar contemporânea, sendo capaz de atender aos anseios nacionais frente a possíveis intervenções internas ou externas. Dessa forma, as duas correntes filosófico-militares se de-

finiram e tornaram-se conhecidas, segundo alguns historiadores, como “Partido Germânico” e “Partido Gaulês”. O primeiro defendia reformas tendo como modelo a doutrina alemã (“Jovens Turcos” e seguidores do Gen Bertoldo Klinger); e o segundo defendia reformas tendo como modelo a doutrina francesa (participantes da I Guerra Mundial e adeptos das experiências da contratação da Missão Militar Francesa junto à Força Pública de São Paulo, iniciada em 1906, e da implantação da aviação militar, em 1918).

Da I Guerra Mundial até 1919

Com o início da Primeira Guerra Mundial, evidenciou-se no Brasil a necessidade urgente de investir-se na modernização e melhoria da eficiência de suas Forças Armadas.

No âmbito do Exército, essas ações podem ser identificadas por meio do(a)(s):

- Decretos nº 11.497 e 11.498, ambos de 23 de fevereiro de 1915, que “Faz a remodelação do Exército Nacional” e “Estabelece a constituição dos diversos elementos que entram na organização normal do Exército activo e sua

distribuição pelo território nacional”, respectivamente.

- Contratação de uma missão militar francesa de instrução para criar uma escola de aviação em 1918.
- Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919 (“Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para exercício de 1919”).
- Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919 (“Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros”).
- Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919 (“Autoriza o Governo a contratar na França uma missão militar para fins de instrução no Exército”).

Motivação para a contratação de uma missão militar de instrução

Da leitura atenta dos fatos acima apresentados, depreende-se que, ao final do século XIX e início do século XX, o Exército Brasileiro passava por um período de evidente despreparo profissional e carência de uma instrução que privilegiasse as ciências bélicas em detrimento das ciências exatas e buscava, desde o final do século XIX, por meio de diversas ações, encontrar uma solução para esse problema. Entre as medidas que foram implementadas para minorar essa situação, podemos citar: as reestruturações do Exército realizadas em 1896 e 1906, a criação do EME, a criação da ECME e o envio de oficiais para realizar cursos em países europeus.

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais



Figura 1 – Contestado: uma história de luta e fé
Fonte: www.irani.sc.gov.br

foi criada por meio do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919 (“Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros”).

Nela funcionaria o Curso de Aperfeiçoamento d’Armas, sendo frequentado por capitães e primeiros-tenentes das quatro armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia), designados pelo Ministério da Guerra.

Tinha por missão aperfeiçoar os concludentes da Escola Militar, tornando-os aptos para o comando de pequenas unidades e, principalmente, capacitando-os para a difusão, como instrutores, das mudanças doutrinárias e de ensino nas unidades de todo o Brasil.

A Escola iniciou suas atividades em 8 de abril de 1920, instalada no quartel do 1º Regimento de Artilharia Montada (posteriormente 1º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado e atualmente 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado). Após quatro anos de funcionamento em sua sede provisória, a Escola foi transferida para o atual aquartelamento, à época um moderno pavilhão construído especificamente para fins escolares.

O Exército Francês

Apresentamos, abaixo, os princípios da doutrina militar francesa dos anos 20, segundo Adriana Bellintani, extraídos de sua tese de doutorado: O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).

Guerra total

A guerra é o fim ao qual se destina todo exército. Para o entendimento das ideias legadas pela missão estrangeira ao Exército

Brasileiro, é necessária a compreensão da concepção de guerra que norteia o universo da doutrina francesa, para quem as beligerâncias podem ser de três tipos: absoluta, real e total.

A guerra absoluta compreende o emprego total de violência, com vistas a massacrar, aniquilar, ou desarmar o inimigo. É o conflito sem controle, sem limites, que leva à destruição do adversário. Todos os recursos possíveis devem ser utilizados pelos combatentes, pois eles irão até as últimas consequências, visto que a hostilidade entre as partes, nesse tipo de confronto, atinge seu ápice.



Figura 2 – Instalações definitivas da EsAO: pavilhão principal, concluído em 1924

Fonte: acervo da EsAO

A guerra real é aquela em que a força está subordinada à realidade, estabelecendo-se em uma relação de relatividade com a política. “A política realista corresponde à guerra real. A política ideológica, à guerra absoluta”. Todo atrito, logicamente, está diretamente relacionado ao poderio de seu estado; o que difere, na guerra real, é que ela não pretende o aniquilamento do inimigo, mas a obtenção do objetivo político. A guerra total é a guerra nacional. Ela envolve todo o país no conflito; por isso, a denominação de nacional.

Caráter do chefe

O chefe deve estar sempre bem informado

e documentado, mesmo que mais tarde se verifique que tal informação obtida não procede, porque o chefe deve dispor de todo o conhecimento para melhor tomar as decisões e conduzir a tropa por caminhos mais seguros. As principais informações, em caso de guerra, concernem à sua própria situação e à do inimigo. Suas ordens devem ser sempre claras e precisas, contendo as ideias, a missão e os meios a serem utilizados para que ela se cumpra com sucesso. Dessa forma, evitam-se outras interpretações por parte do oficial que recebe a ordem.

O chefe deve conhecer a história, as grandes batalhas e, principalmente, a natureza da guerra e do inimigo. “Para Napoleão, as informações sobre o inimigo possuíam importância determinante”. Mas o chefe, ainda na visão de Napoleão, deve ter a percepção das circunstâncias e adequar suas ordens e decisões ao desenrolar dos fatos: “a doutrina napoleônica era caracterizada por uma noção de subordinação do chefe à situação, aos feitos e pela vontade que ele devia ter de conhecer, de dominar e de provocar tudo o que lhe fosse mais favorável”. O chefe deve contar com o respeito da tropa pelo seu exemplo; são os seus princípios e atitudes que levam os subordinados a o seguirem.

Existe uma tênue diferença entre comandar com autoritarismo e comandar com autoridade. O autoritarismo provoca sentimentos negativos no subordinado, que acaba por não respeitar e não admirar o chefe; já a autoridade emanada pelo chefe inteligente agrada psicologicamente os comandados, que nem pensam em questionar a missão, mas em satisfazer seu chefe e voltar para casa com a certeza do dever cumprido.

Quando o chefe é admirado e respeitado, cativa a confiança de seus subordinados, sendo mais facilmente por eles seguido. Para isso, o chefe deve acreditar na causa de

que está incumbido, pois “a força do Exército é o espírito que o anima”. O chefe deve ter calma para transmitir segurança; deve falar pouco, evitando tagarelices, para não perder seu prestígio. O chefe nunca critica seus superiores ou as ordens superiores, pois, se assim o fizer, passa a oferecer margens para que seus subordinados não cumpram suas decisões, criando um clima de desconfiança e incerteza: o exemplo é sempre a melhor lição.

Servidão e obediência

Uma das grandes qualidades do oficial francês é a servidão. O militar deve servir em tempos de paz para que possa servir ainda mais e também comandar em tempos de guerra. Segundo Foch: “na guerra, para saber comandar é preciso antes ter aprendido a obedecer”. A obediência é um dos principais e mais difíceis valores do militar, pois implica inteira dedicação à causa militar ou nacional.

A obediência, segundo estudo de Henry Clerc, pode ocorrer em três níveis: a passiva, considerada obediência cega; a legal, aquela em que o indivíduo só obedece pela lei: se ele recebe uma ordem ilegal, ele não obedece; e a com reservas, considerada impraticável pelos militares. É a obediência cega que deve ser praticada no meio militar para que a instituição tenha êxito. Como afirma Clerc: “A obediência rigorosa dos chefes militares às ordens do governo necessita, para ser eficaz, uma obediência semelhante no interior do Exército em todos os graus de hierarquia”.

A obediência praticada pelo militar deve ser cega, sem questionamentos, dúvidas, hesitações ou problematizações. Seus integrantes devem se esforçar para não fazer nenhum juízo de valor; pois sua função não lhes permite; não lhes cabe, em qualquer escala hierárquica, ter posiciona-

mentos, porque “o Exército é cego e mudo. (...) Ele não vê nada e age por competência”. A obediência é um dos maiores valores do militar. [...] a servidão não é uma qualidade fácil de ser praticada, pois, para obedecer sem restrições, sem questionamentos, é preciso confiar nos chefes e superiores e ter, acima de todo e qualquer propósito, o objetivo do dever cumprido.

Disciplina

A disciplina é outro aspecto preponderante na doutrina francesa. Por seu intermédio, os subordinados obedecem, e se mantêm assim a hierarquia: “é na virtude da obediência, que parece daqui em diante se resumir a honra militar”. A disciplina possui importância indiscutível no meio militar, pois é ela quem regula e coordena os esforços. A disciplina é a força principal dos exércitos. Sem ela, perdem-se a obediência e, consequentemente, a organização hierárquica.

Disciplinar é uma tarefa a ser desempenhada pelo corpo e pelo espírito. Uma das preocupações dos franceses é com o corpo dos integrantes da tropa. Os homens devem ter porte, boa aparência e músculos trabalhados. Para isso, são imprescindíveis as aulas de educação física. A resistência física, aliada à destreza, forma o bom soldado.

A disciplina é um dos aspectos doutrinários que mantém a força coesa, permitindo que o poder hierárquico não seja quebrado. Está diretamente relacionada à obediência e à servidão militar; ela é o élan de sustentação da estrutura militar. Segundo De Gaulle: “Em virtude da disciplina, uma espécie de contrato é firmada entre o chefe e os subordinados. Fica entendido que a obediência é devida por estes àquele, e que cada um se esforce para realizar o que lhe é hierarquicamente prescrito”.

Não há disciplina sem submissão, independentemente de ser tempo de paz ou de guerra; em qualquer circunstância, as ordens são acatadas pelos subordinados de acordo com o grau da cadeia hierárquica. “A disciplina obriga a deferência e o respeito aos superiores, em todas as circunstâncias”. Como bem afirma Bonaparte: “as primeiras qualidades do soldado são a constância e a disciplina”.

Espírito de grupo

No meio militar o eu não existe; o que há é um sentimento de coletividade: o espírito de grupo é estimulado. Os interesses da tropa, do regimento e da instituição estão acima das vaidades e interesses pessoais. Velar pelos interesses do grupo é uma das inumeráveis qualidades que o chefe e todos os integrantes são obrigados a possuir. As recompensas coletivas fortalecem o espírito de grupo, de corpo de tropa. O chefe deve adotar sempre a iniciativa de mostrar a importância do trabalho em conjunto e o valor de cada elemento no contexto. A imparcialidade é outra característica que, a priori, compõe a figura de liderança: tem que ser praticada no seio da equipe, pois, ao aplicar as ordens e ao impor a disciplina, não se deve, nem pode praticar nenhuma arbitrariedade. A justiça deve imperar acima de tudo e de todos.

Confiança

Somente com justiça, a instituição adquire confiança: daí a necessidade de um comportamento neutro do chefe, sem priorizar seus interesses particulares ou mesmo os amigos que lhe sejam caros. A confiança transpõe os limites internos dos quartéis e faz com que a nação se sinta segura ao possuir um exército justo e confiável. Não se trata apenas da confiança exigida nos campos de batalha, mas, em sentido amplo, daquela praticada e estimulada cotidianamente. É na disciplina, na

submissão, que está alicerçada a confiança. A confiança deve sempre estar presente entre o chefe e o soldado, o chefe e os oficiais. A atitude do chefe está inserida e consubstanciada na mais nobre tradição do exército francês, pois, caso impere a desconfiança, um clima de inquietude pode ameaçar a ordem constituída e a construção dessa relação segura entre chefes e subordinados. “O confiante profissional do oficial é seu chefe”.

Coragem

Além da confiança, a coragem é outro atributo também referendado pelos oficiais franceses como elemento essencial ao bom comportamento de unidade. É preciso coragem para obedecer, para respeitar a hierarquia, para executar com presteza uma ordem e para manter cotidianamente o estado ideal da força; é necessária a coragem para vencer o inimigo e enfrentar qualquer adversidade nas linhas de confronto.

A coragem é um importante atributo que todo corpo militar precisa cultivar. O perigo está à frente, e o inimigo, com certeza, desempenhará os conhecimentos para os quais foi treinado. A coragem tem que se impor ao medo e à insegurança do confronto e mesmo ao temor da morte.

Ambição

Na doutrina militar francesa, conta-se também com a ambição, que, em uma perspectiva positiva, é outro atributo essencial à vitória do exército, em tempos de guerra, e às maiores conquistas, em tempos de paz. A autoridade também assume papel de relevância: o chefe deve saber dar voz de comando em toda e qualquer situação. A ambição é o sentimento que conduz o homem à vitória e à obtenção de seus objetivos.

O exército tem por finalidade a segurança da nação e, para cumprir seus objetivos, necessita de homens audazes que possuam

a capacidade física e intelectual para corroborar com os ideais de sua pátria. E a ambição é um dos valores imprescindíveis a todos os integrantes, desde o soldado até a mais alta escala hierárquica. A autoridade tem que ser utilizada com base na legalidade e nos valores morais. Os valores morais e intelectuais são tidos como os mais importantes e preponderantes, entre todos os outros, e devem estar acima das ambições pessoais de cada militar [...]

Moral

A força moral é a principal energia em um exército e em uma batalha. Segundo Pétain, “há três coisas em um Exército: a moral da tropa, seu material e seu instrutor e seu número”. O chefe deve conhecer psicologicamente seus subordinados, saber sua conduta militar, seus dotes físicos e intelectuais. Apenas teoria não é suficiente para isso; é preciso que seja empregada, na prática, a disciplina e todos os princípios militares, para que o chefe os conheça. A força moral individual é muito importante, pois é com a ação e o esforço de cada membro que se chega à vitória.

O exército é formado por uma composição orgânica de forças. Como bem elucida Vigny, “o Exército é uma Nação dentro da Nação”. É um organismo que possui regulamentos, rotina de trabalho, produção intelectual, cursos de formação, regras de conduta, doutrina e muitas outras características que o diferenciam do meio civil e permitem que tenha vida própria dentro da Nação.

O valor moral de cada um conforma a força moral da instituição. Dessa maneira, chega-se ao espírito militar: com uma equipe concisa e consciente de seu dever e do sentido que possuem as funções que desenvolve. O comando, a subordinação, a educação militar, os princípios, a hierar-

quia, a obediência, a disciplina e a coragem compõem as faculdades morais. De acordo com Marmont, integrante do exército francês: “Três coisas são necessárias para dar valor às tropas: amor à ordem, hábito de obediência e a confiança em si mesmo e nos outros. Essas são, sob o aspecto moral, as bases fundamentais de um Exército”.

Hierarquia

O chefe, pessoa de destacada relevância para o meio militar, aquele que direciona a instituição, lidera guerras, dá instrução nas academias e escolas, é automaticamente o responsável direto pela manutenção e preservação da doutrina militar. São os chefes que mantêm as tradições acesas, os heróis reverenciados e a história militar ativamente aplicada aos seus quadros. Mas, segundo Tanant, duas últimas qualidades não lhe podem faltar: um bom coração e a benevolência. A abnegação, “o sentimento de disciplina, que faz servir, a ideia de honra, de coragem, a autoridade, o exemplo, tudo não é nada, si lhe falta o coração”.

A disciplina, a hierarquia e a subordinação são os princípios que embasam o exército e lhe fornecem continuidade.

A hierarquia simboliza a instituição e lhe dá legitimidade; através dela se age em nome do legal, do preestabelecido em lei. A hierarquia ordena as funções e os indivíduos, mantém a disciplina e a subordinação. O exército existe como corporação pela sua organização, estabelecida hierarquicamente.

Os valores corporativos são mantidos e sustentados pela hierarquia, e, nesse contexto, estão simbolizados todos os outros caracteres da doutrina antes trabalhados. Quando se pratica diariamente a hierarquia, está-se agindo de acordo com a subordinação, o

respeito e confiança no chefe, com espírito de grupo, liderança, ambição, coragem, disciplina e determinação. A hierarquia e a subordinação fazem parte da vida cotidiana dos quartéis, e, nessa prática, estão inseridos todos os outros valores doutrinários.

A Missão Militar Francesa de Instrução

Por meio da Lei nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919 (“Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para exercício de 1919”), que especifica em seu Art. 54:

O Governo é autorizado [...] alínea c): a contractar uma missão de officiaes estrangeiros para a instrução do Exército, devendo o respectivo chefe servir junto ao Estado Maior como assistente-technico; e a abrir os créditos necessários para a execução desse serviço, de accôrdo com a regulamentação que expedir.

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor)

Em complemento, foi expedido o Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919 (“Autoriza o Governo a contractar, na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército”), que especifica em seu Art. 1º:

Art. 1º O Governo contractará na França, para fins de instrução no Exército, uma missão militar, composta de tantos officiaes quantos Ministério da Guerra achar necessários.

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

No período de 15/11/18 a 28/07/19, era presidente da República o Sr. Delfin Moreira e, ministro da Guerra, o Gen Bda Alberto

Cardoso de Aguiar.

Mas, quais motivos levaram à escolha do exército francês? Primeiramente, por sua experiência em missões similares em outros países da América Latina, como em El Salvador, Guatemala, Peru, Colômbia e Bolívia, entre os anos de 1881 e 1914, e por sua campanha vitoriosa na I GM.

Por último cabe salientar qual foi a tarefa atribuída à missão militar de instrução: “a missão de instrução deveria tornar a instrução militar brasileira mais moderna e alinhada com os vitoriosos conhecimentos da doutrina daquele país”.

Consequências para a EsAO e para a carreira dos oficiais

Para a EsAO

A EsAO e a Escola de Estado-Maior foram os grandes propagadores daquela nova doutrina militar, disseminando os modernos ensinamentos doutrinários oriundos da França.

Destaca-se a introdução do método cartesiano para solução de problemas militares,

dos fatores da decisão e a realização de exercícios no terreno.

O militar passou a ser incentivado a criar o hábito de estudar a história, com foco em especial em assuntos táticos e estratégicos.

Em decorrência, o Exército afastou-se da doutrina positivista, na qual se praticava um ensino extremamente teórico e técnico, evoluindo para uma instrução baseada na estratégia, com mentalidade tática e essencialmente prática.

Para a carreira dos oficiais

Como ocorre em toda grande mudança, a Escola inicialmente enfrentou a resistência dos oficiais, que, muitas vezes, apresentavam um baixo desempenho nas provas e não se dedicavam como era esperado.

A EsAO passou a realizar exames de habilitação durante o curso, nos quais a não aprovação levaria ao desligamento do oficial.

E, a partir de 1928, passou a ser exigida a conclusão com aproveitamento do curso de aperfeiçoamento para a promoção ao posto de major e postos superiores. **REB**

Referências

BELLINTANI, Adriana. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Tese de Doutorado (História). Universidade de Brasília, 2009.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MALAN, Alfredo Souto, **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. BIBLIEx.

MCCANN, Frank. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro. 1889-1937. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras 2007.

METRE, Thales Rabelo. **A Influência da Missão Militar Francesa na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, durante a sua vigência**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2017.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: A Diplomacia Brasileira e as Grandes Potências. Rio de Janeiro: BIBLIEx. 2015. 286 p.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Missão Militar Francesa e a equitação no Brasil

José Alberto Leal

Introdução

Homem e equinos mantêm entre si uma relação que remonta aos primórdios da humanidade. O emprego do cavalo — como denominaremos a partir de agora os equinos — representou um salto evolutivo. Desde as tratativas iniciais para contratação de uma missão militar na França, nota-se a atenção dada ao ensino da equitação. Este artigo tem por finalidade apresentar a influência e o legado da Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB) sobre a equitação brasileira.

A maioria dos dicionários define equitação como arte ou exercício de andar — ou montar — a cavalo. Uma definição ligeira e incompleta. Uma definição melhor pode ser assim enunciada: equitação como arte e ciência de preparar o cavalo e conduzi-lo conforme a finalidade. É ciência por dispor de arcabouço teórico comprovado empiricamente e arte porque a obtenção dos melhores resultados depende da habilidade do cavaleiro.

O cavalo e o homem através dos tempos

Nos primórdios da humanidade, o an-

cestral dos equinos de hoje era objeto de caça pelo homem, que, a seguir, o domesticou, mantendo-o como fonte de alimento.

No ano 2000 a.C., segundo alguns autores, ou 4000 a.C., conforme outros, passou-se a usar o cavalo como montada e para o transporte de cargas. A primeira teoria baseia-se em achados arqueológicos: uma pintura rupestre que mostra um cavalo encilhado, de 2000 a.C. e o mais antigo pedaço de arreio encontrado, de 1500 a.C. Por outro lado, avaliando a corrosão provocada pelo metal da embocadura¹ sobre os pré-molares dos animais, dois pesquisadores da Universidade da Califórnia encontraram corrosão significativa em ossada equina de 4000 a.C.²

Antes da invenção das embocaduras metálicas, provavelmente os animais eram domados, adestrados e conduzidos mediante uma tira de couro enrolada em torno das barras — porção da gengiva onde não existem dentes, na qual se atava uma ou duas outras tiras de couro, que faziam as vezes de rédeas. Este processo é ainda hoje muito utilizado na doma de potros.

Na Idade do Cobre (3300 a 1200 a.C.), o

* Gen Bda R/1 (AMAN, Cav/74; EsAO/84; ECEME/92). Realizou o Curso de Instrutor de Equitação (EsEqEx/77) e o Curso Avançado de Equitação para Equoterapia (Associação Nacional de Equoterapia – ANDE/17). Foi Assessor de Equitação na Escuela de Equitación del Ejército Paraguayo (1987-89), como integrante da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

emprego de embocaduras metálicas veio facilitar, em muito, a condução e o domínio dos animais. Considerando que o freio é um artefato mais complexo, que funciona por um sistema de alavancas, pode-se inferir que as primeiras embocaduras metálicas foram bridões.

A utilização do cavalo como meio de transporte de pessoas e de carga permitiu ao homem maior mobilidade, trazendo mais rapidez e amplitude aos seus deslocamentos, permitindo ainda que deslocasse cargas com mais do dobro do peso daquelas que ele próprio suportaria. Juntando-se a técnicas já conhecidas de agricultura, pecuária e metalurgia, notadamente essa última, deram impulso decisivo à disseminação das novas descobertas, dando início a uma fase decisiva da história da civilização.³

O emprego do cavalo na guerra não será tratado, pois o tema é vasto, e sua abordagem transcenderia os limites estabelecidos pelos editores. Entretanto, deve-se salientar que as necessidades impostas pelo desenvolvimento das armas e táticas de combate promoveram modificações na doutrina equestre.

Por volta do ano 400 a.C., os primeiros fundamentos equestres foram sistematizados pelo grego Xenofonte, escritor, equitador e filósofo discípulo de Sócrates. Escreveu várias obras nos campos da filosofia, política e educação, entre elas, o livro *Da equitação*, no qual, além de outros ensinamentos, descreve os efeitos provocados no corpo do cavalo pela descontração do maxilar, muitos séculos mais tarde enunciados por Boucher.⁴

Gregos e romanos utilizavam o cavalo

para corridas, seja o animal montado, seja em bigas ou quadrigas, pequenos carros tracionados por dois ou quatro cavalos, respectivamente.

Até então, montava-se sem estribos, o que obrigava o cavaleiro a um esforço extra para se equilibrar na sela, assim como prejudicava a agilidade e amplitude de movimentos, além de trazer maior risco de quedas.

Não há uma data precisa sobre a invenção dos estribos. Aliás, mais que invenção, o estribo, tal como o conhecemos hoje, uma peça de metal ou couro rígido, sustentado na sela por loros de couro, parece ter sido o resultado de seguidos aperfeiçoamentos, a partir de um primeiro modelo, uma tira de couro com um laço na extremidade, onde o cavaleiro, de pés descalços, encaixava o dedão do pé. Originário do Oriente, tudo indica que os primeiros ocidentais a utilizá-lo foram os francos. O estribo deu equilíbrio e estabilidade ao cavaleiro, além de tornar a cavalgada menos cansativa, por exigir menor emprego da musculatura das coxas e permitir que, sustentando os pés, as pernas ficassem em posição mais confortável. No séc. VIII, o estribo era amplamente utilizado, e os preceitos de equitação sobre equilíbrio e fixidez do cavaleiro tiveram de ser revistos.⁵

Na Idade Média, o peso das armaduras exigiu cavalos mais altos e mais fortes. Estes animais tinham de voltar-se com rapidez de um lado a outro para o cavaleiro empregar melhor suas armas. Isso implicava que os animais tivessem capacidade de deslocar o peso para os posteriores, aliviando os anteriores

para as rápidas mudanças de frente. A preparação dos cavalos para essas exigências motivou o ajuste dos preceitos da equitação às novas condições. Como o cavaleiro levava em uma das mãos o escudo e na outra a lança, maça ou espada, tinha que conduzir a montada pela pressão dos joelhos, quase sem usar as rédeas.

A partir do séc. XVI, o Renascimento vivificou pensamentos, artes e também a equitação. É nessa época que surgem grandes cavaleiros, formuladores de doutrina equestre. O primeiro deles, o italiano Federico Grisone, chamado “pai da arte da equitação”, publicou, em 1550, o primeiro livro de equitação da Europa moderna, *As regras da Equitação*.⁶

O francês Antoine de Pluvinet, ainda muito jovem, foi mandado à Itália ter aulas de equitação com Pignatelli, discípulo de Grisone. Voltando à França, foi instrutor do jovem Luís XIII e publicou, em 1625, o livro *Instruções para o Rei no exercício de montar a cavalo*. Atribui-se a ele a criação do trabalho em um palanque e entre palanques.⁷

O terceiro expoente é o também francês François Robinchon de la Guérinière, autor dos livros *Escola de Cavalaria* (1736) — considerada a bíblia da equitação — e *Os elementos da Cavalaria* (1750). *Écuyer* do rei, diretor das grandes cavalariaças reais em 1730, a ele é atribuída a paternidade dos exercícios “espádua adentro” e “descida de mão”, além de ter deslindado e consolidado os conceitos dos predecessores, elaborando as bases de uma nova escola, mais simples e natural.⁸

Nesse rol de grandes mestres, não se pode deixar de citar François Baucher, cavaleiro francês inovador, que formulou dois métodos, baseados na decomposição das ajudas. É dele uma frase emblemática em equitação: “Pedir com frequência e se contentar com pouco, recompensar muito”. Publicou quatro livros, sendo o primeiro deles, *Dicionário de Equitação*, de 1843, obra ainda referência nos dias de hoje.⁹

Entre os lusos, há que se destacar o trabalho de Manoel Carlos de Andrade, sargento-mor e picador da Picaria Real de Sua Majestade que, em 1790, publicou *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, alentada obra de quase quinhentas páginas e 93 gravuras, divididas em dez livros, que abordam desde ensinamentos equestres a morfologia equina, passando pelo manejo dos animais. Em sua época, foi considerado o tratado mais completo e principal obra do gênero na Europa.¹⁰

Encerra o rol, o capitão italiano Federico Caprilli, que, no apagar do séc. XIX, revolucionou a forma de se transporem obstáculos a cavalo. Antes dele, saltava-se tendo o cavaleiro as pernas estiradas para a frente, sentando fundo na sela e levantando o pescoço do cavalo pela ação severa das rédeas. Caprilli afirmou que o cavalo saltaria melhor se pudesse empregar livremente seu pescoço e se, no momento do salto, o cavaleiro levantasse o assento da sela e projetasse o torso para a frente, com as pernas apoiadas em estribos mais curtos. Apesar de forte reação inicial, logo ficou comprovada a pertinência da teo-

ria de Caprilli, e é a técnica empregada até os dias de hoje.

Cavalos e cavaleiros no Brasil antigo

O primeiro evento equestre realizado no país foi um Torneio de Cavalaria promovido, em abril de 1641, pelo príncipe João Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa, onde hoje está a cidade do Recife. Nos séc XVIII e XIX, eram comuns cavalgadas e torneios esportivos de corridas e simulações de combate, nos quais participavam fazendeiros e aristocratas.¹¹

Com a Corte portuguesa instalada no Brasil, em 1808 o príncipe regente D. João, mais tarde D. João VI, criou o Regimento de Cavalaria de 1ª linha, unidade na qual o coronel Francisco de Paula Magessi de Carvalho ministrava práticas de saltos e transposições.¹² Em 1863, o capitão do Exército Luiz Jácome de Abreu Souza, discípulo de François Baucher, fundou o primeiro clube de equitação no Brasil, a Escola de Equitação de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Era o início da oficialização dos esportes equestres clássicos no Brasil. No ano seguinte, foi contratado pelo imperador Pedro II como instrutor da Família Imperial e para organizar uma coudelaria, com vista a melhoramento na raça equina.¹³

Advinda a República, o presidente Hermes da Fonseca determinou que jovens oficiais fossem mandados à Alemanha, realizar diversos cursos no exército daquele país. Entre os quatro tenentes que fizeram o curso de

equitação na Escola de Equitação de Hannover, estava Euclides de Oliveira Figueiredo, pai do futuro presidente do Brasil, general João Batista de Oliveira Figueiredo. No retorno desses oficiais, estabeleceu-se salutar disputa entre os oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, onde era supervisor da equitação o tenente Lima Mendes, que cursara em Hannover e defendia a escola alemã e o 13º Regimento de Cavalaria, cujo supervisor era o capitão Armando Batista Jorge, discípulo de Jácome, seguidor de Baucher. Os oficiais desses regimentos disputavam provas de salto e adestramento, para ver quem conquistava melhores classificações para sua unidade.

A Missão Militar Francesa e a equitação

A preocupação dos exércitos brasileiro e francês com a equitação e com a saúde equina se revela já no artigo I do contrato firmado entre os representantes do governo do Brasil e o ministro da Guerra da França, em 9 set. 1919, para o envio de uma Missão Militar Francesa (MMFB) ao Brasil. Na relação de cargos da Missão, está a designação para a “École de Perfectionnement des Officiers de tout armes” — a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — de um oficial de Cavalaria *écuyer* — equitador —, um veterinário militar para diretor da Escola de Veterinária, um segundo veterinário adjunto e um mestre-ferrador.¹⁴ Isto se entende quando verificamos que, não obstante o aumento do poder de fogo e da motorização de alguns meios, os exércitos da época moviam-se em dorso de cavalo.

A aceitação da Missão Militar Francesa

não foi pacífica. Houve resistência até nos escalões mais altos, por preferirem outro país, por desconfiança, por julgá-la cara, até por medo do novo. A ação firme dos ministros da Guerra e dos chefes do Estado-Maior do Exército coibiram manifestações e, aos poucos, os problemas foram sendo solucionados e os resultados apresentados superaram as restrições porventura existentes.

O ministro da Guerra Pandiá Calógeras, em Portaria de 1922, determinou a criação do Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, com objetivo de formar oficiais que recebessem conhecimento estruturado em equitação e os transmitissem aos integrantes das escolas e corpos de tropa, com vista à padronização de conhecimentos, que se encontravam fragmentados pelo entrecchoque das doutrinas francesa e alemã. Esse Centro foi colocado sob a direção do comandante Gippon, tendo como instrutor o comandante De Paul, ambos oficiais da MMFB;¹⁵ o curso teria a duração de cinco meses, de 15 de maio a 15 de setembro de 1922, e funcionaria, provisoriamente, no quartel do 1º Grupo de Artilharia Pesada, em São Cristóvão. Foram abertas 12 vagas, sendo dada preferência aos que já conheciam os métodos de equitação da MMFB. Os ensinamentos deveriam compreender, além de equitação, noções indispensáveis de hipologia, arreamento e ferragem, devendo os oficiais selecionados apresentar-se no Curso com duas montadas, sendo uma especial para a equitação exterior.¹⁶

Entretanto, o andamento do curso foi conturbado. Naquele ano, seria comemorado o Centenário da Independência e se realizaria um Concurso Hípico Internacional. Foi

decidido que os alunos do Curso participariam da competição e, para terem montadas à altura do evento, foram importados cavalos já prontos da França, Itália e Argentina. A preparação dos cavaleiros impediu o funcionamento normal do curso e não deve ter sido adequada, já que os resultados obtidos no concurso foram ruins.¹⁷

Interessante registrar que, em Aviso nº 400, de 10 jun. 1921, o ministro da Guerra determina providências para a formação da equipe que disputaria o Concurso Internacional. Foram criados dois grupos de equitação, a funcionar um em São Cristóvão, sob direção do capitão De Marueil, e outro na Vila Militar, dirigido pelo capitão De Paul, ambos sob a direção-geral do comandante De Dalmassy. Os grupos seriam formados por oficiais voluntários, que trariam suas montadas e, mais tarde, receberiam animais a serem adquiridos no exterior.¹⁸ O capitão De Marueil era, na França, instrutor de equitação das escolas de estado-maior e de aperfeiçoamento, e o comandante De Dalmassy, ainda que fosse instrutor de tática na escola de estado-maior francesa, participara em provas de corrida e salto, tendo vencido a Taça Rei da Itália, em Turim.¹⁹

Em 1923, pelo Aviso nº 80, de 7 de fevereiro de 1923, foi suspenso o funcionamento de todos os centros de instrução, para não agravar as dificuldades provocadas nos corpos de tropa pela falta de oficiais subalternos.²⁰

Os maus resultados da equipe brasileira no Concurso Hípico Internacional levaram o então ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, assessorado pelo major Euclydes de Oliveira Figueiredo, já citado neste artigo, a criar, pelo Aviso nº 464, de 17 Ago

23, o Núcleo de Adestramento de Equitação, tendo como sede a Escola de Estado-Maior no Andaraí, hoje quartel do 1º BPE.²¹

Para a função de instrutor-chefe, foi designado o capitão Jules Leon Armand Gloria, da MMFB, ex-integrante do “Cadre Noir”, seleto grupo de instrutores da Escola Nacional de Equitação de Saumur, na França. Os cavalos importados para o concurso internacional, anteriormente reunidos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, foram colocados à disposição do curso. Após a seleção de dez oficiais e dez sargentos para alunos, a aula inaugural foi proferida pelo chefe do Estado-Maior do Exército em dezembro de 1923.²²

Em 1924, mudou a denominação para Centro de Instrução de Adestramento e formou sua primeira turma de instrutores: Maj Art Cyro Vidal, Cap Cav Renato Piquet, Cap Cav Evaristo Marques da Silva, Cap Cav Oswaldo Rocha, 1º Ten Cav Deodoro Sarmiento, 1º Ten Art Renato Bittencourt, 1º Ten Cav Raul Sedl e 1º Ten Cav Oromar Osório. Desses, foram selecionados para permanecer como instrutores, auxiliando o Cap Gloria, o Cap Oswaldo Rocha e o 1º Ten Oromar Osório.²³

Em 1925, são publicadas as Instruções para a Escola Provisória de Cavalaria (E.P.C.), estabelecendo, entre outras prescrições, que: o comandante seria um oficial brasileiro e o diretor de estudos, um oficial da MMFB; funcionaria, provisoriamente, ao lado da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Vila Militar; teria um oficial instrutor de Equitação, com a observação que seria um oficial da MMFB, enquanto vigesse o contrato; o Centro de Equitação desapareceria como organi-

zação autônoma e seria incorporado à E.P.C., continuando com os mesmos objetivos e manteria, provisoriamente, sua sede atual, na Escola de Estado-Maior.²⁴

O desejo do ministro da Guerra de criar uma Escola de Cavalaria, mantendo agregada a ela o Centro de Equitação era antigo. Isso se depreende do ofício do chefe de Estado-Maior do Exército àquela autoridade, propondo a criação da E.P.C., comentando que o oficial da MMFB que seria o diretor de Estudos já havia sido disponibilizado e que o picador francês (Cap Gloria) havia conduzido, com êxito, cursos para oficiais e sargentos. Comenta também a intenção de difundir no Exército uma única doutrina de Equitação.²⁵

O impacto dessas mudanças pode ser avaliado no relatório de final de ano de 1925, remetido pelo diretor de Estudos da E.P.C. ao chefe da MMFB.

Sobre o curso de futuros instrutores de equitação (oficiais):

Sem estarem ainda completamente prontos, esses oficiais estão bem orientados para suas futuras funções. Fora das horas destinadas à sua própria instrução, colaboravam com os oficiais brasileiros encarregados da equitação. Alguns deles poderão, após a abertura dos cursos em 1926, ser encarregados de ministrar instrução de equitação para sargentos ou para oficiais de arma não-montada.

Sobre o curso de futuros submestres de equitação (sargentos):

Todos estes sargentos continuaram a receber aperfeiçoamento da instrução técnica, sendo empregados em 1925 em

atividades administrativas da E.P.C. Sucessivamente, dois deles eram encarregados das baias e do material de instrução equestre na Vila Militar, onde prestaram os melhores serviços graças à preparação especial que tinham recebido. Podemos esperar, caso permaneçam na E.P.C., um precioso auxílio nos serviços gerais e, particularmente, no adestramento e preparação dos cavalos novos.

A presença do Cap Gloria na chefia do Centro de Instrução de Adestramento e do Cap Frederich Sttmuller, membro da Missão Francesa junto à então Força Pública do Estado de São Paulo e instrutor de equitação do Regimento de Cavalaria daquela Força, estabeleceu um saudável espírito de disputa. Em outubro de 1925, teve ocasião a primeira competição hípica entre o Rio de Janeiro e São Paulo, na qual os oficiais-alunos do Centro obtiveram merecido destaque, pelo nível de equitação apresentado.

O então 1º Ten Armando de Moraes Âncora foi um dos concludentes do curso e, depois, instrutor e comandante do Centro. Muitos anos mais tarde, como general de Exército, comandaria o I Exército na eclosão do Movimento Democrático de 31 de março de 1964.

Sobre seu desempenho, o Cap Gloria escreveu:

O Tenente Ancora é um Official methodico, inteligente, tendo autoridade e personalidade, trabalhador, cumpridor de seus deveres, prometendo ser um bom instructor. Tem gosto pela Equitação tendo, entretanto, de mais se aperfeiçoar na sua posição e desenvolver o tacto equestre. Tem progre-

dido bastante. É um cavaleiro muito arrojado, calmo, gostando do obstáculo. Tem um bom cabedal de conhecimento equestre e de hypologia. Este Official parece poder e ser muito bem sucedido.

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Em 1926, a E.P.C. e o Centro de Instrução de Equitação continuaram em seus aquartelamentos provisórios. Foram matriculados 18 oficiais e 13 sargentos, sendo que apenas 11 oficiais terminaram o curso.

Em 1927, novas Instruções para a E.P.C. produzem sensíveis mudanças: a E.P.C. passaria a ocupar o quartel do 15º Regimento de Cavalaria Independente, na Vila Militar (hoje quartel do Regimento Andrade Neves); o comandante e o fiscal administrativo do 15º R.C.I. seriam também, respectivamente, comandante e fiscal administrativo da E.P.C. Em consequência, em 16 de março, o tenente-coronel Almério Moura assumiu ambos os comandos; o Centro de Equitação, já incorporado à E.P.C., passaria a funcionar na Vila Militar, no mesmo quartel da E.P.C. (estava na Escola de Estado-Maior, no Andaraí); os oficiais que faziam parte do Centro seriam designados para ministrar instrução de equitação nas diferentes escolas militares existentes na Capital Federal.²⁶

O relatório de final de ano, redigido com franqueza pelo Ten Cel Almério Moura, informa as consequências dessas mudanças no tocante ao Curso de Equitação: foram matriculados 13 oficiais e 7 sargentos, todos concludentes com sucesso; informa que os sargentos integrantes do Centro

ficaram em situação indefinida, com as novas Instruções, e ressalta a necessidade da manutenção do curso em razão de seus objetivos, declarando:

A conservação dessa secção ou curso é de uma necessidade indiscutível. Ninguém pode negar o grande progresso que neste particular, também, adveio para o Exército [...] Implantou-se uma doutrina, onde antes havia muitas...

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Atesta que o Cap Gloria fez um bom trabalho, tendo os alunos se destacado em competições hípicas, ainda que concorrendo com animais inferiores aos demais, fazendo-se notar pela qualidade da posição a cavalo e pelo correto emprego das rédeas. Prossegue assinalando que a saída do capitão Gloria — que se deu com o curso em andamento — foi muito sensível, ainda que tenha sido substituído, em termos, pelo tenente-coronel Doudeil e major Colin (oficiais da MMFB instrutores da E.P.C.).

Ainda no ano de 1927, é interessante conhecer o conceito atribuído ao então 1º Ten Oromar Osório, instrutor do Centro. Este militar, muitos anos mais tarde, teria uma participação importante no Movimento Democrático de 31 de março de 1964:

Excellent cavalheiro, muito elegante, muito bem dotado, bom executante no picadeiro como no exterior, calmo e correcto, perfeitamente bem collocado no quadro de officiaes de equitação. Modesto, de um caracter muito militar, consciencioso e aplicado, este official satisfaz inteiramente. Dirigiu em 1927, a

turma de officiaes alumnos da E.P.C. A falta de cavalos durante a maior parte do anno e a presença na turma de Capitaes bastante edosos e antigos não lhe permitiram obter os resultados desejáveis.

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Há várias evidências de que o capitão Gloria, além da transmissão de conhecimentos e direção do treinamento equestre, empenhou-se em dar destaque ao Centro, seus alunos e aos instrutores de equitação. Graças à sua intervenção, foi determinado que os concludentes do curso tivessem o privilégio de usar as esporas douradas e o pingalim preto com três castões dourados, tal qual seus congêneres da Escola Nacional de Equitação de Saumur, além de serem autorizados a usar a *fourragère* branca — espécie de alamar de uma só volta. Também uma carta, escrita pelo 1º Ten Joaquim Dutra e datada de dezembro de 1923, na qual o oficial brasileiro pede a intervenção do capitão Gloria para solucionar problema de estar, simultaneamente, matriculado no Curso de Instrutor de Equitação e na Escola de Estado-Maior, mostra que o oficial francês gozava da confiança dos alunos. Por último, no relatório de final de ano de 1923, o general Quirin, subchefe da MMFB, reitera as solicitações de Gloria de mais animais para a instrução do Centro e, em caráter provisório, a cessão de não menos de vinte animais, dez dos quais em condições de realizar trabalhos de picadeiro e de correr o *cross-country*.²⁷

Em 1928, apresentou-se para substituir o capitão Gloria, o major Charles Ro-

bert Baptistelli, como o primeiro, do Cadre Noir de Saumur. Houve troca de comando do 15º R.C.I. e E.P.C., assumindo, em 17 set., o tenente-coronel Álvaro Carvalho. Em dezembro, a equipe da E.P.C., constituída pelos tenentes Keller, montando o cavalo Jéca, Amaury, com o cavalo Neil, Enock, com o cavalo Raya(?) e Cramer com o cavalo Réco, sagrou-se vencedora, sem faltas, do concurso da Taça Forte de Vigia.²⁸

No relatório anual, após dar ciência que, em virtude da falta de recursos para confecção do almoço, a instrução no ano só se ministrou na parte da manhã, com os consequentes prejuízos, informa que os trabalhos da seção de equitação não tiveram o aproveitamento esperado, por motivos diversos, deficiência a ser corrigida no ano seguinte.

É importante transcrever o apontamento feito nesse relatório quanto ao relacionamento instrutores-alunos. O novo comandante registra:

Uma coisa tenho a satisfação de afirmar a V. Excia, é que existiu sempre, entre instrutores e alunos, a maior cordialidade em todo decurso do anno escolar. Nenhuma reclamação chegou ao meu conhecimento. É que os officiaes franceses que dirigem ou ministram a instrução nesta Escola possuem, a par da competência profissional, fina educação e muito tacto. Fizem discípulos e fizeram amigos.²⁹

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Em 1929, a E.P.C. passa denominar-se Escola de Cavalaria, e o ano letivo teve início em 1º de abril, estendendo-se

até os últimos dias do mês de dezembro. Em maio, assume o comando da Escola de Cavalaria (E.C.) e do 15º R.C.I. o tenente-coronel Eurico Gaspar Dutra, futuro presidente da República. Neste ano, não funcionaram os cursos de equitação para oficiais e sargentos.³⁰

O major Baptistelli dedicou-se a expandir a prática equestre também para o mundo civil. Estimulou a criação do Club de Equitação da Praia Vermelha, que, mais tarde, uniu-se ao Club Sportivo de Equitação para criação da Sociedade Hípica Brasileira. Excelente cavaleiro de salto, destacou-se também no adestramento, levando seu cavalo Lambari a realizar as difíceis figuras de mudanças de pé ao tempo, *passage* e *piaffer*.

A Revolução de 1930 interrompeu os trabalhos da E.C., sendo os cursos encerrados prematuramente e assumindo o comando da Escola o capitão Achyles L. de Moraes Coutinho. É interessante constatar que, a partir desta ocasião, o Livro Histórico da Unidade não se refere mais ao duplo comando, citando apenas o comando da Escola.

O coronel Almério Moura, primeiro comandante da E.P.C., assume em 1931 o comando da E.C., sendo realizada, em 15 de abril, a aula inaugural. Permaneceu pouco tempo na função, deixando-a em 12 de maio, por ter sido promovido a general de brigada.

Em 28 de maio, assume outro nome legendário do Exército Brasileiro, o então tenente-coronel Valentim Benício da Silva. À frente de uma comissão nomeada

pelo ministro do Exército, integrada pelo Maj Baptistelli e outros seis instrutores de equitação brasileiros, que elaborou a proposta para *Regulamento dos Campeonatos de Cavalos d'Armas* e *Programa de Provas Hípicas*, propondo ainda a construção de pistas de *cross-country*, de salto e melhoria das instalações equestres.³¹ Com isto, logrou organizar e promover a Semana Hípica do Exército, com vista a que fosse um ponto de inflexão na trajetória do hipismo brasileiro.³²

O 15º R.C.I. é extinto, e criado o Regimento Escola (R.E.), destinado exclusivamente aos trabalhos de instrução da E.C., ficando sob o comando do comandante desse estabelecimento de ensino. A eclosão da Revolução de 1932 provoca a suspensão das aulas, sendo o R.E. empregado para ocupar o quartel do 1º R.G.D. Durante o período da revolução, várias forças policiais acantonaram na E.C. Cessadas as hostilidades, o ministro da Guerra determinou a retomada das aulas, com início a 5 de novembro, entretanto, só foram retomadas a 16. Por determinação ministerial, o final dos cursos da Escola foi antecipado.³³

O espírito empreendedor e o empenho para o desenvolvimento do hipismo nacional do coronel Valentim Benício marcaram o ano de 1933. Em fevereiro, foram publicadas as instruções reguladoras para os cursos C – equitação para oficiais e CI – equitação para sargentos. Em 30 de abril, oficiais da E.C. conquistaram 1º, 2º e 3º lugares no concurso hípico promovido pelo Centro Hípico Brasileiro. Em outubro, foi organizada a equipe de polo do Regimento Escola, e realizou-se um “Percurso de Esta-

feta” para sargentos. Em dezembro, é aprovado o distintivo para os concludentes do Curso Especial de Equitação para oficiais e sargentos, que havia sido proposto pelo coronel Valentim Benício. É iniciada a elaboração de uma revista “Cavalaria” que seria publicada no ano seguinte.

No final do mês de dezembro, o civil José Alves de Souza fez a entrega do Troféu Baptistelli

e mais 5 apolices federais e 250\$, destinados a um concurso hippico que se realizará anualmente, de acordo com as clausulas transcriptas na escriptura cuja certidão acompanhou o mesmo tropheo,

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

tal como registra o Livro Histórico da E.C. Não se pode constatar se seria doação do major francês, mas tudo indica que sim. Este troféu é disputado até hoje pelos alunos da Escola de Equitação do Exército, numa prova de salto tipo Grande Prêmio.

Com o término da missão do major Baptistelli, encerrou-se o contato direto entre a MMFB e o Centro Especial de Equitação. O instrutor-chefe passou a ser o capitão brasileiro Manoel Garcia de Souza, sendo instrutores os capitães Armando de Moraes Âncora, Osvaldo Borba e Oromar Osório, formados instrutores de equitação sob a direção direta de Gloria e Baptistelli. Aqueles oficiais seguiram difundindo o legado da escola de equitação francesa, consolidado em séculos de prática e convivência com o cavalo. Em 1938, dada a proximidade da II Guerra Mundial, o ministro da Guerra de-

terminou o encerramento do curso, que só foi retomado em 1946.

Considerações finais

São incontestáveis os benefícios, melhoramentos e aperfeiçoamentos resultantes da ação da MMFB no Exército Brasileiro. Praticamente em todas as áreas da Força Terrestre, essa influência se fez sentir, como bem pode inferir o prezado leitor pelos demais artigos desta Revista.

Com a equitação não foi diferente e pode-se afirmar que essa influência foi das mais profundas e duradouras, permanecendo até os dias de hoje, e se antevê que perdurará por muito tempo. Como principais consequências, podem-se destacar:

- a unificação da doutrina equestre do Exército e, por extensão, do país;
- estabelecimento de sólida base doutrinária, composta por conhecimentos teóricos e práticos, que possibilitou

o desenvolvimento de uma doutrina equestre brasileira, fundamentada na doutrina francesa;

- o aprimoramento na formação dos instrutores e monitores de equitação do Exército Brasileiro;
- a manutenção dos centros de instrução de equitação, embriões da Escola de Equitação do Exército;
- o notável estímulo dado à prática dos esportes equestres;
- as importantes melhorias no desempenho dos cavaleiros nacionais;
- o incentivo à criação e preparação de cavalos de hipismo;
- o estímulo à fundação e ao desenvolvimento de clubes hípicas;
- a ampliação da convivência entre militares e civis; e
- o Exército tornou-se, por longo tempo, centro irradiador da cultura e doutrina equestres. **REB**

¹ Embocadura ou bocado é a denominação dada à peça colocada na boca dos equinos para facilitar sua condução. Pode ser freio ou bridão, o primeiro mais efetivo e o segundo de ação mais suave.

² DIEGUEZ F.; AFINI M. *Quando o homem aprendeu a montar*. 1991. Disponível em: <www.super.abril.com.br/historia/quando-o-homem-aprendeu-a-montar/>. Acesso em 24 out. 2018.

³ DIEGUEZ F.; AFINI M. *Quando o homem aprendeu a montar*. 1991. Disponível em: <www.super.abril.com.br/historia/quando-o-homem-aprendeu-a-montar/>. Acesso em 24 out. 2018.

⁴ HORSEMANSHIP. Xenofonte.?. Disponível em <://horsemanship.tripod.com/xef.htm>. Acesso em 25 out. 2018.

⁵ EQUISPORT. *Quem inventou os estribos*. 2014. Disponível em <www.equisport.pt/noticias/quem-inventou-os-estribos/>. Acesso em 25 Out 2018.

⁶ ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. *Federico Grisone*. ?. Disponível em <www.britannica.com/biography/Federico-Grisone>. Acesso em 26 out.2018.

⁷ THE HORSE & ITS HERITAGE. Antoine de Pluvinel. ?. Disponível em <www.cheval.culture.fr/en/page/antoine_de_pluvinel>. Acesso em 26 out. 2018.

⁸ EQUITAÇÃO CLÁSSICA – MODERNOS CLÁSSICOS. *La Guérinière*. 2007. Disponível em <www.equitacao-classica.blogspot.com/2007/02/la-guriniere-nasceu-em-maio-de-1688-em.html>. Acesso em 26 out. 2018.

⁹ EQUITAÇÃO CLÁSSICA – MODERNOS CLÁSSICOS. *François BAUCHER*. ?. Disponível em <www.equitacao-classica.blogspot.com/p/francois-baucher.html>. Acesso em 26 out. 2018.

- ¹⁰ IN-LIBRIS. *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*. ? . Disponível em: <www.in-libris.com/products/luz-da-liberal-e-nobre-arte-da-cavalaria?variant=6013834437>. Acesso em 26 out. 2018.
- ¹¹ CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO. *O Hipismo no Brasil e a CBH*. ? . Disponível em: <www.cbh.org.br/index.php/historico.html>. Acesso em 26 out. 2018.
- ¹² GOMES, Leonardo Martins. **A história da Escola de Equitação do Exército**. 2011. 42 f. TCC - Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- ¹³ Idem Ib.
- ¹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Contrat entre le Gouvernement de la Republique Federale des Etats-Unis du Bresil & le Gouvernement de la Republique Francaise* (cópia).1919. 14f. Paris, 1919.
- ¹⁵ No contrato da MMFB, estava estabelecido que os oficiais franceses, durante sua missão, seriam considerados com um posto acima do que tinham no exército francês. Portanto Gippon e De Paul seriam capitães, com honras e privilégios de major, a quem se denominava comandante.
- ¹⁶ ESCOLA DE EQUITACÃO DO EXÉRCITO. *Histórico*. 27f. Documento em PDF. Rio de Janeiro, RJ. [2012 a 2015].
- ¹⁷ Idem Ib.
- ¹⁸ Idem Ib.
- ¹⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Currículos resumidos dos oficiais integrantes da Missão Militar Francesa*. [1920?]. 14f. Paris, [1920?].
- ²⁰ ESCOLA DE EQUITACÃO DO EXÉRCITO. *Histórico*. 27f. Documento em PDF. Rio de Janeiro, RJ. [2012 a 2015].
- ²¹ ESCOLA DE EQUITACÃO DO EXÉRCITO. *Histórico*. 27f. Documento em PDF. Rio de Janeiro, RJ. [2012 a 2015].
- ²² ESCOLA DE EQUITACÃO DO EXÉRCITO. *Histórico*. 27f. Documento em PDF. Rio de Janeiro, RJ. [2012 a 2015].
- ²³ GOMES, Leonardo Martins. **A história da Escola de Equitação do Exército**. 2011. 42 f. TCC – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- ²⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Boletim do Exército nº 227*. 1.925. Rio de Janeiro, RJ. Imprensa Militar, 1925.
- ²⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Of 46, de jan. 1925, do Ch EME ao Min Guerra*. Rio de Janeiro, RJ. 1925.
- ²⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Livro Histórico da Escola de Cavalaria 1920 a 1936*. Rio de Janeiro, RJ. 1927.
- ²⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Repports de l'anné 1923*. 14f. Rio de Janeiro, RJ, 1923.
- ²⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Livro Histórico da Escola de Cavalaria 1920 a 1936*. Rio de Janeiro, RJ. 1928.
- ²⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Relatório da E.P.C. 1928*. Rio de Janeiro, RJ. 1.928
- ³⁰ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Livro Histórico da Escola de Cavalaria 1920 a 1936*. Rio de Janeiro, RJ. 1929.
- ³¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Ofício da Comissão ao Min Guerra 10 jul.31*. 1931. Rio de Janeiro, RJ. 1.931
- ³² ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Livro Histórico da Escola de Cavalaria 1920 a 1936*. Rio de Janeiro, RJ. 1932.
- ³³ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Livro Histórico da Escola de Cavalaria 1920 a 1936*. Rio de Janeiro, RJ. 1933.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo

Inovações institucionais e a capacitação profissional implementada ao efetivo policial-militar

*Sandra Helena Linhares**

A Força Pública Paulista, desde sua criação, em 15 de dezembro de 1831, demonstrou uma evolução contumaz no que diz respeito ao seu contingente de profissionais. Tal fator, aliado ao crescimento das cidades, foi decisivo para que houvesse o pensamento sobre uma real necessidade de se oferecer à tropa paulista treinamento militar específico, original e voltado ao combate armado, uma vez que o próprio crescimento urbano e populacional levavam à necessidade de demonstração do poderio militar frente aos conflitos armados que ocorriam, e frente a disputas políticas que permeavam o cenário nacional.

Diante do quadro apresentado, o Governo de São Paulo, tendo à frente o então Jorge Tibiriçá, em 1905, decidiu pela contratação de militares do Exército francês para o treinamento de sua Força Policial.

De fato, a resposta qualitativa das forças repressivas estaduais às mudanças de formação social brasileira é dada com a racionalização dos serviços policiais-militares estaduais, que impunha pautas definidas de profissionali-

zação. Embora de gestação lenta e instável, esta profissionalização tem seu marco gerador com a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública do Estado de São Paulo. (FERNANDES, 1973) (grifo nosso)

E como foi realizada essa contratação? Por que a escolha recaiu sobre o Exército Francês?

Vale destacar que as instruções dispensadas aos integrantes da Força Pública, antes da contratação dos franceses, eram muito simples e desprovidas de estrutura organizacional, eram viabilizadas recomendações aos comandantes da milícia estadual paulista — geralmente oficiais oriundos do Exército — para não descuidarem da necessária instrução aos praças dos destacamentos, sempre que as folgas do serviço assim permitissem, pois os tais exercícios eram sempre úteis aos soldados, além de ser uma ótima maneira de tirá-los da ociosidade.

Corroborando Almeida (2009) que, já no

* Maj PM (Academia de Polícia Militar do Barro Branco, CFO/97 e Aperfeiçoamento/16), bacharel em Direito (Universidade São Francisco/04), Curso de Extensão Universitária de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal (Núcleo de Estudos da Violência da USP/06), Licenciatura Plena em História (Universidade Bandeirante de São Paulo/08).

final do século XIX, mais precisamente em 1865, aparece pela primeira vez disposto em documento formal a regulamentação de instrução militar a ser ministrada à Força Policial.

A Lei de fixação de efetivo para 1866, em seu artigo 1º, parágrafo 4º, dispunha que “a instrução da manobra do corpo será regulada pela ordenança portuguesa”, numa alusão ao regulamento então adotado pelo Exército da Monarquia.

Posteriormente, em 1868, estava previsto em regulamento que competia privativamente ao comandante do Corpo determinar os dias e horários para as revisitas e exercícios da tropa e, partir de então, a instrução passou a ser realizada com base em regulamentos organizados por oficiais das Forças Armadas.

Não era incomum encontrar espalhados pelos quartéis da Força Pública exemplares das instruções organizadas pelo coronel do Exército “Moreira Cezar” e de “Tratado de Tática Elementar”, obra de autoria do capitão de Artilharia Lobo Viana, onde estariam resumidas as lições do autor ministradas na Escola Militar de Praia Vermelha, de 1898 até 1904.

Diante desse cenário político, além das batalhas em que a Força Pública Paulista esteve empenhada ao longo de todo o século XIX e início do século XX, em 1905, seu efetivo, fixado pela Lei 911 do ano anterior, era de 4.217 homens “mal armados e

mal adestrados, insuficientes para atender às exigências de um Estado em astronômico progresso”.

Sob a óptica de se melhorar a estrutura de organização da Força Pública e que essa nova estrutura pretendida estaria atrelada a uma importante renovação institucional — no tocante à profissionalização de seus integrantes, à implementação de instruções organizadas, eficientes e propagadoras de conhecimentos que capacitassem tais integrantes a uma atuação enérgica diante das inúmeras batalhas e conflitos que surgiam —, foram esses militares do Exército contratados para a nobre missão de dinamizar o conhecimento e aprimorar profissionalmente os homens que compunham o “Pequeno Exército Paulista”.

Almeida (2009) menciona que os gauleses investiram na valorização da disciplina e do treinamento como forma de mudar o comportamento daquele grupo social.

O responsável pela contratação dos franceses foi o Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado à época. Nasceu em Paris, no ano de 1855, filho de pai brasileiro (fazendeiro natural da cidade de Itu) e mãe francesa, criou-se em São Paulo e mais tarde retorna à Europa com sua genitora com o propósito de prosseguir com seus estudos. Retornando ao Brasil em 1879, foi nomeado presidente da Província Paulista em 1890, cargo que exerceu até 1891, quando foi exonerado e depois retornou em 1905.

Muito provavelmente a ascendência materna e o conhecimento pessoal do

país tenham impelido Tibiriçá a optar pelo Exército da França como modelo a ser implantado, em nível de instrução, pela Força Pública Paulista.

O então barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, sugeriu em algumas oportunidades a contratação do Exército alemão, conforme observado em cartas escritas ao Secretário da Justiça do Governo Tibiriçá, Dr. Cardoso de Almeida.

Gabinete do Ministro das Relações Exteriores – Gab-1826 Exp. Petrópolis, 22 de abril de 1905.

Exmo. Amigo e Sr. Dr. Cardoso de Almeida,

Peço a V. Ex. muitas desculpas pela demora com que acuso o recebimento das duas cartas com que me honrou, manifestando o desejo do Sr. Presidente de S. Paulo de que eu procure obter um oficial do exército francês para servir de instrutor da força militar de polícia de S. Paulo. Quando aqui estive o Dr. Godoi, eu lhe disse que me parecia melhor pedir esse instrutor do exército alemão, que é o primeiro da Europa. Há nele oficiais que falam corretamente o francês e o italiano. Peço a V.Exa. que consulte o Sr. Dr. Tibiriçá e me responda. Pelo telégrafo tratarei do assunto quer o instrutor tenha de vir da França ou da Alemanha. Suponho que o prazo da comissão em São Paulo deve ser de um a dois anos. As condições de honorários e ajuda de custo de ida e volta dependerão de informações que receberei de Berlim ou de Paris e que logo transmitirei a V. Ex. De V. Ex. Mto. atento e adte. Crdo. Rio Branco. (AMARAL, 1966)

Nesse sentido, as negociações prospe-

raram, e, numa próxima carta, o próprio secretário da Justiça, Dr. Cardoso de Almeida, delibera ao Dr. Gabriel Piza, representante diplomático paulista em Paris, que proceda às negociações para a contratação dos franceses para São Paulo.

Interessante o documento que confirmou a contratação e ainda indicou algumas condições a serem cumpridas pelo séquito de oficiais franceses enquanto estivessem a serviço do Governo Paulista.

Gabinete do Secretário do Interior e da Justiça

São Paulo, 12 de maio de 1905.

Exmo. Snr. Dr. Gabriel de Piza.

Confirmando as cartas que V. Exa. Tem dirigido ao Sr. Coronel Lacerda Franco e em resposta à de V. Exa. ao mesmo Sr., em data de 9 de março, peço, em nome do Sr. Dr. Presidente, que V. Exa. se digne providenciar a respeito da vinda do oficial do exército francês, que tem de servir como instrutor, na Força Pública, mediante as seguintes condições: 1ª. Contrato de dois anos e prorrogável à vontade das partes; 2ª. Ordenado até o máximo de 25 mil francos anuais, pagos em moeda francesa; 3ª. Passagem de ida e volta, para o oficial e senhora, paga pelo Estado de São Paulo; 4ª. Concessão de uma ordenança e de um cavalo para o seu serviço particular; 5ª. Autorização ao dito oficial para contratar dois sargentos franceses, que terão passagem de 2ª. classe, de ida e volta paga pelo Estado, vencendo cada um 5.000 francos anuais, ou um oficial com ordenado até 10.000 francos e um sargento até 5.000; 6ª. Não sair o mencionado oficial da capital em serviço. Ainda em nome do

Sr. Dr. Presidente do Estado, cabe-me agradecer a V.Ex. o serviço que está prestando ao Governo de São Paulo e ao adiantamento de nossa terra. De V. Exa. Cardoso de Almeida. (AMARAL, 1966)

Para comandar a Missão Militar Francesa em São Paulo, foi escolhido o comandante Paul Balagny, major do Exército Francês.

Paul Balagny nasceu em 19 de janeiro de 1863. Era casado, mas não possuía filhos. Ingressou na Academia Militar de Saint Cyr em 1883, formando-se em 1885 e promovido a segundo-tenente, tendo servido em Tonkin, Hanói, Amã, Binh-Dinh. Formado



Figura 1 – Cel Paul Balagny, comandante da I Missão Francesa (1906)

Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

pela Escola Superior de Guerra no Curso de Estado-Maior, foi designado em missão histórica para o serviço geográfico francês para reunir o material necessário à redação de livro sobre a campanha conduzida por Napoleão na Espanha. Nomeado comandante de batalhão em 1901 na Indochina, era poliglota — falava, além de sua língua pátria, inglês, alemão, espanhol, tinha noções de russo, japonês, chinês e anamita. Quando aportou no Brasil, encontrava-se no comando do 103º Batalhão de Infantaria, arma que sempre honrou e serviu durante sua vida profissional.

O chefe da Missão subordinava-se diretamente ao presidente do Estado e ao secretário do Interior e Justiça, equivalendo-se, pelo contrato, ao comandante-geral da Força. Importante frisar que, além das condições de remuneração e permanências desses profissionais em São Paulo, o contrato previa a duração de dois anos, o embarque dos integrantes para São Paulo, em 28 de fevereiro de 1906, e a possibilidade de prorrogação por vontade de ambas as partes e, principalmente, a proibição dos instrutores de participarem de quaisquer operações militares e exercer, exclusivamente, atividades de instrução e organização da força policial.

Segundo o autor André Rosemberg¹ (2008), em texto elaborado acerca da chegada da Missão Francesa na Força Pública, houve repercussões de ordem negativa por parte da imprensa, o que acabou por influenciar o próprio Exército sobre a necessidade de contratação desses militares:



Figura 2 – Presidente do Estado de São Paulo, Cmt da Força Pública; Cel Paul Balagny e sua Senhora (1913)
Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Porém, a chegada da Missão Francesa, capitaneada por um oficial do exército francês, o coronel Paul Balagny, auxiliado por mais três militares (o tenente Negrel e os sargentos De La Brousse e Statmuller), repercutiu mal em alguns órgãos da imprensa, principalmente no Rio de Janeiro, onde os jornais reagiram ferozmente contra o “imperialismo” paulista, de um lado, e, de outro, contra o enfraquecimento do Exército, que só receberia treinamento estrangeiro (também francês) em 1918: “A primeira impressão que se tem ao ver um tão empenhado luxo de arregimentação é a de que São Paulo se arma para alguma guerra”, escreveu um jornalista ainda em 1906. (ROSEMBERG, 2008)

Rosemberg (2008) ainda destaca sabiamente que a presença dos militares franceses e a adoção de uma estrutura de treinamento foram motivações certas para os artigos ácidos e meticolosos da imprensa:

Entretanto, a presença dos militares franceses e a adoção de uma nova metodologia de treinamento para a Força Pública de São Paulo foram um prato cheio para a verve galhofeira da imprensa e dos opositores da medida. Afinal, o contraste entre a “modernidade” dos novos sistemas empregados de supetão e a “tradição” desleixada da polícia militar paulista era patente, e não deixava de ser um espetáculo derrisório para aque-

les que conviviam nas ruas, praças e tavernas, *coude-à-coude*, com as praças que, do dia para a noite, passaram a atender comandos em francês. (ROSEMBERG, 2008)

Um official francez instruindo um soldado de polícia:

— *A La gauche!*

O soldado estupefacto:

— Que gancho, seu tenente?

— *E bien, á La droite!*

— Aladroadado, não, senhor, seu tenente, si V.S. pega nos insurtá eu arrequeiro bacha. Veja lá como fala, “monsiú” (...) (ANDRADE; CÂMARA, 1931)

Nessa conjuntura de insegurança, como comandante-geral da Força Pública, o coronel José Pedro de Oliveira teve que contornar o acontecimento mais polêmico durante a estadia dos franceses em São Paulo, a chamada “Tragédia do Quartel da Luz”, em 11 de junho de 1906 — durante uma instrução de tiro, foram mortos o tenente-coronel Negrel e o alferes paulista Manoel Moraes de Magalhães, atingidos por um projétil de fuzil disparado pelo sargento da

Força Pública José de Melo. Tem-se que o graduado havia sido punido com rigor pelo oficial francês por se apresentar alcoolizado para a instrução, fato que teria motivado tal ação violenta contra os franceses.

Mesmo em decorrências de infortúnios, as instruções iniciaram, e a rotina seguida pela missão militar no Quartel da Luz previa a instrução regular e, vez por outra, a tropa ainda era conduzida para o bairro da Várzea do Carmo e para o Prado da Mooca para a realização dos exercícios práticos.

O ensino implementado por Paul Balagny seguia uma metodologia própria, seccionado por grupos distintos, que, após a instrução quase individual, passavam a ser instruídos em ensino de seção, depois desta à companhia e, finalmente, ao batalhão — isto no que concerne à infantaria.

Conforme as instruções seguiam, notava-se a cada dia a marcialidade e destreza da tropa, o que pode ser mensurado nas comemorações alusivas ao aniversário da Pro-

clamação da República, em 15 de novembro de 1906, na Capital paulista. A *performance* da Força Pública foi ovacionada e aplaudida de pé por aqueles que se encontravam pelo local.

O próximo passo de Balagny foi organizar teoricamente as instruções ministradas aos integrantes da Força Pública. Nesse contexto, Almeida (2009) nos expõe:



Figura 3 – Treinamento da Missão Francesa (1913)
Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Assim, logo em agosto, devidamente aprovados pelo Secretário da Justiça, foram publicadas as instruções denominadas “Escola do Soldado”, “Escola de Secção” e “Escola de Companhia”, para a infantaria e “Escola de Cavaleiro a pé”, “Escola de Cavaleiro a Cavalo”, para a cavalaria. (ALMEIDA, 2009)

Importante destacar que, em 20 de abril de 1908, os paulistas recebem o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, para uma visita de dois dias.

No primeiro dia de visitas, acompanha exercícios e manobras da tropa na Várzea do Canindé, finalizada com a simulação de “ataque e tomada do leito da estrada de ferro Cantareira, terminando o combate com um assalto a baioneta”. No dia seguinte, seguiu para a linha de Tiro da Invernada do Barro Branco para uma brilhante instrução envolvendo os praças.

O impressionismo e a boa impres-

são causados pela atuação da Força Pública Paulista foram pontuais, e o ministro marechal Hermes não se olvidou em tecer inúmeros elogios ao trabalho realizado pelos franceses. Talvez esse tenha sido uma das motivações para a contratação de uma Missão Militar Francesa, em 1918, também para instruir o Exército Brasileiro.

Além da instrução, a missão militar também auxiliava o governo de São Paulo, propondo a aquisição de material — armamentos, perneiras e calçados —, alteração e aumento de efetivos de unidades, na elaboração do planejamento de defesa do estado e sugestões para adoção de procedimentos europeus, inclusive no serviço policial, como na utilização de cães belgas pela Guarda Cívica no policiamento da capital. (ALMEIDA, 2009)

Diante das várias instruções ministradas pela Missão, em 1910, tem-se a es-

truturação da Companhia Escola, que, ao ser ampliada, resulta na implantação dos diversos cursos de formação, anteriormente denominados “Escola” e a criação do Curso Especial Militar, embrião do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, em pleno funcionamento na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, até os dias atuais, escola de comandantes da Polícia Militar de São Paulo.



Figura 4 – Esgrima (1916)

Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Em 3 de março de 1910, por determinação do aviso 185, da Secretaria da Justiça, foi oficializada ainda a criação de um curso de esgrima e ginástica, na Força Pública, a fim de habilitar militares a ministrarem aulas de educação física para a tropa.

O capitão Delphin Balancier foi o primeiro comandante do curso, constituído de uma seção de esgrima, aos moldes da Escola Francesa, e uma seção de ginástica, aos moldes do método sueco, criado por Peter Ling.

Segundo Almeida (2009), ainda em 1913, todos os regulamentos e instruções foram revisados pelo próprio Paul Balagny e aprovados novamente pelo governo, publicadas as atualizações dos mesmos.

A Missão Francesa também deixou uma contribuição fundamental na implantação da Aviação na Força Pública.

Por inspiração dos ensinamentos da “Missão Francesa”, foi instituída a Esquadrilha de Aviação (1913) na Força Pública, que teve, na figura de Eduardo Chaves, seu primeiro instrutor; e no campo do Guapira (atual Parque Edu Chaves — bairro de São Paulo) o primeiro campo de pouso militar do país. (ARRUDA, 1997)

A Missão Francesa teve seu contrato renovado por vários anos, permanecendo em São Paulo até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando retornaram para França com o propósito de atuar na luta armada.



Figura 5 – Medalha Paul Balagny

Fonte: www.medalhisticamilitarpaulista.blogspot.com (Paul Balagny)

Em 1921, há um retorno dos oficiais franceses, sob o comando do coronel Frederic Nerél, com a missão de aperfeiçoar a formação dos oficiais por meio da melhoria dos currículos.

A nobre Instituição Paulista não poderia deixar de registrar a importância dos franceses na estruturação da Força e no aprimoramento de seus integrantes; e é por isso que, em 10 de abril de 2006, por ocasião do Centenário da Missão Militar Francesa na Força Pública, foi instituída, pelo Decreto nº 50.713, a Medalha Paul Balagny, outorgada a personalidades civis e militares, em especial àquelas que têm estreito relacionamento com as questões relacionadas ao ensino. A comenda visou a uma significativa homenagem ao grande responsável pelo trabalho técnico de militarização da força repressiva paulista, criando condições para a gênese do seu curso de formação de oficiais.

Por fim, cumpre-nos exaltar com emoção a contribuição ofertada pelos

franceses à Força Pública Paulista, a qual foi, exaustivamente, treinada nos modelos de combate francês, além de ter sido estruturada de forma técnica e eficiente, resultado em frutos de suma relevância, sendo a nossa nobre Polícia Militar do Estado de São Paulo uma das forças es-

taduais mais preparadas para as ações operacionais, brilhante em sua estética militar e no atendimento ao público, sempre pronta a ofertar os seus melhores profissionais para servir a sociedade, se necessário, com o sacrifício da própria vida. **REB**

Referências

ALMEIDA, Ênio Antônio de. **Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a história de criação e implantação da escola de formação dos oficiais da Força Pública na República Paulista**. Dissertação apresentada para a conclusão de Mestrado na Universidade de Campinas. Campinas, 2009.

AMARAL, Antonio Barreto do. **A Missão Francesa de instrução da Força Pública de São Paulo (1906-1914)**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, nº CLXXII, 1966.

ANDRADE, Euclides; CÂMARA, Hely F. **A Força Pública de São Paulo: esboço histórico 1831-1931**. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1931.

ASSUMPÇÃO, Eduardo. **Polícia Militar: gênese, evolução técnico-cultural, determinação e desenvolvimento do policial militar**. 1984. 23 p. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo – CAES, São Paulo/ SP.

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce. **Polícia Militar: uma crônica**. São Paulo, 1997.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

ROSEMBERG, André. **Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República**. Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História 63 PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Cursou Doutorado em Paris IV-Sorbonne, no Centre de Recherche en Histoire du XIXème Siècle. Terminou o Pós-Doutorado no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Marília, onde também cumpriu estágio de Jovem Pesquisador. Foi pós-doutor de janeiro de 2016 a julho de 2017 no programa de História Social da PUC-SP. Atua na área de História, com ênfase em história da polícia, do crime e do controle social.

Livraria do Palácio Duque de Caxias



Vantagens da Assinatura

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

Livros da Coleção General Benício

Tipos de assinatura:

- A - versão completa (10 livros, a R\$280,00)
- B - versão compacta (5 livros, a R\$150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além dos livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO
- A DEFESA NACIONAL
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tradição e qualidade em publicações



Missão Militar Francesa de Instrução na Escola Militar

*Durland Puppin de Faria**

*Carlos Roberto Peres***

No início do século XX, o Exército Brasileiro percebeu a necessidade de sua modernização para fazer frente às novas dificuldades que se vislumbravam no ambiente bélico mundial. As reformas realizadas em 1910, pelo então ministro da Guerra Hermes da Fonseca,¹ deram ensejo a essa modernização, assim como o envio à Alemanha, nos anos de 1908, 1910 e 1912, de pequenos grupos de militares para realizar estágios naquele país, que ficam conhecidos como os “jovens turcos”.

Todavia, a Grande Guerra (1914-1918), como ficou conhecido o conflito na época, acarretou profundas transformações nas doutrinas militares que estavam anteriormente em vigor. Essas mudanças deveriam ser implementadas no Exército Brasileiro, para que não se tornasse obsoleto com o tempo. Muito se discutiu sobre a conveniência da vinda de uma missão de técnicos militares europeus para promover essa remodelação. Entretanto, optou-se em firmar um contrato com o Governo francês para o envio de uma missão

militar com o objetivo de ministrar instrução aos oficiais do Exército Brasileiro.

A Alemanha era considerada, por muitos oficiais do Exército Brasileiro, como o país que possuía a melhor estrutura militar da Europa. No entanto, o Brasil optou por contratar uma missão francesa. Essa escolha pode ser explicada por diversos fatores: o exército francês foi vitorioso na 1ª Grande Guerra Mundial, derrotando seu principal oponente, a Alemanha; o Brasil participou da Guerra² ao lado da Tríplice Entende (França, Reino Unido, Rússia e outros) contra as Potências Centrais da Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e outros); alguns militares brasileiros tinham lutado como integrantes do exército francês; entre os anos de 1906 e 1914, uma missão militar da França esteve trabalhando junto à Força Pública do Estado de São Paulo, atual Polícia Militar, com bons resultados;³ e, por fim, os laços culturais do Brasil eram muito mais fortes com a França do que com qualquer outro país (MACHADO, 2011, p. 395).

* Cel Int (AMAN/91, EsAO/99), graduado em História (Universidade Salgado de Oliveira/10), mestre em História do Brasil (Universidade Salgado de Oliveira/17). É professor da disciplina de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2009.

** Cel Eng (AMAN/72, EsAO/82, ECEME/89), graduado em História (UFRJ/2018). É professor da disciplina de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018.

Em 8 de setembro de 1919, foi assinado o contrato entre os dois países, estabelecendo a vinda de uma missão militar francesa ao Brasil.⁴ A Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) chegou ao Rio de Janeiro em 1920, chefiada por um general e integrada por mais de 20 oficiais. Forneceu instrutores para Escola de Estado-Maior⁵ (EsEM), com um Centro de Estudos Superiores; uma Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais⁶ (EsAO), para tenentes e capitães de todas as armas, com instruções variadas; uma Escola de Intendência,⁷ para oficiais intendentess e administradores; uma Escola de Aplicação do Serviço de Saúde, para a formação de médicos militares; uma Escola de Veterinária;⁸ uma Escola de Aviação Militar, com ateliêss para os aviões (BELLINTANI, 2009, p. 278-9); e um Curso de Equitação. Porém, somente a partir de 1824, a MMF passou a atuar na Escola Militar do Realengo (EMR), inclusive com um oficial ocupando a função de subdiretor de ensino militar (MACHADO, 2011, p. 395).

A Missão Indígena

Durante o processo de reforma do Exército Brasileiro, que vinha ocorrendo desde as primeiras mudanças realizadas por Hermes da Fonseca em 1910, o Comando do Exército sentiu a necessidade de melhorar a formação dos oficiais na Escola Militar do Realengo.

Em 1917, os dirigentes do Exército adotaram duas providências efetivas para a modernização da instrução militar, sendo uma relacionada à formação dos sargentos¹⁰ e outra, dos oficiais. Essa última estabelecia, pela primeira vez, um concurso para a seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do

Realengo, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão (esses fatos deram origem à Missão Indígena) (MACHADO, 2011, p. 392).

Segundo o professor Éltton Licério Machado:

O nome da missão relaciona-se a um grupo de instrutores partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria, que, de certa forma, se opuseram à chegada da Missão Militar Francesa (1920). Todavia, não pode ser descartada a velha cultura do ensino bacharelesco provinda da Praia Vermelha, pois os antigos professores, que perdiam cada vez mais espaço, ainda ciosos de suas prerrogativas, viam naqueles “tropeiros” e em suas instruções um arrefecimento intelectual dos quadros do Exército. (MACHADO, 2011, p. 392-3)

De acordo com os documentos oficiais,¹¹ em 1919, se apresentou o primeiro grupo de oficiais concursados para exercer a função de instrutor na EMR. O general Bento Ribeiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, observou que, pela primeira vez, o Estado-Maior do Exército intervinha na escolha dos instrutores daquela escola. Essa nova sistemática de escolha teve a finalidade de proporcionar o ensino prático aos futuros oficiais, salientando ainda o grau de homogeneidade (jovens com a mesma mentalidade profissional) e o fato de que isto seria a esperança para o ensino profissional (DENYS, 1985, p. 16).

De acordo com Jehovah Motta, o regulamento de 1918 apresentava três ideias centrais:

1) recolher as lições da guerra que findava; 2) acentuar, ainda mais, o predomínio, no currículo, do ensino profissional-militar, que já vinha sendo a tônica das reformas de 1905 e 1913; e 3) adotar procedimentos e normas defendidas pugnaz e ardorosamente pelos oficiais que haviam estagiado na Alemanha. (MOTTA, 1998. p. 250)

Quando o assunto da vinda da MMF foi divulgado dentro do Exército, esses oficiais, selecionados por concurso, passaram a constituir um grupo de instrutores que foi apelidado pelos alunos da Escola como a “Missão Indígena”, por analogia aos “jovens turcos” formados na Alemanha e em comparação com a “missão francesa” que estava para ser instalada no Brasil.

Na prática, os trabalhos dos integrantes da Missão Indígena começaram em meados de 1918, ou seja, seis meses antes da apresentação oficial dos instrutores.¹² Em 1919, assumiram toda a estrutura de ensino militar no que concerne à formação inicial dos oficiais. Para comandante da escola foi nomeado o coronel Monteiro de Barros, que, de imediato, passou a apoiar e orientar o novo corpo de instrutores segundo as ideias renovadoras, preconizadas pelos escalões superiores do Exército (MACHADO, 2011, p. 392-3).

Logo, o espírito renovador desses oficiais, dois dos quais ex-estagiários na Alemanha, trouxe grandes inovações, com conhecimentos que ultrapassavam o caráter técnico da instrução e do ensino para atingir a relevância dos valores afetivos, voltados para as raízes e as tradições, em relação à profissão militar, com reflexos para todo o Exército.

Quando a Missão Indígena iniciou seus

trabalhos, estava em vigor o Regulamento de 1918,¹³ que foi editado incorporando inovações, principalmente, nos campos do armamento e da tática, refletindo o ambiente da época, enquanto os ensinamentos da guerra ainda estavam latentes.

De início, três grandes modificações: a Escola Prática foi extinta, ficando todo o encargo do ensino com a EMR; a Escola passou a ser subordinada, didaticamente, ao Estado-Maior do Exército; e os oficiais candidatos a instrutor da Escola deveriam se submeter a provas práticas.

Nesse novo Regulamento, foi enfatizado que o ensino deveria ser teórico-prático, devendo a teoria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida como um fim útil e, sempre que possível, seguida de um exemplo prático. Destacou, ainda, que o ensino da tática deveria ser realizado de forma concreta, empregando a didática do “caso concreto” e do “tema tático”, estudado na carta e no terreno.

O curso de formação continuou a ser composto pelo curso Fundamental, realizado em dois anos, por todos os alunos, seguido do curso das Armas, realizado em um ano pela Infantaria e pela Cavalaria, e em dois anos pela Artilharia e pela Engenharia.

Em 30 de abril 1919, foi instituído um novo Regulamento,¹⁴ que definiu a finalidade da Escola Militar: “ministrar apenas os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão”. O curso de formação de oficiais continuava sendo composto pelo curso Fundamental, que ocorria nos dois primeiros anos para todos os alunos, e pelo curso Especial,¹⁵ com a duração de um ano. A grande novidade é a equiparação na du-

ração dos cursos das Armas que compunham o chamado curso Especial, que passaram a ter a mesma duração.

Este Regulamento de 1919 procurou realizar a integração do ensino da Escola com a instrução que era ministrada nos Corpos de Tropa, aplicando, em ambos, os mesmos processos de instrução. Com esse currículo a Escola ficou moldada a padrões tipicamente militares, nos quais esses assuntos ocupavam 70% do tempo de estudo, complementados por um ensino prático rigoroso e dirigidos por um regime militar severo (CASTRO, 2004, p. 125).

Nesse ano, o número de alunos matriculados chegou a 750, e as instalações da Escola foram ampliadas.

Em maio de 1922, foi criado o Curso Preparatório para a Escola Militar, que passou a funcionar em um prédio anexo à Escola e que tinha por finalidade preparar os alunos para o concurso para oficial do Exército.

Todavia, no início dos anos 1920, o país voltou a viver momentos de instabilidade política. Embora instalada em uma região afastada do centro do Rio de Janeiro, a EMR foi novamente envolvida. De acordo com um dos instrutores, o então tenente Odylio Denys (1985, p. 17), a rigidez disciplinar da “Missão Indígena” e o ensino militar, com predominância de um modelo mais prático do que teórico, não foram obstáculos suficientes para impedir que os alunos da EMR participassem dos eventos do dia 5 de julho de 1922.¹⁶ Por essa participação, o comandante, todos os instrutores da Missão e 584 alunos foram desligados da escola,¹⁷ encerrado assim, a participação da Missão Indígena na formação dos oficiais do Exército Brasileiro (RODRIGUES, 2008, p. 118).

A principal consequência desse procedimento foi a entrada, na EMR, de membros da Missão Militar Francesa de Instrução,¹⁸ até então afastados da escola. A MMF assumiu, a partir de 1924, as funções de ensino, começando, então, a influência francesa na formação de oficiais. Essa influência perdurou, na formação técnico-profissional, até as proximidades da 2ª Guerra Mundial.

A Missão Militar Francesa

O Congresso Nacional Brasileiro, em 1917, aprovou a lei que autorizava o início das negociações com o Governo francês para a contratação de uma grande missão militar, cuja finalidade seria reorganizar eficientemente o Exército Brasileiro. Essa decisão, embora baseada em uma lógica gerada pela aliança militar durante a guerra, sofreu severas críticas de integrantes do Exército, como narra Bastos Filho:

[...] em todos ramos da preparação militar muito dinheiro e energia têm sido gastos sem método; os regulamentos se sucedem sem as ligações indispensáveis à coesão do aparelho militar, os quartéis são abandonados antes de terminada a construção, o material se estraga por abandono ou esquecimento. Tudo é feito de ocasião, sem unidade de doutrina e de ação; há falta de base orgânica e de um programa de desenvolvimento dessa organização. O mal vem, assim, da alta administração e comando. (BASTOS FILHO, 1994, p. 14)
(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o primeiro contrato oficial entre os dois gover-

nos.¹⁹ Naquele momento, a missão tinha como objetivo central apenas desenvolver e organizar um serviço de Aviação Militar para o Exército.²⁰ Somente em 8 de setembro do ano seguinte, foi realizado o acordo para a vinda para o Brasil de uma Missão Militar Francesa de Instrução. Em março de 1920, chegam ao Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses²¹ (MARCUSO, 2012, p. 172).

O general Maurice Gamelin²² foi o oficial francês indicado para chefiar a MMF e também para a função de assistente técnico para assuntos de instrução e a organização do chefe do EME, porém a MMF estaria subordinada somente ao ministro da Guerra do Brasil, de acordo com o contrato. A duração inicial da missão era de quatro anos, com possibilidade de rescisão após dois anos e de renovação (MARCUSO, 2012, p. 173).

O contrato previa inicialmente a criação de duas escolas de aperfeiçoamento²³ (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, EsAO, e a Escola de Estado-Maior, EEM) e três escolas especializadas²⁴ (de Intendência e Administração,²⁵ de Aviação²⁶ e de Veterinária²⁷). A construção destas escolas foi realizada na gestão do ministro da Guerra Pandiá Calógeras²⁸ (1919 a 1922).

A carreira do oficial seguia uma sequência intelectual lógica e faseada com sua formação na EMR e, posteriormente, cursando a EsAO e a EEM. Todavia, a MMF não realizou qualquer interferência na condução das instruções na EMR. Segundo Marcusso (1912), o motivo era simples:

a atuação da Missão Indígena apenas começava seu trabalho de reforma da instrução, e o EME não pretendia abrir mão de seu selecionado grupo de instrutores tão facilmente.

No entanto, esse cenário foi alterado significativamente quando a EMR e os instrutores da MI se envolveram na revolta do dia 5 de julho de 1922, causando, consequentemente, o fim precoce dessa, até então, promissora comissão de instrução. (MARCUSO, 1912, p. 177)

A MMF na Escola Militar do Realengo

Após a participação dos integrantes da EMR nos movimentos de contestação política do governo central, ocorrida no dia 5 de julho de 1922, o comando do Exército, influenciado pela doutrina francesa, determinou que a formação dos futuros oficiais deveria seguir uma estrutura menos politizada e mais técnico-profissional. Estabelecia, também, a necessidade da difusão de um pensamento já existente nas democracias mais avançadas, em que o poder militar deveria ficar subordinado ao poder civil, como acontecia na França e em outros países (MARCUSO, 1912, p. 177).

Com a saída da Missão Indígena, a MMF passou a ocupar esse espaço, principalmente a partir do Regulamento de 1924,²⁹ que substituiu o de 1919, em que havia um exagero no combate ao “bacharelismo”³⁰ e ao “pisanismo”³¹ de épocas anteriores. O novo Regulamento deu uma guinada extremamente forte na direção do profissionalismo e da prática, porém, sem atender às ciências da cultura geral, necessárias ao complemento dos conhecimentos que deveria possuir um oficial do Exército. Novamente o Exército se punha diante da necessidade de determinar a quantidade adequada de cultura geral a ser introduzida no currículo.

Marcusso (2011) observa da seguinte forma a transição de uma doutrina que

tentava ser genuinamente brasileira para uma doutrina europeia:

[...] Nesse sentido, o regulamento de 1924 vem como o resultado das experiências colocadas em prática na EMR no interregno de 1913 a 1922. Daí, podemos inferir todo o esforço depreendido pelo ministério da guerra em conjunto com o estado maior do exército entre 1913 e 1922 para instituir um ensino prático, com conteúdo essencialmente militar, um conhecimento técnico, tático e militar moderno, com uma disciplina rígida e hierarquizada logrou sucesso, mas apresentou um poderoso “efeito colateral”: **formou oficiais mais capacitados em conhecimentos militares que seus superiores.** Tal efeito contribuiu para os atos de insubordinação ocorridos na Escola em decorrência da adesão de grande parte de seus alunos, e de alguns instrutores, aos episódios do 5 de julho de 1922. (MARCUSO, 2011, p. 77, grifo nosso)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Uma das principais críticas, inclusive de militares franceses, era a pouca carga horária destinada a assuntos ligados à “cultura geral”, fato este que causou, inclusive, uma observação por parte do ministro da Guerra Calógeras, que, em seu relatório de 1920, elogiava a Escola, mas já apontava a necessidade de mudanças curriculares,

Continua esta, sob excelente comando, merecendo de dia para dia mais completamente o respeito e o carinho de todos os brasileiros. Nada há que modificar nos programas com que o preparo técnico tem sido ministrado. **O ponto em que um progresso esta reclamando atenção do governo, está**

em ampliar certos estudos teóricos, sem prejuízo da orientação pratica atual, a fim de treinar oficiais nas **funções de mais alto nível científico**, ligadas ao provimento das próprias necessidades do Exército. Cumpre acrescentar que tal norma deve sempre ser encarada do ponto de vista militar, sem se perder em generalizações que nada, ou quase nada, tem que ver com a eficiência da força. **O problema está sendo estudado com o carinho que merece a Escola.** (Relatório do Ministro da Guerra, 1920. p.39, grifos nossos) (N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Ainda, segundo Marcusso (2012, p. 181), o comando do Exército, no início dos anos 1920, procurou fundamentar a formação do oficial sob uma base mais ampla de conhecimentos, não mais tendo como pressuposto o ambiente da 1ª Guerra Mundial, como foi o caso dos Regulamentos de 1918 e 1919, mas, sim, com o objetivo de capacitar intelectualmente o oficial. Essa preocupação seria o princípio norteador da reforma proposta pelo Regulamento de 1924.³²

O ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho (1922-1926), demonstrou a mesma opinião de seu antecessor, ao declarar que

Todos sentem que o plano atual está positivamente abaixo das exigências da cultura geral que deve ter um oficial para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem (...) (Relatório do Ministro da Guerra, 1922, p.7)

Assim, para solucionar esse problema, foi criado o Regulamento de 1924, que entrou em vigor em fevereiro do mesmo ano.

Esse novo regulamento, pela primeira vez, impôs a necessidade de realização de exa-

mes de saúde rigorosos e de apresentação de um atestado de procedência para os candidatos à Escola Militar. Os cursos continuavam sendo, um Fundamental, com a duração de dois anos para todos os alunos, e quatro especiais, um para cada Arma, com a duração de um ano. O curso Fundamental foi constituído pelo ensino geral e pelo ensino militar, e este, por sua vez, foi subdividido em teórico e prático. Nos cursos especiais das Armas, o ensino seria militar, nas modalidades teórico e teórico-prático.

No primeiro ano, eram ministradas instruções sobre Organização Geral do Exército, Direito Constitucional, Geometria, Higiene Militar, Administração, Armamento, Física e Eletricidade, além das atividades práticas de Tiro com Fuzil, Educação Física e Esgrima.

No segundo ano, constavam Regulamentos de Campanha, Fortificações, Topografia, Química, Cálculo, Mecânica e Explosivos. Na parte prática, além das atividades do primeiro ano, realizava-se construção de pontes, entre outros.

No terceiro ano, as instruções variavam de acordo com o curso escolhido pelo aluno. No curso de Infantaria, o aluno aprendia a manusear os armamentos orgânicos da arma de Infantaria e estudava seus regulamentos e tática. No curso de Cavalaria, o aluno recebia instrução sobre o emprego de Armas a pé e a cavalo, a construção de fortificações e o serviço de campanha, além do estudo dos regulamentos de cavalaria e táticas. No curso de Artilharia, era realizada a prática de tiros com diversos canhões e o emprego das armas de artilharia, privilegiando, na parte teórica, os assuntos específicos da Artilharia. No curso de Engenharia, eram transmitidas noções de Eletricidade, Material de Engenharia, Resistência dos Materiais, Pontes Militares, tra-

balhando, na parte prática, com a construção de fortificações, pontes, rotas, caminhos de ferro, telefonia, entre outros³³ (BELLINTANI, 2009, p. 340-1).

Esse novo currículo procurou harmonizar o ensino das ciências com o das atividades técnico-profissionais. Houve o aparecimento de uma disciplina chamada de “Aplicações da Química, da Física e da Mecânica à Técnica Militar”, que procurava fundir a atividade científica à militar, dando um sentido prático ao emprego da ciência na profissão militar (MARCUSO, 2012, p. 181).

Com o objetivo de facilitar o ingresso de jovens que desejassem seguir a carreira de oficial do Exército, foi criado, em 1923, o Curso Preparatório para a Escola Militar, com duração de um ano. Os alunos desse curso eram considerados como discentes da EMR. Em seu currículo, contava Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Desenho Linear, Física, Química e História Natural.³⁴

Junto com a entrada em vigor do regulamento de 1924, a MMF passou a atuar diretamente sobre a EMR, desenvolvendo instruções mais práticas que teóricas, com destaque para os Serviços de Campanha, os exercícios de Tiro e de Educação Física (BELLINTANI, 2009, p. 340). Essa ação dos instrutores franceses foi relatada pelo então aluno Malan:

Pela primeira vez a escola passou a dispor de um oficial francês da Missão, especialista em educação física. Ele teve que se ater a instruir monitores selecionados e a fiscalizá-los na retransmissão dos ensinamentos adquiridos, com a ajuda de instrutores auxiliares. (MALAN, 1988, p. 137)

O apoio prestado pela MMF³⁵ à EMR deu início a um novo ciclo na formação de oficiais do Exército. Os oficiais franceses prestariam um extraordinário serviço ao fortalecimento do profissionalismo da Força Terrestre, até o ano de 1940, em plena interação com os oficiais instrutores brasileiros.

Nesses dezesseis anos em que esteve atuando junto ao Exército Brasileiro, a MMF dispôs sobre os aspectos essenciais do ensino no Exército, inclusive com o programa, que foi por ela estabelecido e levado à apreciação do chefe do Estado-Maior do Exército, por intermédio do chefe da MMF. Segundo Malan:

Sem dúvida, o que caracterizou esta primeira fase quanto à instrução foi a instrução objetiva, sistemática e consciente dos ensinamentos antes apresentados em sala e teóricos. Passamos a viver, em tática, o caso concreto, tão próximo da realidade quanto podiam montar aqueles que os tinham vivido. (MALAN, 1988, p. 110)

As linhas mestras do ensino orientado pela MMF priorizavam a adaptação às situações inéditas; a exigência de raciocínio para solucionar problemas táticos; a aplicação do esforço pessoal; e o desenvolvimento da flexibilidade, apoiados em método lógico e coerente. A aplicação desses temas táticos permitiu a evolução do pensamento militar do Exército Brasileiro.

Convém destacar que o novo currículo para a Escola,³⁶ anteriormente citado, tinha como meta preparar o oficial o dotando de conhecimentos científicos e técnico-profissionais sólidos, mas que viessem a ser aprimorados, posteriormente, na Escola de Aperfeiçoamento

e complementados ao longo da carreira.

Ainda, de acordo com Malan (1988, p. 112), os objetivos a atingir eram traçados desde o primeiro ano, visando a “preparar a instrução do soldado e habilitar para o comando do grupo e do pelotão”. Esta instrução era ampliada e consolidada no segundo e no terceiro ano, quando ocorria a especialização em um dos cursos das Armas, de forma que, ao final do curso, o oficial fosse um instrutor competente e dispusesse dos conhecimentos indispensáveis até ao posto de capitão.

Em outro de seus trabalhos sobre o tema, Malan (1977, p. 302) verificou que, mesmo com a presença da “Missão Francesa”, aspectos da vida nacional indicavam a necessidade da evolução do ensino, conforme destaca o autor:

Em 1924, depois dos choques armados do ano anterior, ocorridos no interior do Rio Grande e que se prolongariam de janeiro a dezembro até a Ata de Pacificação de Pedras Altas, irrompe em S. Paulo, no mesmo quinto dia do mês de julho, o movimento chefiado pelo general da reserva Izidoro Dias Lopes. Essa insurreição se prolongaria pelo restante do ano de 24, voltaria à tona em maio de 1925 com a invasão de Mato grosso e início da trajetória da chamada Coluna Prestes, repercutindo no Rio com o fracassado assalto ao 3º RI. (MALAN, 1977, p. 302)

De acordo com o autor, estes fatos não tiveram repercussão direta sobre a EMR, mas motivaram a criação da primeira Lei do Ensino Militar,³⁷ que dispunha sobre as diversas escolas já existentes no Exército e criava outras, destinadas à especialização.

Aquela mesma Lei criou a Escola de Engenharia Militar, atual Instituto Militar de Engenharia, que passaria a formar os engenheiros do Exército e determinou a revisão dos regulamentos das Escolas Militares.

O novo estatuto e o currículo, elaborado no início do ano letivo de 1929, em linhas gerais, acompanharam os anteriores, porém, embora houvesse equilíbrio entre o ensino científico e o técnico-militar, havia um pequeno aumento da carga horária da parte prática dos assuntos peculiares a cada uma das Armas.

Os cursos continuaram sendo, um Fundamental, comum a todos os alunos, e quatro especiais, um para cada Arma, sendo que houve modificação na sua duração, passando o primeiro a ter a duração de um ano e o segundo a duração de dois anos.

De acordo com o que nos apresentou Bastos (1994), foi possível verificar que o ensino nas escolas militares evoluía constantemente no sentido de aprimorar a formação técnico-profissional, como se pode observar no texto do autor:

Nelas, o ensino é ministrado pela Missão Francesa, de acordo com programas já aprovados pelo ministro da Guerra e com **caráter essencialmente prático, baseado, sobretudo, na resolução de casos concretos, na carta e no terreno**. Completa-os uma instrução de ordem geral, que tem por fim interá-los das grandes questões nacionais e mundiais, atualmente na ordem do dia. (BASTOS, 1994, p. 142, grifo nosso)

Ainda de acordo com Bastos (1994, p. 143), foi também criado o cargo de “diretor do

Ensino Militar”, função que viria a ser exercida pelo oficial integrante da MMF, encarregado de “coordenar todo o ensino tático, tanto o teórico como o prático” e “apresentar ao comandante o programa das matérias, emitindo parecer”. A partir de então, o oficial francês seria, efetivamente, responsável pela orientação, planejamento, coordenação e controle do ensino.

Ao apreciar este currículo, pode-se concluir que não houve uma grande modificação no que diz respeito às disciplinas ensinadas, quer seja na área das ciências, quer seja na técnico-profissional.

O aumento do período dedicado ao ensino técnico-profissional nas Armas possibilitou um maior aprimoramento nas instruções peculiares de cada curso, evitando uma sobrecarga de instrução de Infantaria, para as outras Armas, como vinha acontecendo.

A partir deste Regulamento, a atuação dos instrutores franceses mostrou-se mais eficiente. Eles eram substituídos periodicamente, até 1930, sem que se alterasse o efetivo total de trinta e seis oficiais, em todo o Exército, constante do contrato inicial.

Ainda neste mesmo ano e nos seguintes, as consequências da Revolução de 1930 mudaram esta situação. As novas chefias militares reduziram a composição da Missão de trinta e seis oficiais para dezoito e limitaram sua ação. Dessa forma, iniciou uma crescente participação de oficiais instrutores brasileiros, supervisionada por oficiais franceses, até o início da década de 1940.

A EMR não se envolveu na Revolução de 1930, nem na Revolução Constitucionalista de

1932, ocorrida em São Paulo, porém, as consequências de ambas as revoluções, motivaram a implantação de um novo programa de ensino, sob coordenação da MMF.

Em 1934, foi editado um novo regulamento,³⁸ que modificava a duração do curso da EMR para quatro anos, embora, desde 1919, vinha sendo verificado que três anos de estudos eram suficientes para formar os oficiais de qualquer das Armas. A ideia de ampliar os cursos tinha por objetivo utilizar um programa de ensino mais amplo, com mais conhecimentos sobre Sociologia e Economia Política.

O grande objetivo era ampliar os programas de ensino e, com isso, ampliar o conhecimento dos oficiais, sem, no entanto, alterar radicalmente o currículo, embora este se tornasse mais rico em Ciências Sociais. Este Regulamento foi o primeiro a ser organizado e elaborado por oficiais brasileiros, desde a chegada ao Brasil da MMF. Os métodos e processos de ensino buscavam a objetividade, pela aplicação da doutrina em vigor, voltada para a campanha. Os oficiais brasileiros que elaboraram esse Regulamento demonstravam, nessa primeira experiência, estar no caminho do amadurecimento de suas condições de autonomia técnica no ensino militar. A qualidade do texto pode ser constatada quando se observa a semelhança de suas prescrições com as que permanecem válidas na atualidade.

Neste mesmo ano, o efetivo francês passou a ser de apenas sete oficiais, tornando-se nítida a preparação para o final da participação francesa em nossa atividade de ensino.

Este novo Regulamento de 1934, na prá-

tica, não funcionou, tendo em vista que o Decreto 192, de 20 de junho de 1935, mandou suspender a sua execução e determinou que os cursos voltassem a ser realizados em três anos, para todas as Armas. Foi determinado, ainda, o retorno ao que estava preconizado no Regulamento e currículo de 1929, com pequenas alterações que expressavam os ensinamentos colhidos nos eventos de 1930 e 1932. Esta modificação foi realizada, também, por oficiais brasileiros, definindo a tendência que se firmaria a partir de então. Consta-se, também, que o ensino na Escola, nesse momento, já estava bastante evoluído e aperfeiçoado, se comparado com períodos anteriores.

Ainda em 1935, em 27 de novembro, o levante comunista ocorrido simultaneamente no Nordeste e no Rio de Janeiro, teve consequências diretas sobre a EMR. O episódio mais dramático foi a tentativa de conquista, pelos revoltosos, do Regimento de Aviação da Escola de Aviação, localizada no Campo dos Afonsos, quando o ambiente escolar na sede do Realengo foi turvado por um intenso e duradouro sentimento de comoção, em razão da forma como ocorreu o fato e da perda de jovens companheiros inocentes.

A criação da Inspetoria-Geral do Ensino do Exército

No ano de 1937 foi criada a Inspetoria-Geral do Ensino do Exército (IGEE), que passou a ser o órgão que coordenaria todo o ensino no Exército. De acordo com o decreto³⁹ de sua criação, a IGEE, órgão do Estado-Maior do Exército, passaria a

centralizar, orientar, regular, coordenar e superintender todos os assuntos relativos ao ensino nos Colégios, Institutos, Centros, Escolas e demais estabelecimentos de ensino do Exército, bem como nas Unidades e Contingentes aos mesmos subordinados.

Ainda no mesmo ano, em 23 de dezembro, foi aprovada a Lei do Magistério Militar,⁴⁰ que normatizava o exercício do magistério no Exército, tornando-o mais eficaz e possibilitando que os professores se dedicassem, exclusivamente, a esta atividade.

A nova Lei do Ensino Militar

No ano de 1938, foi editada a Lei do Ensino Militar,⁴¹ em que constava que o ensino militar no Exército tinha por finalidade preparar os especialistas necessários para conduzir as “Forças Nacionais”, em todos os escalões da hierarquia militar. A Lei previa, ainda, que a instrução militar fosse ministrada segundo métodos variáveis de graduação.

Neste mesmo ano, foi iniciada a construção da nova escola militar, na cidade de Resende-RJ, como fora idealizado em 1931.

Os anos de 1939 e 1940: o ambiente do conflito mundial atinge a Escola Militar

O impacto da 2ª Guerra Mundial, iniciada em 1º de setembro de 1939, coincidiu com o término do contrato da MMF e a retirada dos seus últimos membros entre 1940 e 1942. Assim, no início da década, com o incremento da edição e da difusão de manuais e regulamentos em português e o domínio das técnicas e dos

conhecimentos táticos pelos instrutores nacionais, o ensino militar na Escola retornou, totalmente, aos oficiais do Exército Brasileiro.

Em 1940, foi aprovada a primeira parte do novo Regulamento da Escola Militar,⁴² que estava em elaboração desde a promulgação da última Lei do Ensino Militar. As preocupações com a ameaça de participação na 2ª Guerra Mundial estavam nítidas em seu texto. O curso tinha por finalidade instruir os oficiais na técnica de comando das frações e informar sobre as principais questões de ordem política, econômica, social, histórico-geográfica e técnica, referentes à preparação e à execução da guerra.

O Regulamento prescrevia que a didática da instrução fosse essencialmente objetiva, restringindo ao máximo as exposições teóricas. O processo de instrução mais utilizado deveria ser o exercício tático, baseado no terreno e representado em carta topográfica.

Este Regulamento alterava, novamente, a duração dos cursos, que passavam a ser realizados em quatro anos, constituindo os primeiro e segundo anos, o curso Fundamental, e os terceiro e quarto anos, o curso Profissional. Pretendia-se, com essa modificação, proporcionar mais tempo para o amadurecimento dos ensinamentos, garantindo uma aprendizagem segura e consistente.

A estrutura do currículo, a seguir apresentado, em linhas gerais acompanhava o que vinha sendo feito desde 1924 e, levando em conta que o curso teria a duração de quatro anos, havia tempo para a inclusão da Sociologia e da Geografia Militar, para dar maior alcance ao ensino da Administração e da Legislação Mili-

tar e do Direito e, ainda, para melhorar o ensino da Física, da Química e da Topografia, com a inclusão de atividades práticas em laboratório e no campo.

Este novo currículo pretendia valorizar a qualidade do ensino e a sua integração por intermédio de uma programação que possibilitasse a complementaridade dos assuntos de forma que o primeiro servisse de base para o subsequente. Procurava, também, enfatizar a necessidade de maior participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, ou seja, de uma “escola ativa”, que valorizasse mais o aluno, colocando-o como foco da atividade de ensino.

Apesar desta grande quantidade de modificações e de colocar o aluno como elemento mais importante do processo, este Regulamento teve curta duração, principalmente, em razão do aumento do tempo de realização dos cursos.

O Regulamento da Escola Militar de 1942: as influências da Segunda Guerra Mundial

Assim, em 1942, foi aprovado um novo regulamento para a Escola Militar,⁴³ cuja grande modificação foi a redução do tempo de duração dos cursos, que foram estruturados em um curso Fundamental, a ser realizado em um ano, e um curso Profissional, com a duração de dois anos.

Este Regulamento já incorporou parte das experiências dos oficiais brasileiros que estavam estagiando no Exército dos Estados Unidos a partir do início da Segunda Guerra Mundial, passando a enfatizar a utilização dos meios auxiliares de instrução, tornando a instrução ainda mais “ativa”. O currículo, contido

no Regulamento, enfatizou as atividades práticas e procurou realizar o ensino dentro de uma sequência de aprendizado contínuo e gradual, apresentando em suas linhas principais as reformas e inovações dos últimos vinte anos.

Quando da elaboração destes, regulamento e currículo, estava também, chegando ao fim, uma era de formação de oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico no Realengo, de vez que já estavam bastante adiantadas as obras de construção da nova Escola Militar, em Resende, e sua inauguração estava prevista para 1944.

Em 1943, foi publicado o Decreto⁴⁴ que definia que as atividades da Escola Militar, no Realengo, seriam encerradas em 31 de dezembro de 1944 e que a Escola Militar de Resende passaria a funcionar a partir de 1º de janeiro daquele mesmo ano, dando fim à formação de oficiais do Exército no bairro do Realengo.

Dessa forma, o ano de 1944 representou o último ano de funcionamento da Escola Militar no Realengo, onde foram mantidos os segundo e terceiro anos. Nesse mesmo ano, a Escola Militar de Resende passou a funcionar apenas com os alunos do primeiro ano. Ambas as Escolas mantiveram o mesmo Regulamento em vigência.

Neste mesmo ano, por meio da Portaria Ministerial de 28 de junho 1944, foi extinta a Escola de Intendência, que funcionava na região de Benfica, no Rio de Janeiro. Esta mesma portaria criou o curso de Intendência, que seria realizado na Escola Militar juntamente com os demais cursos de formação de oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico do

Exército e com a finalidade de estruturar o apoio logístico e as atividades administrativas em campanha.

No mesmo ano em que a Escola Militar se instalou em Resende (1944), partiu do Rio de Janeiro, em 2 de julho, a Força Expedicionária Brasileira para lutar contra o nazifascismo nos campos de batalha da Itália.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Escola se manteve fiel aos programas de ensino, currículos, métodos e processos introduzidos pela MMF, buscando, no entanto, o seu amadurecimento com base na experiência, na inteligência, na cultura e no profissionalismo alcançado pelo oficial brasileiro.

Considerações finais

O Governo brasileiro resolveu contratar a Missão Militar Francesa porque eram visíveis as deficiências encontradas na Força Terrestre. Esses problemas não se limitavam apenas à carência de efetivo e de equipamentos militares; iam muito mais além, envolviam o preparo militar e a própria organização do Exército.

Embora a atuação principal da MMF tenha ocorrido em outras escolas, a sua tardia inserção na Escola Militar do Realengo, atuando no campo intelectual e doutrinário, foi de grande importância para transformar a escola em um verdadeiro centro formação de oficiais, que acabou por torná-los, muitas vezes, mais bem qualificados que seus próprios comandantes. **REB**

Referências

Correspondências

Correspondência de Salats, chefe de esquadrão, adido militar da França no Brasil, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 30.06.1919. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

Decretos

BRASIL. Decreto nº 12.977, de 24 de Abril de 1918. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 maio 1918. Seção 1, p. 6349.

_____. Decreto nº 13.574, de 30 de Abril de 1919. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 maio 1919. Seção 1, p. 2128.

_____. Decreto nº 16.394, de 27 de Fevereiro de 1924. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 7 mar.1924. Seção 1, p. 6251.

_____. Decreto Nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 jan. 1929. Seção 1, p. 405.

_____. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924. Approva o regulamento para a Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 7 mar. 1924. Seção 1, p. 6251.

- _____. Decreto nº 23.994, de 13 de Março de 1934. Aprova o Regulamento da Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 26 mar. 1934. Seção 1, p. 5721.
- _____. Decreto nº 1.729, de 22 de junho de 1937. Aprova instruções para matrícula na Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 jul. 1937. Seção 1, p. 14390.
- _____. Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937. Regula o exercício do magistério no Exército. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 30 dez. 1937. Seção 1, p. 25824.
- _____. Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938. Regula o Ensino Militar ao Exército. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 31 maio 1938. Seção 1, p. 1938.
- _____. Decreto-Lei nº 5.543 de 25 de abril de 1940. Aprova a primeira parte do Regulamento da Escola Militar. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1940. Seção 1, p. 7839.
- _____. Decreto-Lei nº 8.918, de 4 de Março de 1942. Aprova o Regulamento para a Escola Militar, 1ª parte. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 mar. 1942. Seção 1.
- _____. Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943. Cria a Escola Militar de Resende, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 22 nov. 1943. Seção 1, p. 17084.

Relatórios

Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918.

_____, João Pandiá Calógeras, 1920.

_____, General Setembrino de Carvalho, 1922.

Bibliografia

- BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 698 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- DE ROUGEMONT, Maurice. O papel do oficial numa democracia moderna. In: Revista **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 108, 1923, pp. 358-360.
- DENYS, Odylio. **Renovação do Exército**: Missão Indígena. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1985.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. Nacionalismo, Educação Física e a missão francesa na Força Pública de São Paulo: uma comunidade imaginada (1906-1913). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo; v. 30, n. 4, p. 1023-32, Out.- Dez. 2016.
- MACHADO, Élton Licério Rodrigues, A Evolução Doutrinária do Exército: da Independência ao Início do Século XXI. In: FARIA, Durland Puppim. **História Militar do Brasil**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras. 2011.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino**. BIBLIEX. Rio de Janeiro. 1977.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)**. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. A Modernização da Educação Militar Brasileira: a experiência da escola militar do realengo (1913-1922). **Trilhas Pedagógicas**, Pirassununga; v. 1, n. 1, p. 65-79, Ago. 2011.

MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

RODRIGUES, F. da S. **Uma carreira**: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROESLER, Rafael. **O impulso renovador**: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922). 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Foi comandante da Escola Preparatória do Realengo, em 1904, quando reprimiu a Revolta da Vacina; foi ministro da Guerra (1906-1908), quando enviou oficiais para treinamento no Império Alemão, os quais, retornando ao Brasil, ficaram conhecidos como os “Jovens Turcos”; e foi presidente do Brasil entre os anos de 1910 e 1914.

² Pelo Decreto de 26 de outubro de 1917, o Congresso Nacional reconheceu o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil.

³ Entre os anos de 1906 e 1913, o Governo do estado de São Paulo contratou uma missão militar francesa, quinze anos antes de o Governo central para preparar a sua polícia. (GÓIS JUNIOR, 2016, p. 1023)

⁴ O representante brasileiro negociou os termos do contrato após autorização dada pelo Congresso Brasileiro, por meio do Decreto Legislativo nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que autorizava contratação de “uma missão de oficiais estrangeiros para instrução do Exército, devendo o respectivo Chefe servir junto ao Estado-Maior como assistente técnico; e a abrir o crédito necessário para a execução desse serviço, de acordo com o regulamento que expedir”. (MALAN, 1988, p. 65)

⁵ A EEM foi aberta oficialmente no dia 7 de abril de 1920.

⁶ A EsAO foi oficialmente aberta no dia seguinte da abertura da EEM, 8 de abril de 1920.

⁷ Embora o contrato só faça referência à Escola de Intendência, o Relatório da Guerra de julho de 1921, do ministro Calógeras, refere-se, na página 36, ao início das aulas de Administração, em meados de 1921.

⁸ A Escola de Veterinária do Exército foi aberta em 1914, porém já existia, desde 1910, o chamado Curso de Veterinária.

⁹ Nos documentos oficiais da época era usado apenas o nome “Escola Militar”; a opção por chamá-la de Escola Militar do Realengo deriva da larga utilização dessa alcunha pela literatura especializada consultada.

¹⁰ Foi criado o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, que serviu inicialmente para a formação dos sargentos instrutores dos Tiros de Guerra e, mais tarde, foi transformado na Escola de Sargentos

de Infantaria.

¹¹ Diário Oficial de 6 de dezembro de 1918.

¹² A turma inicial de instrutores foi composta por treze oficiais, que foram nomeados pela Portaria do Ministro da Guerra, general Alberto Cardoso de Aguiar, de 5 de dezembro de 1918, publicada no Diário Oficial de 6 de dezembro de 1918.

¹³ Esse regulamento estabelecia as normas de funcionamento da EMR. Decreto 12.977, em 24 de abril de 1918.

¹⁴ O Regulamento de 1919 substituiu o Regulamento de 1918. Decreto nº 13.574, de 30 de Abril de 1919.

¹⁵ Na realidade, eram quatro cursos distintos, sendo um para cada Arma: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

¹⁶ Nesse dia, ocorreu um movimento revolucionário quase que simultaneamente na EMR e no Forte de Copacabana. Os revoltosos acreditavam que as demais forças da guarnição militar aderissem à revolução, mas esse fato não ocorreu. As tropas, em sua grande maioria, conservaram-se fiéis ao Governo e à legalidade. A EMR, comandada pelo Ten Cel Xavier de Brito e tendo como oficiais vários capitães e tenentes revoltosos, iniciou a ação na noite de 4, porém o movimento foi rapidamente debelado pelas forças legalistas.

¹⁷ Em virtude dos acontecimentos de julho, “foram desligados 584 alunos, que, somados a 32, também desligados por diferentes motivos, e a 2, excluídos por morte, perfazem um total de 618” (Relatório do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, 1922, p. 15). O Relatório aponta, ainda, que havia iniciado o ano com 666 alunos regularmente matriculados. Desses, somente 45 foram matriculados nos diversos cursos para o ano de 1923. (ROESLER, 2015, p. 143)

¹⁸ A MMF já estava no Brasil desde 1919, ocupando-se de reorganizar o Estado-Maior do Exército e outras instituições do alto escalão militar.

¹⁹ Contrato firmado entre o Brasil e a França, para o envio de uma missão de Aviação. (MALAN, 1988, p. 227)

²⁰ Era composta por três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores. A missão também ficaria responsável pela criação de uma escola de aviação.

²¹ De acordo com BASTOS FILHO, 1994, p.74-82.

²² O general Maurice Gustave Gamelin era um renomado militar, herói da 1ª Guerra Mundial e chegando à Chefia do Estado-Maior do Exército Francês em 1931. A MMF teve três chefes ao longo do período em que esteve em funcionamento, o general Gamelin em 1920, o general Coffec em 1925 e o general Spire em 1928.

²³ As escolas de aperfeiçoamento tinham como objetivo formar oficiais com conhecimentos militares e gerais para exercer as funções de comando, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

²⁴ As escolas de especialização procuravam dotar os oficiais de um conhecimento técnico específico.

²⁵ O Curso de Administração, que era subordinado à Diretoria da Administração da Guerra, passou a ter como diretor técnico um oficial da MMF. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)

²⁶ A Escola de Aviação tinha como objetivo ministrar a oficiais e sargentos do Exército ativo e a oficiais da reserva instrução de pilotos, mecânicos e observadores, para o serviço de aeronáutica do Exército. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)

²⁷ Na Escola de Veterinária, funcionou o curso de veterinária, tendo como anexo um curso de ferradores, junto à Diretoria de Saúde do Exército, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada. (Relatório do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso Aguiar, 1918, p. 27)

²⁸ João Pandiá Calógeras foi o primeiro e único civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana brasileira, no governo do presidente Epitácio Pessoa, de 3 de outubro de 1919 a 15 de novembro de 1922.

-
- ²⁹ Em 27 de fevereiro de 1924, junto com o início das atividades da Missão Francesa na Escola Militar, por meio do Decreto 16.394, daquela data, foi publicado um novo regulamento, que trazia em seu bojo um novo currículo.
- ³⁰ Bacharelismo era uma um termo empregado em uma conjuntura sociopolítico-cultural em que era muito valorizado o título de bacharel.
- ³¹ A Expressão paisanismo tem relação com as atitudes não militares.
- ³² Decreto nº 16.394, de 27 de Fevereiro de 1924.
- ³³ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.
- ³⁴ Boletim do Exército, n.82, 25.03.1923. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.
- ³⁵ A MMF já havia sido contratada desde setembro de 1919 pelo Governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército, mas sem ação direta na Escola Militar até então.
- ³⁶ Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.
- ³⁷ Decreto 5.632, em 31 de dezembro de 1928.
- ³⁸ O Regulamento de 1934 foi editado por meio do Decreto 23.994, de 13 de março de 1934.
- ³⁹ A Inspetoria-Geral do Ensino do Exército foi criada pelo Decreto 1.729, de 22 de junho de 1937.
- ⁴⁰ Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937.
- ⁴¹ Decreto-Lei nº 432, de 19 de maio de 1938.
- ⁴² Decreto nº 5.543, de 25 de abril de 1940.
- ⁴³ Decreto nº 8.918, de 4 de março de 1942.
- ⁴⁴ Decreto-Lei nº 6.012, de 19 de novembro de 1943.

A introdução das táticas aéreas no EB pela Missão Militar Francesa no Brasil

*Antônio Geraldo Rodrigues**

*Antônio Carlos Nascimento Barbosa***

A necessidade de sobrevivência humana — desde os primórdios civilizatórios — pugnou o homem a se lançar em busca contínua de meios e recursos que o estabelecesse diante de quaisquer forças adversas que tencionassem destruí-lo ou submetê-lo. A questão da conservação do mais apto encontrou guarida, em tons mais científicos, em meados do século XIX com a teoria sobre a Seleção Natural; empiricamente, no entanto, a história dá provas de que a humanidade sempre evoluiu tutelada, paradoxalmente, pelo mote da “destruição-evolução”.

Assim, ao longo dos séculos, o homem tratou de se ocupar em empregar recursos tecnológicos e/ou novas técnicas para resguardar a sua existência; posteriormente, se deteve em aperfeiçoar tal “existência” com relação a “conduta-tempo-espaço”, se otimizando. Ora, se no período pré-histórico, uma faca feita de pedra era um instrumento novo a favorecer o dia a dia daqueles primatas, no alvorecer do século 20, já de nossa era cristã, os aparelhos de voar alçaram a nossa civili-

zação (já acostumada com a planta dos pés sempre tocando o solo) “a ares nunca dantes navegáveis”, como diria Santos Dumont. A primeira Guerra Mundial viabilizou o alastramento desse invento patricio (o avião) e testificou, diante das nações, uma nova era de conquistas.

O tema desperta para a importância da Aviação Militar, o nascimento da doutrina de emprego da aeronave como elemento de manobra, as táticas aéreas de combate, a transição de um simples meio de transporte para uma máquina de guerra a partir da década de 1920. A influência francesa, como será descrito neste texto, foi de vital importância para a gênese de uma aviação de guerra.

O Brasil e as primeiras atividades aeronáuticas

É importante ressaltar a cronologia dos principais fatos históricos até o nascimento da Escola de Aviação Militar, com o apoio da Primeira Missão Militar Francesa, a “Pequena Missão” ou Missão Militar

* Cel MB R/1 (AMAN/90, EsAO/98), possui o Curso Avançado de Aviação (CIAvEx/05). (*agr1968jr@gmail.com*)

** Sgt de Intendência (EsIE/02, EaSA/14), com Licenciatura Plena em História (Centro Universitário Campos de Andrade/07). (*acn_barbosa@yahoo.com.br*)

Francesa de Aviação.

O início da atividade aeronáutica no Exército Brasileiro tem como cenário os campos de batalha de Humaitá e Curupaiti durante a Guerra da Tríplice Aliança frente ao Paraguai. Coube ao então marquês de Caxias — patrono da nossa Força Terrestre — o pioneirismo de empregar militarmente balões cativos de observação. Caxias, como grande estrategista que era e com uma atuação projetiva, ao ser nomeado comandante-chefe dos aliados, antecipou sua análise do campo de batalha e, constatando que a topografia do terreno onde o conflito se delineava era plana e que os toscos “mangrulos” construídos não ultrapassavam 15 metros de altura, solicitou a aquisição de balões antes mesmo de sair do Rio de Janeiro com destino ao teatro de operações. Em 24 de junho de 1867, deu-se o primeiro emprego militar de balão na América Latina, com sua ascensão a 330 metros.



Figura 1 – Reconhecimento com o uso de balões cativos na Guerra da Tríplice Aliança (*Além do Horizonte*, quadro elaborado pelo Cel Estigarribia)
Fonte: Acervo da ESIMEX, Brasília-DF

Durante os primeiros anos do século XX, no Brasil, um inegável sentimento de nacionalismo e patriotismo caracteri-

zou esse período. Parte disso se explica por meio de um nome: Alberto Santos Dumont. Em 12 de julho de 1901, ao contornar a Torre Eiffel com seu balão de nº 6, dentro dos limites estabelecidos entre partida e chegada, Santos Dumont ganha o prêmio Deutsch-de-la-Meurthe. Cinco anos após esse feito, nosso patricio empreenderia outra façanha. Foi em 23 de outubro de 1906, quando, a bordo do seu 14-Bis, sobrevoou o Campo de Bagatelle, em Paris, a uma distância aproximada de 60 metros e à altura de uns três metros do chão, diante do Aero-Club francês, que pôde, assim, confirmar o primeiro voo do mais-pesado-que-o-ar, e sem qualquer auxílio externo. Ganha, com isso, a renomada taça Archdeacon.

O êxito dos balões de Caxias resultou na criação de um Serviço de Aerostação Militar, que se mostrou incipiente até a virada do século XIX. Somente no início do XX, com uma preocupação mais evidente por parte do então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca (1906-1910), de modernizar o Exército, foi concebida proativamente a ideia de desenvolver e dominar uma cultura balonística com fins militarmente estratégicos. Foram adquiridos quatro balões franceses e, em 20 de maio de 1908, no Realengo, Rio de Janeiro, com a presença do marechal Hermes, foi realizada a primeira ascensão de um desses balões em céus brasileiros. Infelizmente o evento foi marcado pela tragédia, com a morte do tenente Juventino da Fonseca, pois uma válvula de controle de gás provocou a queda do balão, ocasionando aquele que seria o primeiro acidente aéreo com vítima em nosso país e a primeira investigação aeronáutica em território nacional.

Na segunda década do século XX, o avião já não deixava dúvidas quanto à sua eficácia no campo de batalha. Já em 1911, na guerra entre Itália e Turquia, teve ensejo a primeira missão de reconhecimento e bombardeio aéreo da história dos confrontos bélicos.

Havia um entendimento na sociedade brasileira, pelo espírito nacionalista que aflorava já na primeira década do século 20, de que o Brasil precisava imediatamente desenvolver a sua própria aviação.

A imprensa da época, sobretudo o jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, também veiculava constantemente matérias relacionadas ao tema no sentido de fomentar a adesão do público e promover o gosto pela atividade aeronáutica. Nesse contexto, em 14 de outubro de 1911, surgiu o Aero-Club Brasileiro. A Santos Dumont coube a presidência de honra da instituição, e, ao almirante José Carlos de Carvalho, a efetiva presidência.

Depois de criado, o Aero-Club imediatamente engaja-se em campanha para levantar fundos e promover uma subscrição pública em nível nacional; nasce o tema: “Deem Asas ao Brasil”. Ao Aero-Club associaram-se inúmeros entusiastas, entre civis e militares, e, dentre estes, um merece especial destaque pela sua relação futura com a Terceira Dimensão da Força Terrestre: o então tenente João Ricardo Kirk.

Em 1910, ao participar de um curso de práticas aeronáuticas em balões foi que Kirk teve a oportunidade de realizar seu primeiro voo e ficou deslumbrado com a atividade aérea; desde então, seu interesse pela nascente aviação somente aumentou.

A oportunidade de voar pela primeira vez em um avião ocorreu em 1911, quando o francês Roland Garros veio ao Brasil para fazer demonstrações aéreas. Ao voar com o francês pelos céus do Rio de Janeiro, a paixão pela aviação se consolidava, e Kirk não demorou a contratar aulas de pilotagem com outro estrangeiro, o italiano Ernesto Darioli. Já em 1912, com o apoio financeiro do Aeroclube do Brasil, da população carioca e com dinheiro próprio, viajou para a França a fim de obter o brevê de piloto com reconhecimento internacional, tornando-se o primeiro militar do Exército a conquistá-lo.

Um acordo entre o ministro da Guerra, general Vespasiano, e a Companhia Gino e Bucelli permitiu que, em 1913, fosse criada a Escola Brasileira de Aviação, com a construção de oito hangares (em local diferente do campo do AeCB) no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e foram adquiridos os primeiros aviões, fabricados na Itália. No ano seguinte — inaugurada em 2 de fevereiro de 1914 —, tiveram início suas atividades, com a matrícula de militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro. Com as dificuldades surgidas na época e com o início da 1ª Guerra Mundial, a Escola Brasileira de Aviação foi desativada sem brevetar nenhum piloto, apesar de vários deles já estarem voando solo.

A primeira vez em que ocorreu o emprego militar de um avião na América do Sul foi durante a campanha do Contestado, na divisa do Paraná com Santa Catarina. O general Setembrino de Carvalho, experimentado estrategista militar, solicitou ao ministro da Guerra, general Vespa-

siano, o apoio do tenente Ricardo Kirk, “a quem tocava a primazia de inaugurar na América, em operações de Guerra, o delicado serviço de explorações aéreas”. Sem demora, o ministro responde positivamente e, assim, seguem para o sul do país o tenente Ricardo Kirk e o civil Ernesto Darioli, além dos aeroplanos e do material necessário ao propósito.

Em setembro de 1914, Kirk, agora comandante do Destacamento de Aviação, chegou com os aviões à região do Conflito e, até fevereiro de 1915, empenhou-se na construção de campos de aviação — os primeiros campos de aviação construídos em campanha na América. Em 19 de janeiro de 1915, realizou o primeiro voo de reconhecimento aéreo em operação militar no Brasil. Infelizmente, no dia 1º de março de 1915, enfrentando as terríveis adversidades da navegação aérea sob condições precárias, o aviador persistiu no cumprimento de sua derradeira missão de combate, o primeiro bombardeio aéreo em nosso território, e veio a falecer na tentativa de um pouso de emergência. Em reconhecimento pela sua bravura, foi promovido *post mortem* ao posto de capitão.

No ano de 1916, um passo significativo seria novamente dado na direção do progresso de nossa cultura aviatória. Nesta época, foi inaugurada, na Ilha das Enxadas, na Capital Federal, a Escola de Aviação Naval, cujos alunos e instrutores, em grande parte, provinham da EBA. Assim, a Marinha do Brasil injetava ânimo aos entusiastas da aviação ao criar o primeiro núcleo eminentemente militar de Aviação. Em meados de 1917, quatro oficiais do Exército se formaram pilotos por meio da

Escola Naval, o que demonstra o êxito de seus trabalhos.

Os primeiros passos e a inauguração da Escola de Aviação Militar (EAvM)

Em julho de 1917, com o assente do ministro da Guerra, então general Caetano de Faria, foram enviados à França o primeiro-tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima e os segundos-tenentes Bento Ribeiro Carneiro Monteiro e Mário Barbedo, para que, junto à Força Aérea daquele país, pudessem adquirir conhecimentos aeronáuticos e, quando retornassem ao Brasil, pudessem organizar o Serviço Geral de Aviação.

Quase dois anos após o envio desses militares à Europa, eles seriam aproveitados — desta vez com a vinda dos franceses ao Brasil, em missão — como instrutores da recém-criada Escola de Aviação Militar, conforme determinava o Aviso Ministerial de 15 de maio de 1919.

A nossa boa relação diplomática com a França, os feitos inéditos desse país no campo da aeronáutica no início do século 20 e a sua saída vitoriosa da 1ª Guerra Mundial influenciaram o governo brasileiro a escolher os franceses para conduzir missão militar de aviação a ser desenvolvida em território nacional, não obstante os debates acalorados na época sobre a viabilidade legal e estratégica da “missão”. Tendo sido acolhida a proposta, em 10 de outubro de 1918, mediante contrato, é permitida a vinda ao Brasil de uma pequena missão militar francesa, restrita, como já se falou, a assuntos de aviação.

Conforme Aviso nº 1.463, de 21 de novembro de 1918, do ministro da Guerra, tem-se oficializada a vinda de oficiais aviadores, mecânicos e aviões para a criação de uma Escola de Aviação, cujos trabalhos ficariam a cargo da Missão Francesa que para esse fim foi contratada, ficando, também, a cargo dela a direção técnica da referida Escola. O primeiro chefe da Missão Militar Francesa de Aviação foi o coronel Etienne Magnin.

Em 29 de Janeiro de 1919, com o Decreto nº 13.451, fica criada a Escola de Aviação Militar. Em 12 de março, mediante Decreto, o tenente-coronel Estanislau Vieira Pamplona é nomeado o seu comandante, e, em 10 de julho do mesmo ano, a Escola de Aviação Militar, com total respaldo do governo e entusiasmo da sociedade, é inaugurada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.



Figura 2 – 10 de julho de 1919; ao centro, o Cel Etienne Magnin e o Ten Cel Estanislau Vieira Pamplona

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

A França na 1ª Guerra Mundial e a Teoria do Poder Aéreo

Durante a 1ª Guerra Mundial (1ª

GM), cabe ressaltar a doutrina defensiva desenvolvida pela França, considerada a grande vencedora desse conflito. Foi uma guerra baseada em trincheiras, em que a frente ocidental permaneceu estabilizada e de forma praticamente estática. A Linha Maginot foi a maior referência de como imperava a defesa sobre o ataque nessa Grande Guerra.

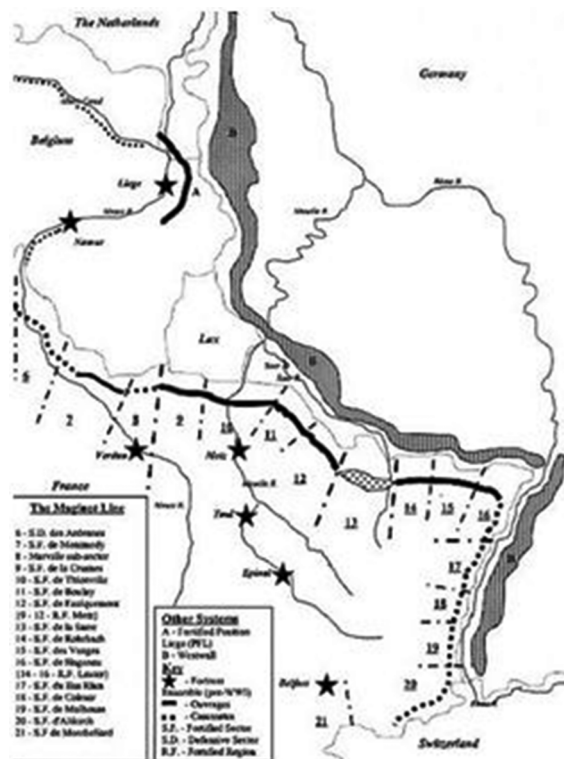


Figura 3 – Linha Maginot

Fonte: Wikipedia®

A França utilizou numerosas esquadilhas de aviões no objetivo de apoiar a tropa terrestre nesse conflito, porém, com desvalorização desse novo e valioso meio de combate. Como dito por Ferdinand Foch, general francês: “é bom para o esporte, mas para o Exército, o aeroplano é inútil”.

O próprio general Foch e outros militares franceses pensavam o avião como uma forma de aumentar o superávit da França, e não como uma importante máquina de guerra.

Segundo Acácio Augusto: “A maioria dos militares gauleses (...) considerava impossível a guerra ser vencida pela aviação”.

Alguns militares levantaram ideias e pensamentos que foram fundamentais para o emprego futuro do avião em combate. Apesar de a França, com seu pensamento defensivo, não ter colocado em prática essas teorias, é importante ressaltar esses ensinamentos referentes ao Poder Aéreo.

Giulio Douhet: no combate terrestre, defendia a primazia da defensiva sobre a ofensiva, porém com relação à aviação, definia que a ofensiva não era apenas a melhor forma de fazer a guerra, mas a única válida.

Hugh Trenchard: imaginava a aviação como arma essencialmente ofensiva, dava ênfase ao bombardeio estratégico em vários níveis e considerava seus efeitos psicológicos superiores aos materiais na proporção de 20/1.

William Mitchell: na sua teoria, considerava que a única defesa contra o ataque aéreo seria a própria aviação. Dizia também que a força aérea deveria ser constituída por uma força estratégica de grande raio de ação.

Em linhas gerais, esses três pensadores da Teoria do Poder Aéreo enxergavam a aviação como uma ferramenta ofensiva e de alcance estratégico, não apenas como um meio de apoio à força terrestre.

As conferências nas escolas de instrução do Exército

Durante o início da MMFB, na década de 1920, os franceses realizaram diversas conferências nas escolas de instrução do Exército. Dentre elas cabe ressaltar os aspectos sobre tática do Ten Cel Derougemont e do Cel Barat, e os aspectos sobre aviação do Ten Cel De Séguin.

O Ten Cel Derougemont define tática como a arte de dispor das tropas. Ele coloca alguns aspectos para a execução tática: a disposição da tropa de acordo com o comando, os obstáculos que o inimigo pode lançar, as relações com as grandes unidades vizinhas e os meios materiais e humanos de que dispõe para manobra.

Derougemont também traz sua definição de manobra: “emprego de forças regradas para colocar em harmonia a missão e a situação”. Ele enfatiza a surpresa como princípio de segurança para a manobra. Na sua concepção, o segredo gera o sucesso na batalha e as intenções do comandante devem permanecer em sigilo durante o emprego das forças. O palestrante destaca também as preocupações de ordem moral e material. Coloca alguns aspectos para o sucesso da manobra: os movimentos dissimulados, a marcha noturna e o uso de camuflagens.

Em linhas gerais, ele destaca os seguintes princípios para o combate: segredo, surpresa, segurança, economia de forças e o escalonamento das tropas. Enfatiza que não se deve manobrar sob fogo e comenta sobre a importância da ligação

entre todas as armas durante a manobra.

Conforme Derougemont: “a organização de um bom sistema de ligação é, no momento, o complemento indispensável da tática de combate”.

Dentre um de seus comentários, coloca que, para a arma de aviação, cabe o combate e a observação.

Outro palestrante sobre tática geral, o Cel Barat, realiza uma análise aprofundada dos combates da 1ª Guerra Mundial para a realidade brasileira e cita: “as forças morais são um elemento capital na guerra, mas a potência de fogo é outro grande elemento”.

Sobre aeronáutica militar, ressaltamos o Ten Cel De Séguin. Este faz uma análise do emprego imperioso do avião sob diversos aspectos: as diferentes condições climáticas, os diferentes motores e o abastecimento de gasolina.

Ele explana sobre a incapacidade do avião de ocupar o terreno da luta: “o ar é de todo mundo e ninguém pode afirmar que detém uma parte completa e definitiva do ar”.

Para De Séguin, a guerra atua em três dimensões (água, terra e ar), porém apenas as tropas de terra executam a ocupação do terreno. Ele enfatiza a importância do domínio aéreo.

O palestrante expõe que a aeronáutica se divide em dois ramos: observação e combate.

Na observação, colhe informações sobre o terreno inimigo, os obstáculos a enfrentar, as estradas de ferro e diversos detalhes úteis para a tropa.

No combate, além de abater os aviões inimigos, ataca o campo de batalha adversário (bombardeio).

Ainda com relação à observação, De Séguin coloca que a fotografia permite informações detalhadas do inimigo. Cita: “o reconhecimento fotográfico tem o mérito de dar infinitas informações absolutamente certas”.

Para ele, o avião permite conhecer o terreno e os obstáculos a serem enfrentados pela tropa, estabelece o mapeamento de regiões e pode identificar, através da fotografia, as linhas de resistência do inimigo.

O palestrante apresenta suas preocupações com a logística de aviação. Ele expõe que, além de aviões e de materiais específicos, são necessárias a organização e estrutura de terra para dar apoio aos pilotos e às aeronaves, hangares, pistas de pouso, peças de reposição, combustível, entre outros.

De Séguin comenta que o primeiro objetivo da aeronáutica em uma batalha defensiva é:

aliviar o papel da tropa de terra, reforçar as barreiras que se opõem à força inimiga e parar o ataque da aviação inimiga. Onde entra em ação a aviação ágil de avião contra avião.

Ele conclui que a aviação é uma nova arma e merece ainda muito estudo.

A Escola de Aviação Militar – EAvM

Como dito anteriormente, a chegada de militares franceses teve início com os instrutores de aviação através da Missão Militar Francesa de Aviação (MMFA),

a “Pequena Missão”. Antes do término da guerra, em 1918, o Brasil solicitou ao governo da França a vinda de uma Missão Militar de Aviação. Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o contrato que permitiu a vinda da MMFA. Em 29 de janeiro de 1919, é publicado o decreto de criação da Escola de Aviação Militar, e em 10 de julho do referido ano é inaugurada a Escola de Aviação Militar.

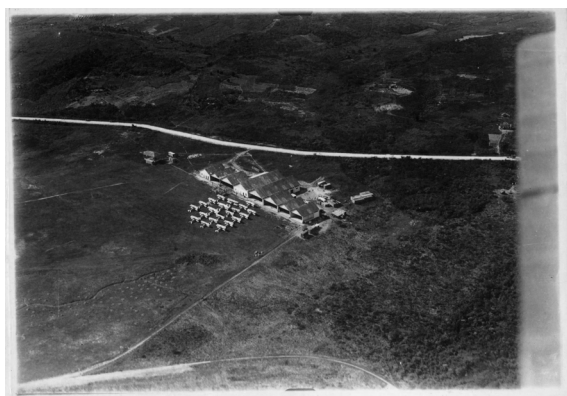


Figura 4 – Vista aérea da Escola de Aviação Militar (EAvM), no Campo dos Afonsos

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

Comentário do autor: A Escola foi inaugurada em 10 de julho de 1919, com a orientação técnica da Missão Militar Francesa.

Cabe ressaltar, conforme descrito a seguir, o apoio do deputado Maurício Lacerda, o qual já alertava da importância de uma Aviação Militar:

Dirijo uma associação que recebeu do Exército... material em simples destroços, o qual apenas dá para a instrução de aviação, e jamais para se dizer que... disporíamos da 5ª Arma, que hoje estabelece a necessária e imprescindível ligação entre a Artilharia e seus fins, substituindo as explorações e observações da Cavalaria [...].

Nos anos de 1919 e 1920, a Aviação do Exército recebeu diversos aviões franceses, excedentes da 1ª GM, para a instrução. Dentre eles, podemos destacar os modelos: Nieuport, Blériot-Spad S54 Herbemont, Sopwith 1A2 e Morane-Saulnier “Rolador”. Foram recebidas também aeronaves de combate, utilizadas no aperfeiçoamento dos pilotos na EAvM, como, por exemplo: Breguet XIV A2 (observação e bombardeio) e Spad VII/XIII (caça).

No início do ano de 1920, formou-se a primeira turma de pilotos aviadores, composta por 12 oficiais. A partir da segunda turma, além de oficiais, passaram a ser formados sargentos e cabos pilotos. No ano de 1921, além da formação de mais uma turma de pilotos, nasce o curso de observador aéreo, com nomes de destaque, como Eduardo Gomes, Lísias Rodrigues e Ivo Borges, consolidando a Aviação no seio do Exército Brasileiro; as Forças Armadas do Brasil começavam a voar de forma efetiva.

Visando ao treinamento dos novos pilotos, com o pensamento voltado para o voo tático, é elaborado pelo Estado-Maior do Exército e aprovado pelo Aviso 71, de 28 de abril de 1919, o Regulamento Provisório com as seguintes manobras aéreas:

- descida em espiral de 500 metros, voo planado;
- um voo, durante uma hora, acima de 2.000 metros;
- um voo, em circuito fechado, de 60km de desenvolvimento, devendo aterrar na metade do percurso e
- uma prova de altitude, com obrigação de manter-se, durante 15 minutos, acima de 3.000 metros.

Além desses voos, já com influência da MMFA, também eram previstos outros treinamentos, como por exemplo: acrobacias, velocidade sobre a base, fotografia, aterrissagem com precisão, altitude, altitude com passageiro e caça aos balõesinhos.

Essas mudanças de comportamento no voo, com ênfase para o treinamento militar, são comentadas nas palavras do brigadeiro Nero Moura:

Antes da Missão Militar Francesa, não existia Aviação Militar. O Campo dos Afonsos era um aeroclube onde os pilotos brasileiros se reuniam para aprender a decolar, voar e aterrar. Mais nada.

O Regulamento da EAvM de 1919, no seu artigo 2º, principalmente no § 2º, mostra a preocupação tática no aprendizado dos alunos da escola:

Art. 2º. Para a completa realização de seus fins, a Escola disporá de:

- a) Uma seção de alunos;
- b) Uma esquadrilha de aperfeiçoamento e
- c) Uma companhia de aviação.

§ 1º. A seção de alunos será constituída pelos alunos dos cursos de pilotos e de observadores e terá o efetivo que o Ministério da Guerra fixar, atendidas as prescrições deste regulamento.

§ 2º. A esquadrilha será constituída por três seções, respectivamente de caça, observação e bombardeio, cada uma das quais terá 5 aparelhos devidamente armados e cujo pessoal será o constante do anexo n. 1.

Também nesse regulamento, no Art. 3º do plano de ensino, observamos mais detalhes do aprendizado para o combate:

Art. 3º. O ensino da Escola de Aviação Mili-

tar será distribuído pelos seguintes cursos:

- a) curso de pilotos aviadores;
- b) curso de observadores;
- c) curso de aperfeiçoamento e
- d) curso de mecânicos e operários especialistas.

§ 1º. O curso de pilotos aviadores destina-se a ministrar aos alunos os conhecimentos necessários para a obtenção do diploma de aviador militar.

§ 2º. O curso de observadores destina-se a ministrar aos alunos os conhecimentos necessários, bem como a prática correlativa, para a observação, a fotografia aérea e a regulação do tiro da artilharia.

§ 3º. O curso de aperfeiçoamento constará do pleno exercício das funções de aviador em comando e ligação, habilitando os pilotos aviadores às ações de conjunto nas diferentes missões de caça, observação e bombardeio. O seu ensino obedecerá à graduação estabelecida no Regulamento para Instrução das Esquadrilhas (RIE).



Figura 5 – Vista do Campo dos Afonsos

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

Comentário do autor: É possível observar 8 aeronaves Nieuport, “18 metros”, como também eram chamados pelos pilotos o Nieuport 83E2.

Influência francesa na instrução

A influência francesa na instrução passou ensinamentos voltados para uma

aviação de emprego tático e não estratégico. A prioridade era a batalha no terreno, com as aeronaves voltadas para missões táticas em apoio às unidades terrestres (emprego tático do avião). As teorias do Poder Aéreo, citadas anteriormente, eram desprezadas por parte dos franceses. As missões básicas das aeronaves eram: reconhecimento e ataque ao solo.

Os franceses, com base nas suas experiências da 1ª GM, estabeleceram uma norma de voo para os alunos da EAvM: as aeronaves brasileiras operavam em um “cilindro” com centro no Campo dos Afonsos e limite de 10km de raio, mais ou menos de Belfort Roxo até Jacarepaguá — essa era considerada a distância razoável e suficiente para o apoio às Forças Terrestres. A exigência imposta pelo Cel De Séguin irritava e às vezes humilhava os brasileiros, que apelidaram esse circuito de “cilindro francês”. Essa imposição foi extinta em 1931.

O decreto de reorganização do Exército, de 31/12/1921, com a finalidade de novos desdobramentos no Brasil, traz consequências para o desdobramento da Aviação Militar, já com base nos novos conhecimentos táticos sobre aviação.



Figura 6 – Nieuport 21E1

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

Comentário do autor: Empregados em missões de treinamento avançado pela EAvM, os Nieuport 21E1 também eram conhecidos como Nieuport 15 metros.

A 3ª Dimensão da Força Terrestre passa a constituir 12 esquadrilhas: cinco de observação, três de caça, três de bombardeamento e uma mista.

Há o desenvolvimento da Aviação como arma de combate e o recebimento de aeronaves francesas excedentes da 1ª GM.

Em 1921, segundo Gamelin, a Aviação Militar estava distribuída da seguinte forma:

- 01 (uma) Escola de Aviação no Campo dos Afonsos composta de: 01 (uma) Companhia de Aviação, 01(uma) Esquadrilha de Aperfeiçoamento e 01(uma) Escola de Mecânicos. Ainda no Rio de Janeiro: 70 (setenta) Anv Nieuport, 20 (vinte) Anv Bréguet XIV A2, 15 (quinze) Anv Spad VII/XIII, 03 (três) Anv Sopwith e 01 (uma) Anv Spad-Herbemont 34, e
- 01 (um) Grupo de Aviação Militar no Rio Grande do Sul composto de: 01 (uma) Esquadrilha de Observação com 10 (dez) Anv Bréguet XIV A2, 01 (uma) Esquadrilha de Bombardeamento com 10 (dez) Anv Bréguet XIV A2, 01 (uma) Esquadrilha de Caça com 10 (dez) Anv Spad VII/XIII e 01 (um) Parque de Reparação.

Dois anos depois, em 1923, a aeronáutica civil e postal era praticamente inexistente. A Aeronáutica Militar, dotada de

material francês e subordinada ao Ministério da Guerra, continuava composta pela EAvM, no Campo dos Afonsos, e por um Grupo de Aviação no Rio Grande do Sul. Esse Grupo era composto por uma Esquadrilha de Observação, uma Esquadrilha de Bombardeamento e uma Esquadrilha de Caça, todas em Alegrete-RS. Existia também um Parque de Aviação na cidade de Santa Maria-RS. O efetivo total nesse ano era de trinta e nove pilotos, catorze observadores e trezentos homens responsáveis pelo serviço de terra. Existia o claro de 55 homens para a área de bombardeamento e 300 homens para o Parque de Aviação.

A preocupação tática, com base nos ensinamentos franceses, pode ser observada nos decretos que estabelecem o regulamento para os exercícios e combate da Aviação após a criação da 5ª Arma (Doutrina de Emprego da Arma de Aviação):

1ª Parte – Organização Geral e Instrução na Aviação

2ª Parte – Organização e Comando da Aviação nos Exercícios

3ª Parte – Título I – Papel da Aviação nas Operações

Título II – Missões de Caça

Título III – Missões de Bombardeio

Título V – Missões de Informação

4ª Parte – Serviço de Informações Aéreas

5ª Parte – Movimentos e Estacionamentos

Os comentários do brigadeiro Nero Moura mostram um pouco de como era a

instrução na EAvM, logo após a criação da 5ª Arma:

No segundo ano já dávamos aerodinâmica, química e coisas de aviação, mas ainda não voávamos (...) E havia também aulas teóricas sobre o avião: por que voa, a pressão, por que a forma da asa é assim, como funcionam os comandos... Depois estudamos como jogar bombas, como era o tiro, como se fazia a correção. Tudo isso aprendemos na teoria, sem voar. (...) Era a instrução francesa da época.



Figura 7 – Primeira turma de aspirantes a oficial da Arma de Aviação, em frente a um avião Breguet 19; da esquerda para a direita: Araripe, Prata, Montenegro, Orsini, Lemos Cunha, Virmond e Márcio
Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

A tática francesa na prática

Como dito anteriormente, a MMFB influenciou, durante toda a década de 1920, nos mais diversos aspectos da Aviação Militar: instrução, doutrina, organização das unidades aéreas, emprego das aeronaves e treinamento dos pilotos.

Com o passar dos anos, a consolidação dos quadros de efetivos e unidades es-

pecializadas, o aumento da experiência e conhecimento na arte de voar e combater, a Aviação Militar deixa de ser um serviço especializado e passa a compor, a partir de 1927, a 5ª Arma, a Arma de Aviação.

Alguns anos depois, em 1931, é criado o Grupo Misto de Aviação, primeira unidade operacional da Aviação Militar como Arma: incorporava várias aeronaves, francesas e americanas. Era o início da perda de influência francesa.

Conforme Moura (1996, p. 27),

ficamos com aviões de todos os tipos: aviões franceses de instrução, aviões de guerra, de caça, de bombardeio. Chegaram todos nessa época, e o Campo dos Afonsos ficou lotado de aviões.

O início da década de 1930 é um período de revoluções, em que os pilotos, que receberam instrução francesa empregaram as aeronaves em missões reais no território brasileiro.

Os integrantes do Grupo Misto cumpriram missões de reconhecimento, de localização das tropas inimigas e de emprego de armamento.

O uso do avião fornecia informações sobre movimento de tropas e função dissuasória.

Conforme relatos do brigadeiro Nero Moura:

Quando víamos um caminhão, um automóvel, qualquer veículo, ou tropa, descíamos e metralhávamos. Além das metralhadoras, levávamos cinco bombas de 25 libras. [...]

Só matavam se caísse na cabeça. Mas davam um estouro! Então as tropas tinham pavor de avião, nos dois lados da revolução.

Segundo Carlos Daróz, as missões mais comuns durante o período revolucionário, previstas na doutrina da aviação, eram: reconhecimento visual e fotográfico, bombardeio horizontal e picado, reconhecimento armado, acompanhamento do combate, observação e regulação do tiro de artilharia, permanência no ar para cobertura de área, escolta de caça, ligação e lançamento de folhetos (propaganda).

O general de divisão Abílio de Noronha, em sua obra *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em SP*, descreve fatos em sua defesa, que mostram, com forte influência francesa, como funcionava a tática de emprego das aeronaves legalistas:

Eram três as missões gerais da Aviação Militar: observação, bombardeio e caça.

A observação dividia-se em: reconhecimento, tiro, ligação, vigilância, combate e transmissão de ordens; o reconhecimento tinha como missão: localização da tropa inimiga, de seus pontos fortificados, da posição de sua artilharia, de seus depósitos de viveres e munições, dos movimentos de tropas, etc.; o reconhecimento é realizado a olho nu ou imagens fotográficas (verticais, oblíquas ou panorâmicas).

A missão do bombardeio era o prolongamento da artilharia de longo alcance pelo grande raio de ação do avião; o apoio à infantaria, a mais perigosa das missões da aviação de observação, visava apoiar esta arma, realizar voos baixos com vantagens no emprego das armas automáticas, lançando bombas a granadas de mão. O Estado-

-Maior da Divisão devia ter como adjuntos técnicos e táticos, dois oficiais de aviação, pilotos ou observadores.

Dentro do contexto doutrinário, cabe ressaltar que, durante as revoluções da década de 1930, temos a primeira utilização da artilharia antiaérea (AAAe) no Brasil.

Conforme Carlos Daróz, a AAAe nasceu na 1ª GM. Em nível mundial, com a finalidade de atingir aeronaves inimigas, a artilharia utilizou canhões franceses de 75mm tiro rápido adaptados em viaturas.

A AAAe nasceu no Brasil após 1932. Aeronaves da Aviação Federal e Constitucionalista foram abatidas pelo fogo da AAAe. Em 1934, é criada a Escola de Defesa AAAe. Posteriormente, essa escola passa a trabalhar com a Escola de Artilharia de Costa, dando origem à atual Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).



Figura 8 – Aeronave WACO CSO

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

Comentário do autor: As aeronaves WACO CSO foram responsáveis por consolidar e ampliar as linhas do CAM, sucedendo os Curtiss Fledgling a partir de 1932. Esta aeronave também foi muito utilizada na Revolução Constitucionalista de 1932, por ambos os lados.

O Correio Aéreo Militar (CAM) – pensamento estratégico

A criação do Correio Aéreo Militar (CAM) trouxe uma nova e ampla visão para a Aviação Militar, um pensamento voltado para o desbravamento do território Nacional, o pensamento deixa de ser apenas tático, passa a ser estratégico.

Cabe lembrar, dentro desse contexto, alguns fatos históricos.

Na época, o ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, entendia que, em tempos de paz, o Exército deveria se dedicar a atividades que desonerassem o tesouro: um serviço de correio aéreo que pudesse interligar o inóspito Brasil.

A revista *A Defesa Nacional* publica o *slogan* do tenente Ajalmar Mascarenhas: “Rumo ao Brasil, fora dos Afonsos”.

Também nesse período, o ministro da Guerra convoca o Cel Séguin e, após alguns acertos, fica decidido o fim do “Cilindro Francês”, em 21 de maio de 1931.



Figura 9 – Curtiss Fledgling K 263

Fonte: arquivo do Museu Aeroespacial

Como dito anteriormente, é criado o Grupo Misto de Aviação no campo dos Afonsos, em 1931.

Por fim, em 12 de junho de 1931, o Curtiss Fledgling decolou do Campo dos Afonsos em direção à cidade de São Paulo, com uma pasta de couro e duas cartas, marcando o primeiro voo do correio aéreo da nossa história.

Doutrina francesa x doutrina norte-americana

A chegada de uma MMFB foi fundamental para a formação da Aviação Militar, porém, com o tempo e diante das necessidades de nossa grande Nação, surge a necessidade da evolução de uma aviação de emprego tático, para uso exclusivo da Força Terrestre, para uma aviação de emprego estratégico e independente do Exército.

Diante disso, cabe ressaltar alguns aspectos doutrinários entre a influência francesa, e norte-americana. São analisados três aspectos: instrução aérea, organização da aviação e emprego militar.

A MMF dividia o currículo em duas partes: a primeira teórica e a segunda prática (voo). Os franceses davam grande ênfase à disciplina durante todo o curso.

Os treinamentos avançados eram realizados no período de dois anos de estudo e divididos, basicamente em: tiros, bombardeios e missões de guerra. Como dito, a disciplina era o foco da instrução francesa, porém os aviadores apresentavam certa resistência em assimilar esse método.

Apesar da aversão dos pilotos brasileiros à doutrina francesa, a qualidade de

treinamento da aviação do Exército era melhor, se comparada com o treinamento que a Marinha recebeu dos norte-americanos, visto que, nas palavras do brigadeiro Nero Moura: “A aviação Naval só voava em grupo, participando de comemorações e desfiles aéreos...”.

Apesar da forma lenta e limitada da instrução francesa após a 1ª GM para a Aviação Militar, comparada com a instrução americana, de forma acelerada em meio à 2ª GM, a influência da primeira foi o passo necessário para que os pilotos alcançassem o nível de proficiência a que chegaram na 2ª GM.

A disciplina francesa, apesar das barreiras, foi positiva tendo em vista que moldou os aviadores, conforme relatou Lima sobre as atitudes de Nero Moura como comandante: “A indisciplina de voo nunca foi tolerada”.

Os franceses empregavam tanto oficiais quanto sargentos na função de pilotos; essa estrutura não foi bem aceita por questões de indisciplina, associada à hierarquia. Após as revoluções da década de 1930, a figura do sargento-piloto foi extinta.

A unidade aérea operacional, criada após o período revolucionário, possuía sua organização em torno de um Grupo Misto. Essa estrutura não necessariamente derivava da influência francesa, mas dos diferentes tipos de aeronaves, com capacidades variadas.

A Aviação Militar brasileira assimilou a influência francesa e a norte-americana. A MMF foi a precursora em doutrinar os pilotos brasileiros e em insti-

tuir um curso de formação.

A instrução foi essencial nos dois períodos: os franceses contribuíram para a formação da disciplina e da experiência, que ajudaram na assimilação da doutrina americana.

Considerações finais

Uma revisão de como foi a Aviação Militar, da sua gênese até a 2ª GM, nos ajuda a refletir e tirar algumas conclusões sobre a introdução das táticas aéreas no EB pela MMFB.

No início, antes da vinda da MMFB, o voo se resumia a decolar, voar e pouso, sem qualquer técnica de uso militar da aeronave. A partir da inauguração da EAvM e, conseqüentemente, o nascimento da Aviação Militar, os alunos do curso de piloto e do curso de observador passaram a aprender técnicas de voo de combate, o avião passa a ser uma máquina de guerra e não apenas um meio de transporte. Durante a década de 1920, apesar de algumas discordâncias entre brasileiros e franceses, como o rigor na disciplina, a doutrina defensiva e o famoso “Cilindro Francês”, ficou nítido o aprendizado das táticas de emprego e o nascimento e evolução de uma doutrina para a Aviação Militar. Essa evolução resultou na criação, em 1927, da 5ª Arma, a Arma de Aviação. Alguns anos depois, em 1931, surge o primeiro Grupo Misto de Aviação, com aeronaves francesas e norte-americanas voltadas para diversos tipos de emprego. No mesmo ano, ocorre o primeiro voo do Correio Aéreo Militar, gênese do voo estratégico da 3ª Dimensão

da Força Terrestre. A disciplina, os conhecimentos táticos adquiridos durante esse período e a evolução da doutrina de emprego do meio aéreo foram fundamentais para a prova de fogo dos nossos aviadores, que combateram durante as revoluções na década de 1930 e, posteriormente, puderam adaptar-se à doutrina ofensiva norte-americana para a 2ª GM.

Para finalizar, com o intuito de sintetizar os ensinamentos doutrinários e a preocupação com o emprego tático da Aviação do Exército, a declaração dos Asp Of da turma de 1933, nas palavras do Ten Cel Ajalmar Vieira Mascarenhas, Cmt EAvM nesse período:

Sede oficiais de aviação, antes que pilotos do ar. A Aviação Militar é o voo comandado e consciente; o gosto estimulado na exploração dinâmica da Terceira Dimensão; é o roteiro seguido com firmeza no cumprimento das missões de guerra, independente da atmosfera adversa; são as afirmações de voo grupado, numa afirmação de força e solidariedade; é o arrojo do caçador que ataca; a acuidade, o discernimento do observador que informa; a firmeza do bombardeador que destrói; é o emprego judicioso da fotografia, do rádio e dos meios de defesa e de ataque. Mas é também amor pelo material custoso que a Nação nos confia, para bem servi-la; é o esquecimento de nossa personalidade, em proveito do trabalho de conjunto; é a renúncia à glória passageira das plateias de desporto, em proveito do prestígio da Arma Sobranceira. **REB**

Referências

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. **Um céu cinzento**: a história da aviação na Revolução de 1932 – Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2013. 324p.:Il.

LAVENÉRE – WANDERLEY, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975;

LOP BELLINTANI, Adriana. **O EXÉRCITO BRASILEIRO E A MISSÃO MILITAR FRANCESA: INSTRUÇÃO, DOCTRINA, ORGANIZAÇÃO, MODERNIDADE E PROFISSIONALISMO (1920-1940)**. Tese de doutorado em história para a obtenção do título de Doutor em História Social da Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, DF – 2009.

MORAIS, Fernando. **Montenegro**: As aventuras do Marechal que fez uma revolução nos céus do Brasil. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

NORONHA, Abílio de. **Narrando a verdade** – Contribuição para a história da revolta em SP.

ROBERTO FALCÃO, Paulo. **ANÁLISE ENTRE AS INFLUÊNCIAS FRANCESA E NORTE-AMERICANA NA AVIAÇÃO MILITAR BRASILEIRA ENTRE 1918 E 1945**. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História Militar. Santa Maria, 2017.

ROSA FILHO, Cherubim. **MISSÃO MILITAR FRANCESA DE AVIAÇÃO** – Rio de Janeiro: INCAER, 2007. (Coleção Aeronáutica. Série Cultura Geral e Temas do Interesse da Aeronáutica,15).

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A Escola de Intendência

Um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro

*Ernesto Isaacodette Dutra Pereira Batista Lopes**

*Eu sou a Intendência
Cuja nobre missão é Suprir; Transportar
E dar à tropa assistência
Não temo a Guerra, nem o fragor das batalhas
Se um dia o inimigo invadir minha terra,
Lutarei sem temor enfrentado as metralhas!*
(trecho da Canção do Intendente)

Introdução

A Missão Militar Francesa no Brasil, chefiada pelo general Maurice Gamelin, foi contratada no dia 8 de setembro de 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização e reorganização, num primeiro momento, das escolas militares e, em seguida, do próprio Exército Brasileiro. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as Escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência, Veterinária, Saúde, Equitação e Educação Física. O contrato representou um grande passo na direção da profissionalização e modernização do Exército e contribuiu para fortalecer seu poder militar.

Nesse contexto, é objetivo deste artigo apresentar a importância da Missão Militar Francesa na reorganização do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro através de

um estudo sobre a Escola de Intendência, destacando-a como um dos grandes legados da Missão para o Exército.

A Intendência do Exército Brasileiro antes da Missão Militar Francesa

A história da administração brasileira começou em 29 de março de 1549, com a vinda de Tomé de Souza, que, para estabelecer a unidade da colônia, trouxe 600 homens em armas, grande quantidade de material bélico e a primeira lei orgânica da força armada do Brasil, representada pelo Regimento d'El-Rei de 1548, elaborado na Metrópole. Começou aí também a história da Administração do Exército.

Já no governo de Mem de Sá, o fardamento das tropas de linha e de milícia era confeccionado no Brasil com pano vindo de Portugal, estando o provimento a cargo dos capitães ou das unidades; o modo de alimen-

* Cel Int (AMAN/93, EsAO/01, ECEME/11), pós-graduado em Logística e Gestão da Cadeia de Suprimento (FGV-RJ/11).

tar os homens era o mesmo. Por esse tempo, a Metrópole mantinha um órgão denominado de Vedoria da Gente da Guerra, com atribuições administrativas sobre o material bélico, de intendência e fundos, que estendia a sua ação às milícias de além-mar. Durante o Brasil colônia, essas práticas permaneceram inalteradas, até que, com o surto de progresso consequente à vinda de D. João VI, a administração militar tomou outro rumo.

Fugindo da invasão napoleônica, a Família Real chega ao Brasil em 1808. D. João VI desembarcou em território brasileiro com a firme intenção de capacitar mais a organização militar, visando enfrentar a luta que fatalmente se propagaria para a América do Sul. A vinda de D. João VI para o Brasil e a instalação da Corte no Rio de Janeiro teve como consequência político-militar as unificações do governo e do exército.

Assim, em 1º de março de 1811, após a criação de algumas organizações militares, D. João VI começa a incrementar a iniciante estrutura logística existente, transformando o antigo Arsenal do Trem no Arsenal Real do Exército, um centro de produção e armazenamento de armas e munições, que tinha em sua organização oficinas para a produção de bandeiras, barracas, uniformes, correias dos equipamentos, mochilas e sapatos para a tropa. O funcionamento, no Brasil, de um órgão como o Arsenal Real se impunha, porque o provimento de uniformes aos corpos, durante o reinado, era coisa complexa, pois cada unidade tinha um tipo peculiar de complicado fardamento. O Arsenal Real do Exército evoluiria mais tarde para o atual Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Só houve uma inovação de monta, decorrente da organização de D. João VI, com

a criação do Quartel-Mestre-General, por decreto de 28 de maio de 1821, no período regencial de D. Pedro I. O novo órgão ficou encarregado de gerenciar as questões referentes ao rancho da tropa e ao provimento de fardamento, equipamento, material de acampamento, arreamento e utensílios usados no Exército.

O Brasil se tornou independente em 1822, todavia o sistema de apoio durante os primeiros anos após a independência não sofreu modificações significativas. Em 1830, após a campanha da Cisplatina e o estabelecimento da paz no Sul, foi extinto o Comissariado Militar do Brasil, sob a alegação de ser dispensável nos períodos de paz. Em 1851 e 1852, na campanha contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai, o Exército Nacional enfrentou dificuldades de suprimento. O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai, é uma fileira de imprevistos, dificuldades, faltas, falhas, lacunas, enfim um rosário de percalços que só serviriam para glorificar o soldado brasileiro. As experiências vividas nessas campanhas poderiam ter provocado transformações significativas no sistema de apoio às tropas. No entanto, a reestruturação não ocorreu por falta de registros adequados e pela não exploração e sistematização dos conhecimentos absorvidos.

Em 1889, após a Proclamação da República, aparecem os primeiros registros de alterações na estrutura de apoio com algum significado para a criação da Intendência. Em 24 de outubro de 1896, pela Lei nº 403, da mesma data, foi criada a Intendência Geral da Guerra em substituição ao Quartel-Mestre-General (QMG), com encargos de direção, gestão e execução tanto na área financeira

quanto na área de provimento.

Até o governo do marechal Hermes da Fonseca, as diferentes repartições provedoras de material de Intendência não eram administradas por um quadro técnico e especializado. O primeiro passo, nesse sentido, foi dado com a organização do Corpo de Intendentes da Marinha, em 1908. No mesmo ano, foi extinta a Intendência Geral da Guerra, substituída, na época, pelo Departamento de Administração. Do desdobramento das atividades do Departamento de Administração surgiram a Diretoria de Administração da Guerra e a Intendência da Guerra.

Criada pelo Decreto nº 11.853-A, de 31 de dezembro de 1915, a Diretoria de Administração da Guerra, diretamente subordinada ao Ministério da Guerra, tinha por fim assegurar a execução dos serviços tendo, para isso, ação direta sobre a Intendência da Guerra (sem prejuízo da iniciativa dada ao chefe desta pelo respectivo regulamento) e indireta sobre os Serviços de Intendência dos corpos de tropa e estabelecimentos militares, por intermédio de autoridades competentes. A Intendência da Guerra, diretamente subordinada à Diretoria de Administração da Guerra, tinha por fim assegurar aos corpos de tropa, às fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento de material necessário à alimentação, vestuário, equipamento, alojamento, arreamento e transporte.

A criação do Serviço de Intendência

Os oficiais franceses, em razão da experiência adquirida na 1ª Guerra Mundial, estavam categorizados a exportar sua doutrina militar, na qual avultava a importância do suprimento, do abastecimento e do apoio

de toda ordem. Em 1919, chega ao Brasil a Missão Militar Francesa, que, entre outras realizações, teve uma participação efetiva na criação do Serviço de Intendência.

Sob influência francesa, em 1º de outubro de 1920, através do Decreto nº 14.385, foi aprovado o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra. O referido decreto, considerado a lei orgânica do Serviço de Intendência, manteve provisoriamente a Diretoria de Administração da Guerra, órgão que se incumbia dos assuntos atinentes ao provimento de material.

O Decreto 14.385 estabeleceu as seguintes atribuições para o Serviço de Intendência:

1. Em tempo de paz: organizar o pessoal da Intendência da Guerra; mobilizar esse pessoal e material especial dos serviços confiados à Intendência para o tempo de guerra; organizar e dirigir o serviço de abastecimento nacional para o tempo de guerra; organizar e dirigir os serviços de víveres, forragens, iluminação e combustíveis nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares; organizar e dirigir os serviços de fardamento, equipamento, acampamento e alojamento; preparar contratos de fornecimento e de trabalhos referentes aos dois últimos itens e providenciar sobre as aquisições administrativas no caso em que o contrato não for possível; constituir os estoques e aprovisionamentos que se relacionam com as necessidades dos itens acima por ocasião da mobilização; prover os serviços de soldo e vantagens de toda a natureza; e exercer a fiscalização administrativa de haveres da Nação, em dinheiro e material, confiados aos Conselhos de Administração e aos Comandantes de Destacamento. 2. Em tempo de guerra: organizar, dirigir e executar os serviços de subsistência, fardamento,

equipamento, acampamento, combustível, iluminação e alojamento; ordenar as despesas referentes aos seus serviços e gerir os créditos de todos os serviços militares; atender ao pagamento de vencimentos e vantagens da tropa mobilizada; verificar e transmitir todas as contas de distribuição e consumo, relativas ao Serviço de Intendência; verificar as contas dos corpos de tropa e alimentação do pessoal sem tropa (estados-maiores e serviços); superintender os serviços de pagadorias e de correios nos limites dos regulamentos especiais; verificar e arrolar as presas ao inimigo; requisitar em território nacional ou território inimigo; regularizar as contribuições de guerra impostas ao inimigo; administrar o serviço de prisioneiros de guerra e dos campos de concentração; administrar e abastecer as populações evacuadas por ordem superior ou expulsar em virtude dos acontecimentos militares; administrar provisoriamente os territórios inimigos.

O Decreto 14.385 extinguiu o Corpo de Intendentes, e foram criadas as seguintes instituições:

a. Corpo de Intendência da Guerra, com dois quadros distintos:

- 1) Quadro de Direção e Verificação – os Intendentes da Guerra;
- 2) Quadro de Gestão e Execução – os Oficiais de Administração.

b. Tropas de Administração, compostas de escreventes, operários e marinheiros e constituídas por Companhias de Administração, uma por Divisão.

c. Escolas de Intendência, funcionando sob a direção técnica do Intendente da Missão Francesa (Diretor Geral):

- 1) Escola Superior de Intendência da Guerra — para a formação dos Intendentes da Guerra;

- 2) Escola de Administração Militar — para a formação dos Oficiais de Administração.

Em 3 de novembro de 1921, o Decreto nº 15.093 extinguiu a Diretoria de Administração da Guerra e a Intendência da Guerra, sendo constituída a Diretoria Geral de Intendência da Guerra. Essa reformulação já estava prevista no Decreto de 1920, que aprovou o Regulamento do Serviço.

Em 31 de dezembro 1921, foi aprovado o Regulamento para o quadro de Oficiais Contadores. Os oficiais contadores, comportando os postos de segundo-tenente a capitão, ficaram incumbidos da parte de contabilidade dos corpos de tropa e estabelecimentos militares. A parte de contabilidade compreendia o ramo monetário (tesouraria) e o ramo material (almoxarifado) e consistia na guarda, conservação e movimentos de dinheiro e de material a cargo das unidades, assim como da escrituração da prestação de contas das situações diversas, regularmente prescritas. O Serviço de Intendência passou a contar então com três quadros distintos: Quadro de Intendentes da Guerra; Quadro de Oficiais de Administração; e Quadro de Contadores.

Em 1924, o Decreto nº 16.606, de 17 de setembro, aprovou o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, dispondo-o sobre a Organização do Serviço, da Diretoria de Intendência da Guerra, do Serviço de Intendência nas Regiões e Circunscrições Militares, do Estabelecimento Central de Fardamento e Equipamento, do Serviço Central de Transportes e da Tropa de Administração.

Em 1934, o Decreto 23.976, de 8 de março, criou o Serviço de Fundos do Exército, para provimento das necessidades pecuniárias e, em consequência, extinguiu a

Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra. O Serviço de Fundos do Exército, embora funcionando de forma independente, tinha um quadro de oficiais comum ao do Serviço de Intendência.

Pela Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército (Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934), a constituição do Serviço de Intendência passou a ser a seguinte: 1. Órgão de Inspeção: Inspetoria do Serviço de Intendência do Exército; 2. Órgãos de Direção: Diretoria de Intendência do Exército; Chefia do Serviço de Intendência Regional; 3. Órgãos de Execução: Serviço Regional de Subsistências Militares – Estabelecimentos e Depósitos de Material de Intendência; 4. Formações de Tropas de Intendência (FI), destinadas à formação dos praças e quadros técnicos especializados: 1ª FI (Rio de Janeiro), 2ª FI (São Paulo), 3ª FI (Porto Alegre), 4ª FI (Juiz de Fora), 5ª FI (Curitiba) e 6ª FI (Campo Grande); 5. Serviço de Intendência dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições; 6. Órgão de Preparação Técnica: Escola de Intendência do Exército.

O Decreto 24.287 dispôs ainda que o Quadro de Contadores e o de Oficiais de Administração seriam fundidos num único quadro sob a denominação de Quadro de Oficiais de Administração do Exército. O Serviço de Intendência passou, então, a ter somente dois quadros: Quadro de Intendentes da Guerra e Quadro de Oficiais de Administração do Exército.

Os quadros de Intendentes da Guerra e de Administração do Exército foram unificados, pelo Decreto-Lei 2.261, de 3 de junho de 1940, formando um novo chamado de Quadro de Intendentes do Exército.

Em 23 de agosto de 1940, foi extinta a Inspetoria de Intendência. Assim, o Decreto-Lei 5.002, de 27 de novembro de 1942, reorganizou o Serviço de Intendência do Exército, passando o Serviço de Fundos a constituir um dos ramos do Serviço de Intendência. A Comissão de Orçamento, criada no mesmo ano, embora chefiada pelo oficial intendente, era subordinada ao ministro da Guerra.

A Escola de Intendência

Existem poucos registros sobre a Escola de Intendência, configurando-se um verdadeiro desafio escrever sobre sua organização, funcionamento e legado.

Nas principais obras da Biblioteca do Exército sobre a MMF, *A Missão Militar Francesa no Brasil* (BASTOS FILHO, 1994) e *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro* (MALAN, 1988) há poucas referências à Escola.

Por solicitação do Governo brasileiro, representado pelo ministro Plenipotenciário do Brasil na França, o Governo Francês decidiu enviar, ao Rio de Janeiro, uma missão militar, sob as ordens do general Gamelin. O contrato da MMF previa um oficial-general (chefe da Missão), um oficial ajudante de ordens do general chefe da Missão, vários oficiais especialistas das Armas e Técnicos e, entre eles, um intendente militar (diretor da Escola de Intendência), num total de vinte e três militares. Ele regulava ainda que, se a prática demonstrasse a necessidade de crescer, de forma permanente ou temporária, os quadros acima previstos, as condições peculiares a se estabelecerem, em consequência, seriam objeto de anexos ao contrato.

Os oficiais franceses usariam, no Brasil,

o uniforme do Exército da França, com suas insígnias; e a eles foi dado, no Exército Brasileiro, o posto imediatamente superior ao que possuíam em seu país. O general chefe da Missão ocupou o posto de general de divisão, e o subchefe da Missão o de general de brigada.

O intendente militar francês encarregado da Direção da Escola de Intendência e Administração foi o coronel de Intendência Louis Buchalet, que foi aluno número um da Escola Superior de Intendência das Tropas Coloniais e bacharel em Direito pela Universidade de Paris. Foi intendente da Divisão Lagson (Tonkin), depois no Senegal, Sudão, Madagascar e África Ocidental Francesa, e também da 152ª Divisão de Infantaria. Nas colônias, foi sucessivamente incumbido de funções de Intendência, de Administração, de Marinha, de Contencioso e de Serviço Judiciário. No fim da Guerra, presidiu, na África Ocidental, a Comissão de Abastecimento e Requisições. Contava, em seu currículo, onze campanhas, sendo dez em estado de guerra. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra, a Cruz de Guerra, as medalhas Coloniais e a Humanitária de 1ª Classe, era o quarto oficial mais graduado da Missão.

Na excepcional e muito rica tese de doutorado *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)* (BELLINTANI, 2009), encontra-se mais ampla descrição e detalhamento sobre a MMF.

Há também excelente registro no próprio Decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1924, que “Aprova o Regulamento para a Escola de Intendência”, pois nele se encontra o detalhamento de funcionamento, organiza-

ção, admissão e plano de disciplina da Escola.

A pesquisa documental feita por Bellintani (2009) aponta que, em 1921, é inaugurada a Escola de Intendência, tendo como responsável o coronel Buchalet.¹ Essa escola se dividia em: Curso de Intendência, destinado a formar os quadros de Intendência de Guerra, e Curso de Administração, para formar os Corpos de Gestão, junto aos oficiais contabilistas.

Possuía ensino geral e curso técnico específico da área. Em seu programa, constavam as seguintes disciplinas: Geografia Econômica, Direito Constitucional, Legislação Industrial e do Trabalho, estudo de Língua Francesa e Espanhola e Equitação. As matérias especializadas do curso de intendência eram: Direito Administrativo, Ciências e Legislação Financeira, Mobilização, Vias Férreas e Concentração, Direito Internacional e Armas Estrangeiras Sul-Americanas.

Na Escola de Intendência, o programa de conferências direcionava-se aos cursos técnicos de fardamento, de alimentação, de administração do Exército e de administração geral, fornecendo dados específicos sobre as condições e as produções brasileiras.

Malan (1988) registra uma referência à Escola de Intendência no Relatório do Ministro da Guerra de 1921 (Pandiá Calógeras) ao início das aulas de Administração e reproduz em anexo os discursos do coronel Buchalet e do próprio ministro quando são mencionadas as Escolas de Intendência e de Administração.

No discurso do ministro Calógeras, foi feito um relato histórico e salientada a necessidade imperiosa da organização sistemática dos suprimentos, e mencionados os atos produzidos depois da chegada da Missão: Lei das requisições e criação do Corpo

de Intendentes de Guerra e dos Oficiais de Administração.

Distante e a se afastar rapidamente no tempo, ficaria com aquele ato a lembrança do insucesso da expedição de “Canudos” e, em menor dose, o das operações do “Contestado”. Iniciava-se, com a abertura das portas das Escolas de Intendência e de Administração, uma nova era, que, graças à Missão Francesa, levaria à formação dos oficiais de Intendência na Academia Militar, no mesmo ambiente em que moldam os oficiais das Armas.

No Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior durante o ano de 1920, toma-se conhecimento de que, “Pelo Art. II do Decreto nº 14.385, de 1º/X/920, foram criadas a Escola Superior de Intendência da Guerra e a Escola de Administração Militar”, ambas sob a direção técnica do respectivo especialista da MMF; e adianta que deveriam ser abertas em 1921.

Inicialmente, foram instaladas em salas na ala esquerda do Quartel-General.



Figura 1 – Quartel-General do Exército, após a reforma de 1905; primeiro local de funcionamento da Escola de Intendência

Fonte: www.cml.cb.mil.br/historia.html (acesso em setembro de 2018)

Em 1928, desenvolveram-se na área da Intendência o 1º ano do Curso de Contadores — 20 alunos —, o 2º ano do mesmo curso — 22 alunos —, o Curso de Intendên-

cia — 7 alunos — e de Administração — 8 alunos —, um total de 57 alunos.

O Curso de Contadores visava à formação dos oficiais das unidades administrativas, para as funções de auxiliares de administração dos corpos de tropa e demais organizações, anteriormente exercidas por oficiais dos quadros das Armas.

A Missão, em matéria de gestão das finanças, do fardamento e equipamentos, do material de consumo e dos gêneros alimentícios, teve muito o que fazer para se sistematizar. A Escola de Intendência, com os cursos de Contadores, de Administração e de Intendência, foi padronizando aos poucos o prescrito inicialmente nos Decretos de 1920 e 1921 sobre o Regulamento para o Serviço de Intendência (nº 14.385 de 1º de outubro), a Organização Geral da Intendência da Guerra (nº 15.093 de 3 de novembro), a criação do quadro de Oficiais Contadores (nº 15.232 de 31 de dezembro) e de outros que os seguiram.

Insistia também a Missão, desde o início, na participação dos alunos da Escola de Intendência nas manobras com tropa e no conhecimento, por intermédio de visita, dos estabelecimentos — comerciais e industriais — diretamente ligados às suas atividades administrativas.

O regulamento previa que as Escolas de Intendência, criadas pelo Art. 11, do Decreto nº 14.385, de 1º de outubro de 1920, e organizadas pelo regulamento aprovado pelo decreto nº 14.764, de 7 de abril de 1921, passariam a constituir uma única escola com a denominação de Escola de Intendência.

A *Revista 80 anos da Intendência* (2000), publicada pelo Curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento do Exército, registra que a sede da Escola teve suas instalações funcionando à rua Barão de

Mesquita, 425, Tijuca, Rio de Janeiro (atual sede do 1º Batalhão de Polícia do Exército), por volta do ano de 1942.



Figura 2 – Sede da Escola de Intendência
Fonte: www.facebook.com (acesso em setembro de 2018)

A Escola de Intendência tinha por fim preparar oficiais para os quadros de intendentes de guerra, de administração e de contadores, mediante cursos distintos, com programas e condições de estudos peculiares a cada um deles. Ela era subordinada, administrativa e disciplinarmente, ao ministro da Guerra e, didaticamente, ao chefe do Estado-Maior do Exército. O chefe da Missão Militar Francesa era o inspetor da escola. A direção do Ensino da Escola de Intendência competia ao intendente da MMF, que recebeu a denominação de diretor da Escola para todas as questões que se relacionem com o ensino. Tinha, porém, um comandante — coronel ou tenente-coronel intendente de guerra do Exército Brasileiro, nomeado por decreto, assim como todos os demais integrantes da administração e docentes da Escola.

Com relação ao período de funcionamento da Escola de Intendência, as pesquisas apontam que foi entre 1921 e 1946, com a declaração a aspirantes a oficial da última turma formada ali, ocasião do fechamento da Escola de Intendência em virtude de seu

curso de formação ter sido transferido para a “Escola Militar de Rezende”.

Nesse diapasão, cumpre destacar que a Escola de Intendência não encerrou aí seus trabalhos. A Escola Militar do Realengo, que formava os oficiais combatentes das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) também trabalhava sob a égide da MMF.

Nesse ínterim, acontece a importante atuação do então coronel José Pessoa Calvanti de Albuquerque, que em 1930 foi nomeado, ainda em novembro, como novo comandante da Escola Militar do Realengo, o então órgão responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro. Exerceu o cargo de 19 de novembro do mesmo ano até 7 de agosto de 1934. Nesse período, foi o idealizador, patrono e fundador do órgão que viria a substituir a Escola situada no Realengo, a Academia Militar das Agulhas Negras, fundada em 1944, bem como dos novos símbolos do cadete do Exército: uniformes históricos, brasão, espadim e da criação do culto à figura de Caxias.

Em 1944, iniciam-se as atividades da Escola Militar de Rezende, mais tarde, Academia Militar das Agulhas Negras, e seu Regulamento (BRASIL, 1945) já previa que, além dos cursos para os oficiais das Armas, a nova Escola integraria a formação dos oficiais de Intendência do Exército Brasileiro:

Art. 35. O Corpo de Cadetes é organizado administrativamente do seguinte modo:

- a) 1º ano: Companhias, em número variável, de acordo com os efetivos;
- b) Infantaria: duas Companhias, sendo uma do 3º ano e outra do 2º;
- c) Cavalaria: um Esquadrão;
- d) Artilharia: uma ou duas Baterias, de

- acordo com os efetivos;
e) Engenharia: uma Companhia;
f) Intendência: uma Companhia de Intendência.

Nessa oportunidade e em decorrência de sua atuação gloriosa junto à Força Expedicionária Brasileira, a Intendência adota o título de Rainha da Logística.



Figura 3 – Brasão D'Armas da Intendência
Fonte: Curso de Intendência da AMAN

Em 1945, por ocasião da Entrada dos Novos Cadetes no Portão Monumental, localizamos no discurso do comandante, as seguintes palavras:

Mais uma vez, na rotina gloriosa de sua vida, abrem-se os portões da Escola Militar para que nela ingresse mais uma turma de moços dedicados ao árduo aprendizado da carreira militar. Há, porém, um elemento novo entre os que transpõem os umbrais desta casa e não é lícito deixar de apontá-lo: o candidato à Oficial Intendente do Exército. Recebemo-los de braços abertos e, como a melhor das homenagens que lhes

podemos prestar, confundimo-los com os cadetes que se destinam às Armas.

Em 1947, forma-se na Academia Militar a Turma Agulhas Negras, a 1ª turma formada integralmente na AMAN, tendo entre seus aspirantes a oficial, 47 intendentes, e entre eles, Sinval Senra Martins, primeiro oficial-general de Intendência, promovido em 1977, oriundo da Academia. Ele se tornou general de brigada intendente e foi o primeiro oficial da Turma Agulhas Negras a atingir o Generalato, motivo pelo qual o seu Espadim, de nº 103, foi retirado de circulação.²

Desta forma, é justo apontar o Curso de Intendência da Academia Militar das Agulhas Negras como o continuador das melhores e mais caras tradições e legados pela Missão Militar Francesa à Escola de Intendência do Exército.

Registros da Escola de Intendência no Arquivo Histórico do Exército³

Em pesquisa feita no acervo documental da Escola de Intendência, no Arquivo Histórico do Exército, foram encontrados ofícios, decretos, portarias e boletins do Exército referentes a alguns aspectos e período de funcionamento dela.

O Boletim do Exército nº 51, de 20/10/1922, publica o Decreto nº 15.720, de 10/10/1922, que alterava o regulamento das Escolas de Intendência, assinados pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, e pelo ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras.

Esse Decreto é importante em termos da pesquisa, pois detalha as condições de admissão à Escola e funcionamento de seus diversos cursos, definindo, por exemplo, que os Cursos Superiores de Intendência e

Administração Militar tinham duração de dois anos e o Curso Especial de Contadores, de um ano.

Há também um original Projeto do Regulamento da Escola de Intendência, preparado e assinado pelo próprio Cel Louis Buchalet, intendente da MMF, com grandes detalhes de como iria funcionar a Escola.

Nessa documentação, é possível também verificar que o diretor-geral de Ensino das Escolas de Intendência era o Cel L. Buchalet, intendente da MMF, mas cada uma de suas “Escolas” tinha um copro docente próprio e como comandante, um coronel intendente da guerra, brasileiro.

Outra questão interessante é a localização da Escola de Intendência, que inicial e provisoriamente funcionou junto ao Quartel-General e que, segundo Ofício nº 302, de 31/10/1928, do Comandante da Escola de Intendência ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, informando a mudança da sede da Escola para a Av. D. Pedro II, mudou-se, a partir de 1928, para o quartel situado à Avenida Dom Pedro II, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, provavelmente onde hoje funciona o Museu Militar Conde de Linhares.



Figura 4 – Fachada do Museu Militar Conde Linhares

Fonte: www.mhexfc.eb.mil.br

O Boletim do Exército nº 626, de 10/10/1930, apresenta um despacho do ministro da Guerra, que aponta o funcionamento de cinco cursos na Escola de Intendência no mesmo ano: 1. Curso de Administração (1º ano); 2. Curso de Contadores (2º ano); 3. Curso Complementar; 4. Curso de Aperfeiçoamento de Administração; e 5. Curso de Aperfeiçoamento de Intendência.

O Despacho nº 1172, de 23/7/1930, do Estado-Maior do Exército ao 1º Subchefe, que referencia o Ofício nº 338 de 15/7/193 do Comandante da Escola de Intendência, mostra que, no Plano de Matérias da Escola de Intendência, havia matérias comuns às ministradas na Escola de Estado-Maior: Exércitos Estrangeiros, Direito Internacional, Economia Social, questões de Economia Política e Manobras de Quadros.

Foram encontradas, também, as “Instruções Geraes e Programas detalhados dos cinco cursos”, da Escola de Intendência, para o “Anno Lectivo de 1930”, assinadas pelo “General L. Buchalet, Director de Ensino” (**Figura 5**).

Destaca-se, no programa de ensino, que além das matérias técnicas da Intendência — Administração e Contabilidade — já estavam presentes os ensinamentos referentes a Intendência em Campanha, Transportes Marítimos e Terrestres, Equitação e Manobras e conferências na Escola de Estado-Maior.

No que diz respeito aos efetivos da Escola, distribuídos nos seus cinco cursos, verifica-se, para o ano de 1931, a seguinte constituição, de acordo com o aviso nº 978, de 9/12/1930 do Estado-Maior, num total de 73 alunos (**Figura 6**).

Figura 5 – “Instruções Geraes e Programas detalhados dos cinco cursos, da Escola de Intendência, para o Anno Lectivo de 1930”
Fonte: Arquivo Histórico do Exército

O legado da Missão Militar Francesa para a Intendência do Exército

Bastos Filho, em sua obra *A Missão Militar Francesa no Brasil*, apresenta, no capítulo intitulado *O trabalho da Missão: aspectos e resultados*, os seguintes aspectos:

2. A Administração no Exército

[...] devemos realçar que da lista das escolas consta a de Intendência e Administração, específica para ensinar a administrar. Tivemos explicável escrúpulo quando rotulamos os franceses de assistentes técnicos para instrução e organização, mas incumbimo-los de planejar, criar e dirigir uma escola para ensinar administração no Exército. Parece-nos absolutamente indiscutível que, se, ostensivamente, de cima para baixo, não cabia aos franceses transmitir-nos seus princípios e técnicas administrativas, fizeram-no de baixo para cima, acabando por influir, com o passar do tempo, na alta administração do Exército. (1994)

De modo geral, a Missão Militar Francesa promoveu a reestruturação de todo o mecanismo geral do Exército, incluídos necessariamente os órgãos dos Serviços, cuja reestruturação de sua existência em tempo de paz tomou por base a melhor preparação possível para o desempenho do seu papel em caso de guerra, através do mecanismo da mobilização.

Destacam-se como legados para a Intendência do Exército: A Organização do Serviço de Intendência; Projeto de Lei de Requisições Militares e Reformas profundas, como a reorganização da administração, a criação do Serviço de Intendência de

Figura 6 – “Instruções Geraes e Programas detalhados dos cinco cursos, da Escola de Intendência, para o Anno Lectivo de 1930”
Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Guerra e a organização da mobilização em caso de conflito.

Na apresentação do livro *A Intendência no teatro de operações da Itália* (BIOSCA, 1950), são localizadas duas importantes referências ao trabalho do Serviço de Intendência da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, que em verdade denotam, por dedução, a qualidade do trabalho da Intendência do Exército em favor da FEB, como fruto também da MMF.

O general intendente José Scarcela Portela, diretor de Intendência do Exército em 1948, na apresentação da obra supracitada, diz que, ao lê-la, “relembra das conferências do general Buchalet, na Escola Superior de Intendência” (BIOSCA, 1950).

O marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, no prefácio da mesma obra, destaca a atuação do Serviço de Intendência:

Afrontando as estradas resvaladiças das montanhas nevadas e os dolorosos revezes das operações iniciais do RENO, conseguiu esse operoso Órgão Divisionário, pela cultura de seus oficiais e pela disciplina de seus quadros, conquistar, em pouco tempo, a eficiência técnica que tanto concorreu para o triunfo das armas brasileiras. (BIOSCA, 1950)

A Intendência do Exército nos dias atuais

Atualmente, a Intendência está fortemente presente nos sistemas Logístico e de Economia e Finanças do Exército, atuando com honestidade e competência na Logística Operacional, Economia e Finanças, Orçamento e Controle Interno e, com seus recursos humanos capacitados, contribui de

forma determinante para o sucesso das atividades realizadas pelo Exército.

Seus oficiais e sargentos têm hoje as mesmas oportunidades e condições ao longo da carreira, ombreando no mesmo patamar dos Irmãos de Armas. Possuem as mais diversas especializações operacionais, logísticas e administrativas, cumprindo missões no Brasil e no Exterior. Atuam com especializações, excelente desempenho e presença nas diversas áreas de emprego da Força Terrestre: aeroterrestre, operações especiais, operações na selva, aviação, logística operacional, entre tantas outras.

No pavilhão de instrução do Curso de Intendência da AMAN, há uma frase com verbos que marcam e destacam a atuação da Intendência nos dias atuais: “Sempre Suprir, Transportar, Administrar, Controlar e Servir!”.

O Espírito do Intendente do Exército está materializado na Oração do Intendente, de autoria do então Ten Cel Pregmolato, comandante do Curso de Intendência da AMAN:

Senhor,
Deus dos Exércitos,
Agradeço a vós por conceder
A este vosso filho, Soldado Intendente
A coragem para vencer distâncias e obstáculos
A determinação para apoiar meus irmãos de arma
A resistência ao sono e à fadiga nas noites em claro
E a honestidade para gerir bens a mim confiados
Mas, peço-vos ainda, Senhor,
Que o entusiasmo de hoje seja perene,
Preservando em minha alma
A vibração por pertencer a um Serviço honrado e eficaz
A resignação por não receber as glórias

da vitória
E a fé inabalável na nobreza de minha
missão.
SUPRIR! BRASIL!

Conclusão

Em 1549, com a chegada de Tomé de Souza, como governador-geral do Brasil, encontram-se os primórdios da administração e da logística militar no Brasil. Em 1811, após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, as forças militares e a Intendência são reorganizadas, e assim ocorre em 1822, após a Independência e ao longo de todo o século XIX, ainda de forma incipiente, mesmo com as dificuldades encontradas na Guerra do Paraguai e na Campanha de Canudos, com atuação marcante do marechal Bitencourt. Em 1896, é criada a Intendência Geral da Guerra e, em 1908, é criado o Corpo de Intendência do Exército.

A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro foi um ponto de inflexão positivo na reorganização e funcionamento do Exército na primeira metade do século XX. Bellintani (2009) destaca que A MMF é, sem dúvida, responsável pela modernização do Exército Brasileiro, pela instrução militar ministrada, pela doutrina militar defendida e, essencialmente, pela concepção de profissionalismo imposta e pela conscientização da importância de um exército forte e coeso para a sociedade e o Estado. Com os franceses, cria-se, nos quartéis, uma mentalidade voltada para a importância moral do soldado, do homem de tropa e do oficial, conscientizando-o da relevância de seu papel junto ao poder político tanto na manutenção da ordem interna e externa, como na afirmação da hegemonia do estado frente a outras nações.

Sob influência francesa, em 1º de ou-

tubro de 1920, através do Decreto nº 14.385, foi aprovado o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, considerando a Lei orgânica do Serviço de Intendência.

Essa influência também ficou evidente nos decretos de 1934 e 1940, que aperfeiçoaram a organização da Intendência do Exército e lhe serviram de base para a organização do Serviço de Intendência da Força Expedicionária Brasileira para a 2ª Guerra Mundial.

O foco da MMF na Escola de Intendência, desenvolvendo e inspirando o profissionalismo e a importância do valor moral do soldado, fatalmente tiveram reflexo no desempenho da Intendência na FEB, chefiada pelo coronel intendente Fernando Lavaquial Biosca, elogiada diversas vezes pelo seu comandante, o marechal Mascarenhas de Moraes.

É lícito supor que o pensamento militar francês de um Exército unido e coeso influenciou a decisão da extinção da Escola de Intendência e a migração da formação dos Intendentes para a Escola Militar de Rezende, ombreados com os demais Irmãos de Armas.

Por fim, conclui-se que o perfil de qualidade dos oficiais e sargentos de Intendência do Exército, que sempre evoluiu positivamente ao longo dos anos, assim como as estruturas organizacionais nas quais a Intendência está presente, têm como embrião a Missão Militar Francesa.

Parafraseando o general de exército Paulo César de Castro (2009), antigo secretário de Economia e Finanças, em seu artigo, “Pátria-Mãe!”, no qual faz agradecimentos: “Obrigado, Portugal, Pátria-Mãe do meu Brasil!”, agradecemos: “Obrigado, Missão Militar Francesa, *alma mater* de nossa Intendência!”. **REF**

Referências

- BASTOS FILHO, J. A. **A missão militar francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- BELLINTANI, A. I. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- BIOSCA, F. L. **A Intendência no teatro de operações da Itália: de 16-VIII-1944 a 30-VI-1945**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1950.
- BRASIL. Decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1924. **Aprova o regulamento para a Escola de Intendência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mai. 1924. Seção 1 - 17/5/1924, p. 12316.
- BRASIL. Decreto nº 19.857, de 23 de outubro de 1945. **Aprova o regulamento para a Escola Militar de Rezende**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1946. Seção 1 - Suplemento, p. 2321.
- CÂMARA, H. F. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.
- CASTRO, Paulo César de. Pátria-Mãe. **Revista do Clube de Aeronáutica**. Rio de Janeiro, v. 270, p. 18-19, out/nov/dez 2009.
- DEL RE, J. J. **A intendência militar através dos tempos**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.
- MALAN, A. S. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 152, ed. especial, 1º quadrimestre, 2016.
- REVISTA 80 ANOS DA INTENDÊNCIA**. Rio de Janeiro: Curso de Intendência da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, v. único, ed. única, 2000.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA: síntese cronológica da evolução do serviço de intendência**. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Intendência, v. único, ed. única. novembro/dezembro, 1966.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA**. Brasília: Secretaria de Economia e Finanças, v. único, n. 1, ed. única, 2009.
- REVISTA DA INTENDÊNCIA**. Brasília: Secretaria de Economia e Finanças, v. único, ed. única. 2015.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ As referências ao posto de Louis Buchalet, intendente da MMF, variam muito de acordo com o autor, documento e época a que se refere o fato descrito, mantendo-se no texto o posto da citação original.

² “Foi retirado de circulação o Espadim nº 103, que pertenceu ao general de brigada Sinval Senra Martins, cadete em 1945, aspirante em 1947 e general em 1977. Motivo: foi o primeiro cadete que cursou integralmente a AMAN a galgar o posto de oficial-general. Seu espadim está sob a guarda do Curso de Intendência, que integrou como cadete e instrutor.” Fonte: JORNAL LETRAS EM MARCHA. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, nº 82, ago. 1978.

³ Pesquisa realizada no AHEx pelo 1º Ten Ulisses Nixon da Conceição Rodrigues, do 1º Depósito de Suprimento, “Depósito Pandiá Calógeras”.

A vinda da Missão Militar Francesa para o Brasil

E suas influências na doutrina da Arma de Infantaria do Exército

Alexandre Sauzem do Amaralⁱ

Pedro Henrique Meurer Pintoⁱⁱ

Gustavo Kormann Bergerⁱⁱⁱ

Introdução

Este artigo tem por finalidade abordar a história da contratação da Missão Militar Francesa (MMF) pelo governo brasileiro no ano de 1919, tendo em vista a proximidade das comemorações do centenário da Missão e a enorme colaboração no âmbito militar prestada pela mesma durante os quase vinte anos em que esteve a serviço do Exército Brasileiro (EB).

A Missão Militar Francesa foi estabelecida a partir de um contrato entre Brasil e França e visava a uma mudança do Exército Brasileiro, cujo cenário naquele momento não era favorável. Assim viu-se a necessidade de mudança da estrutura, da instrução e da mentalidade vigentes, aliada à necessidade de um exército competente que protegesse a nação frente às instabilidades que estavam ocorrendo.

É importante salientar que esse não foi o primeiro momento a ocorrer uma mudança na conjuntura do EB. No período anterior

à Primeira Guerra Mundial, oficiais brasileiros foram enviados ao Exército Alemão para lá estagiarem, os chamados “jovens turcos”,¹ em alusão aos oficiais otomanos que lá também estagiaram, e ocorreu também ao final da Grande Guerra, a “Missão Indígena”, assim chamada por ser composta apenas por oficiais brasileiros, que com ideias reformadoras, segundo Magalhães (2001), comandaram a Escola Militar do Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, medida tomada pelo então ministro da Guerra, Caetano de Faria. Além disso, a modernização dos exércitos na América Latina já se vinha tornando uma tendência àquela época.

Todavia, no cenário pós Primeira Guerra Mundial, a instauração da MMF não fora feita junto à Alemanha, haja vista o alinhamento de políticos brasileiros (como Eptácio Pessoa e Pandiá Calógeras) com a França e o fato de o Brasil ter declarado guerra à Alemanha.²

A Missão

serviu como base para o atual exército brasileiro, sendo de extrema importância

ⁱAluno do 2º ano do Ensino Médio, do Colégio Militar de Santa Maria.

ⁱⁱAluno do 2º ano do Ensino Médio, do Colégio Militar de Santa Maria.

ⁱⁱⁱAluno do 2º ano do Ensino Médio, do Colégio Militar de Santa Maria.

para o desenvolvimento de sua atuação e se mostrando como uma revolução no modo organizacional (BELLINTANI, 2009),

trazendo mais mobilidade e dinamismo para algo que antes se encontrava estático e sem um propósito de atuação: a defesa da pátria com soberania.

Fazendo uma breve digressão, observamos a falta de sucesso das “salvações militares” no início do século XX, sendo que havia no cenário militar brasileiro uma constante e crescente tendência à despolitização do Exército. Na época, oficiais que compartilhavam a ideia de profissionalização das armas por meio de um programa até então ambicioso cresciam em número. Entretanto, essa campanha foi concebida em um contexto que afetava diretamente a mística e doutrina da chamada “nação armada”, conforme ressalta Hayes (2001).

Naquele momento, o Exército Brasileiro fazia uso da Guarda Nacional, herdeira dos antigos costumes imperiais. Era uma força armada cujas tropas se constituíam essencialmente de poderosos proprietários de terra e, anteriormente à Lei Áurea de 1888, donos de escravos.

O protagonismo da Guarda Nacional nos cenários que envolviam a defesa do país significava uma elitização do Exército. Além disso, seus

membros gozavam desses cargos exercendo uma forte participação política. Confundiam-se as influências dos coronéis da Guarda Nacional, confundia-se a política e a defesa do país. (MAGALHÃES, 2001, P. 26)

Essas questões retardavam o desenvolvimento de uma identidade genuína de “nação armada”, tanto que alguns marechais e generais filiados ao Ministério da Guerra defendiam maior popularização do Exército Brasileiro, pois, de acordo com o que acreditavam, seria mais adequado e eficiente. As forças militares da Guarda Nacional estavam submetidas ao Ministério da Justiça e, somado aos eventos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ela assumia gradualmente uma posição de segundo plano.

Por um lado, tinha-se a ideia de distanciar a profissão militar da política. Por outro, era pregado que a nação sofria de uma crônica desordem, e cabia ao justo e disciplinado exército sua salvação. A Missão Militar Francesa de 1919 surgiu como fruto desse ideal. Em setembro desse ano, o Ministério da Guerra solicitou a vinda de militares franceses ao Brasil, medida tomada em prol da resolução da crise institucional do Exército Brasileiro. Com ela, o Exército se tornou mais profissional, armas foram criadas, uma nova doutrina foi adotada aos moldes franceses e o estilo de combate sofreu profundas alterações, tornando-se mais sofisticado.³

Tal evolução ocasionou uma nova e melhorada versão de diversas estruturas que estavam sob o comando do Exército Brasileiro. Assim como muitas outras forças terrestres, a Arma de Infantaria foi consagrada com uma mudança organizacional de preparo bélico e mística de batalha, até ser construída da forma como age atualmente. O artigo encontra-se organizado da forma descrita adiante.

O primeiro item apresenta um panorama mundial do ponto de vista militar do

século XX, situando neste contexto o Brasil e a necessidade de reorganização de sua Força Terrestre diante de sua fragilidade interna e externa.

O segundo item mostra a necessidade da contratação de uma Missão Militar em 1919, sendo escolhida, entre os melhores exércitos, a alternativa que melhor atendesse para a reestruturação do Exército Brasileiro.

O terceiro item enfatiza as mudanças de concepção e o surgimento de uma espécie de “mística do infante”, em decorrência das várias e profundas transformações implementadas pelos instrutores franceses, criando um verdadeiro espírito de corpo no combatente de infantaria.

Por fim, no quarto e último item, apresentam-se a influência e o legado deixado pelos instrutores franceses na evolução da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro.

O mundo no século XX e as primeiras ideias da necessidade de uma missão militar no Brasil

Os eventos de aprimoramento da Infantaria resultaram de atos desencadeados desde os princípios do século XX. A Primeira Guerra Mundial, conhecida na época como Grande Guerra, ou a guerra que daria fim a todas as guerras, foi recebida pelo mundo em um contexto de desorganização política e militar, um caos de âmbito universal. As nações envolvidas receberam um choque de realidade, uma prova de quanto os combates modernos haviam mudado.

O Brasil, exercendo uma participação secundária com a Marinha Brasileira, entrou na guerra no ano de 1917, logo após desen-

volver um atrito com a Alemanha. Esse foi o momento ápice em que a população do país tomou consciência de que as forças armadas brasileiras, essencialmente o Exército Brasileiro, estavam militarmente atrasadas em relação ao mundo.

A prevalência da Guarda Nacional⁴ representava uma das amarras que dificultava o exercício bélico da pátria brasileira como um todo, fator que se devia a sua estrutura rudimentar fundada nas raízes imperiais.

Outra manobra pensada pelo país foi o grupo de profissionais nomeados Jovens Turcos — militares brasileiros enviados para estudar na Alemanha no período que antecedia a Primeira Guerra Mundial. Esses tiveram sua influência frustrada por causa da derrota da nação na qual se inspiravam.

Embora os estudantes “germanófilos” tenham tido a chance de participar e agregar diversas inovações ao Exército Brasileiro — as sementes da Arma de Cavalaria, por exemplo —, ainda se buscavam modelos de exércitos mais eficientes nos quais se espelhar. O Brasil necessitava de uma modernização urgente. A formação mais propícia para isso no momento parecia ser a do Exército Francês.

Vencedor da Grande Guerra e de boa reputação entre os militares brasileiros, o exército da França era conhecido por gozar de uma exemplar organização em suas estruturas internas e em suas estratégias, demonstrando alto valor no desenrolar de embates, na preparação para guerra e na logística para com seu efetivo.

Levadas as circunstâncias em conta, foi decidido que o Exército Brasileiro contrataria oficiais franceses, oferecendo-lhes uma esta-

dia no país e permitindo que estes sugerissem reformas nas escolas de instrução e em instituições militares, em especial na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em setembro de 1919, Brasil e França assinaram o acordo de contratação da Missão Militar Francesa, equipe de oficiais encarregada de fornecer o auxílio pelo qual o Exército Brasileiro clamava.

Em um primeiro momento, a tal missão, embora altamente desejada, principalmente pelos comandantes progressistas preocupados com a organização do Exército, sofreu certa resistência ideológica de correntes do pensamento militar. Outras vertentes com opiniões divergentes se contrapunham à vinda da consultoria francesa.

O conservadorismo ufanista, por exemplo, resguardava uma interpretação sórdida da Missão Francesa, como se sua pátria estivesse sendo entregue às tradições estrangeiras. Ao menos era isso que diziam os mais atrelados aos modelos clássicos.⁵

Os chamados “germanófilos”, conforme já mencionamos, também possuíam aversão à influência francesa, acreditavam que a Alemanha permanecia o melhor modelo militar no momento. Argumentos desse tipo foram defendidos, em geral, pela geração dos Jovens Turcos no Brasil.

Contudo, a opinião pública, até mesmo militar, de que o Exército Brasileiro era verdadeiramente desorganizado pesou mais na tomada de decisões. Tudo indicava que, caso a nação não estivesse preparada para novos conflitos, o futuro seria desastroso. A Missão Militar Francesa seria o recurso da profissionalização definitiva das Forças Ar-

madadas brasileiras.⁶

Salvo algumas situações em que a Missão alegava que o Exército, ainda consideravelmente conservador, estaria limitando sua atuação nas escolas de instrução, os franceses exerceram eficientemente a função de consultores. Aconselhavam os melhores caminhos para conduzir a estrutura militar.

A participação desses oficiais em território brasileiro foi definitiva para o nascimento de uma geração moderna de militares. Os aprendizes passaram a conter muito dos ideais franceses em sua experiência. A aplicação desse conhecimento foi decisiva na modelação estrutural do Exército Brasileiro.

A Missão Militar Francesa de 1919 e sua contribuição na reestruturação do Exército Brasileiro

Em 1919, em Paris, as negociações relativas ao contrato foram realizadas entre o adido militar brasileiro, coronel Malan d'Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau. O contrato, segundo Bellintani (2009), foi assinado na capital francesa e ratificado no Rio de Janeiro.

No projeto inicial, os oficiais franceses teriam de comandar durante

quatro anos a Escola de Estado-Maior (EEM), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Intendência e a Escola de Veterinária. Em troca, o Brasil teria de privilegiar a França na compra de material bélico. (BELLINTANI, 2009, p. 183)

Nos primeiros anos da Missão, houve um grande apoio aos oficiais franceses.

Contudo, devido às instabilidades políticas causadas pelo governo vigente e aos poucos recursos financeiros, a Missão não conseguiu atender a tudo o que estava posto no contrato. O chefe da Missão, general Maurice Gamelin, encontrava dificuldades para aplicar o projeto.

Outro problema encontrado, de acordo com Bellintani (2009), era a atuação restrita nas Escolas Militares, em que os oficiais que nelas ingressavam temiam o seu prestígio ser atingido por ideias reformadoras e por militares estrangeiros, o que só mudou com Setembrino de Carvalho, que alterou esse panorama, colocando a Escola Militar sob influência francesa.

A posição dos franceses foi enfim direcionada, adicionando-se novas cláusulas ao contrato estabelecido, definindo-os como consultores técnicos. Também foi decidido acerca da participação dos oficiais franceses, que estavam restritos da elaboração de planos de defesa nacional.

No ano de 1925, houve a substituição do general Maurice Gamelin pelo general Frédéric Coffec, e de Setembrino de Carvalho por Nestor Sezefredo dos Passos, tendo Coffec uma posição favorável ao desejado pelo Estado-Maior quanto à posição política dos militares franceses.⁷

Concomitantemente, o general Augusto Tasso Fragoso também teve papel fundamental na orientação e na definição da atuação dos militares franceses na Missão, concentrando as funções deles como meramente de auxílio, excluindo o comando das Escolas Militares. Também frisou o diálogo

entre a Missão e o Estado-Maior, assinando novo contrato nas questões de mobilidade e transmissão.⁸

A Missão foi estendida a outros locais, por meio de viagens realizadas por oficiais brasileiros e franceses. Os oficiais brasileiros que se destacaram nos cursos foram enviados à França, e a grande maioria destes, após completarem seus estágios fora do país, assumiram o papel de lecionar nos cursos das Escolas Militares.

Foram criadas ou afirmadas novas escolas de formação militar: a Escola de Aviação, a Escola de Intendência, a Escola de Administração Militar e Escola Veterinária. Os trabalhos realizados estavam obtendo sucesso, e estes foram apresentados aos altos órgãos militares. O funcionamento do Exército foi acelerado, sendo criados novos órgãos ou abolindo outros em ordem da promoção de mudanças.⁹

A instrução da tropa passou a ser mais objetiva, embora ainda não fosse excelente. Os exercícios em campanha deixaram de ser realizados apenas em áreas próximas aos quartéis, e os aspectos do terreno passaram a ser considerados para o desenrolar da instrução.

Aos poucos, a abordagem de exercícios, que antes vinham sendo trabalhados e que se encontravam de uma forma obsoleta, naquele momento passou a ser inovadora em diversos âmbitos: no comando, na mobilidade, no uso do material bélico, entre outros.

Outra mudança importante foi na doutrina do Exército Brasileiro, a qual foi formulada tendo como base a doutrina francesa. Anteriormente, havia quem acreditava

que a doutrina do Exército era positivista, e outros, mais pessimistas, diziam que ela não existia. Os oficiais franceses auxiliaram nessa formulação, não impondo sua doutrina, mas consultando as características brasileiras, tais como naturais, sociais e econômicas, conforme podemos constatar nos trabalhos de Bellintani (2009 e 2016).

A doutrina serviu para maior profissionalização dos militares brasileiros, pois impunha disciplina e ordem. Segundo Hayes (1991), foi a partir da MMF que começa a se cultivar o duque de Caxias como símbolo do Exército. O método cartesiano era ensinado nas Escolas Militares, o que se mostrou como uma solução para diversos problemas dentro da área militar e acelerou o progresso do Exército.

Assim, toda a doutrina é documentada, juntamente com novas instruções, referentes aos campos do Serviço em Campanha, Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Educação Física e Serviço de Retaguarda.

Um ponto fulminante foi a reflexão sobre a guerra do nosso Exército. Este assumiu uma postura de muita organização e ofensividade frente a ela, assim como os franceses. A iniciativa nesse contexto é um ponto fundamental. As Escolas Militares foram os principais expoentes da transmissão dos ensinamentos pelos franceses.¹⁰

Na Escola de Estado-Maior, foram utilizados de conhecimentos metódicos na formação de oficiais de alta patente. Os franceses formaram professores brasileiros, que dariam continuidade ao processo, dividido em três anos: no primeiro, ficavam de três

a quatro meses na escola e depois estagiavam na sua arma; no segundo, se estudava tática e, no terceiro, se aplicavam os estudos de tática.

A matrícula era feita por meio de concurso. Isso mostra a capacitação dos profissionais que a integrariam. Os franceses fiscalizaram o trabalho que vinha sendo feito nessas e em outras escolas, já que, com o tempo, não havia mais professores franceses atuando. A MMF tornou os estudos dessa escola mais objetivos, técnicos, estratégicos e lógicos.¹¹

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a influência francesa desapareceu com intensidade, e, no ano de 1935, as condições dessa escola ficam precárias pelo excedente de alunos. A MMF atuou nela com grande papel de fiscalização das atividades realizadas e em manobras militares mais reais.

A Escola de Aviação não tem bom progresso com a MMF, já que lá a oposição à Missão era grande, com muitos revoltados com a cláusula que afirmava que só poderia se utilizar de materiais exclusivamente franceses, juntamente com a circulação de ideais revolucionários. Ocorrem séries de acidentes, segundo os franceses, reflexos da indisciplina, inexperiência. A escola estava em crise moral, e a Missão nela é abandonada.¹²

O Centro de Instrução de Educação Física foi uma das escolas mais valorizadas. O ensino da Educação Física era muito importante para os franceses, pois preparava o corpo para as funções militares. Com a MMF, a área se torna pré-requisito essencial na vida militar. Ao final do curso, os milita-

res avançariam seu posto hierárquico automaticamente.¹³

Na área de material bélico, iniciaram-se intensas encomendas de equipamentos para armas específicas do Exército, tais como Cavalaria e Infantaria, o que só não teve tanto sucesso em razão da eclosão da Segunda Guerra Mundial naquele momento.

Os treinamentos se encontravam mais complexos. Também foram realizados os chamados “jogos de guerra”, ainda não tão desenvolvidos como os atuais. O declínio da Missão no Brasil, segundo Bellintani (2016), se inicia com o envolvimento dos oficiais franceses nas questões políticas brasileiras. O sucessor de Coffec, que assume no ano de 1927, o general Joseph Spire, em meio ao grande cenário político brasileiro, manteve uma posição neutra em relação a isso.

O chefe que o sucedeu, no ano de 1930, o general Charles Huntziger, não soube fazer o mesmo, de acordo com Bellintani (2016, p.16):

o que foi evidenciado na participação de oficiais franceses na Revolução Constitucionalista de 1932, oferecendo seus serviços à Força Pública do Estado de São Paulo. Alguns oficiais ainda mantiveram posição de neutralidade, o que trouxe dúvida na forma de atuação que a missão estava tendo, e a fez perder parte de sua credibilidade.

Tudo isso, aliado à oposição de oficiais do EME que ocupavam altos cargos, trouxe muito perigo para o andamento da Missão. Mas esta foi renovada e continuou ativa, com o novo chefe, o coronel Jules Badouin, que

assume no ano de 1933. A partir desse momento, o efetivo da Missão começou a ser reduzido, tanto por razão de compromissos das carreiras dos oficiais, tanto pelos problemas que estavam diminuindo a influência da MMF. Dessa forma, dez oficiais franceses retornaram à França.¹⁴

No ano de 1934, apenas cinco oficiais franceses atuavam no Brasil, e nenhum deles obtinha a patente de general. Esse número subiu para oito oficiais no ano de 1935 e finalizou com cerca de seis oficiais no ano de 1938, momento em que o general Pol Noel comandava a Missão, e o fez com maior delicadeza, não interferindo no desenvolvimento das atividades realizadas de forma radical; pelo contrário, transmitindo os ensinamentos tal como fora decidido pelo general Augusto Tasso Fragoso. Considerava-se que os oficiais brasileiros já poderiam seguir o processo, não sendo mais necessária a ajuda francesa. A Noel substituiu o general Georges Chadebec de la Valade, no ano de 1938, que observou, em solo brasileiro, a derroca da francesa na Segunda Guerra Mundial, comandada pelo general Maurice Gamelin.¹⁵

Paris é invadida, e a França é rendida pelo Exército Alemão, tendo esta que assinar o armistício em setembro de 1940 e, um mês depois, renunciar à missão militar que vinha desenvolvendo no Brasil.

As mudanças no pensamento militar brasileiro: a mística do infante

Uma lição essencial deixada pelos franceses foi a da análise psicológica acerca do grupo militar comandado. Uma tro-

pa é composta de indivíduos. Pessoas que reagem diferentemente a determinados estímulos. Desse ponto de vista, conclui-se a importância da mística no gerenciamento de um grupo.

O Exército Brasileiro, principalmente após a década de 1920, esteve muito atrelado ao conceito de mística militar, fortemente adotado pelos batalhões de Infantaria. A mística faz referência à interação de um militar com a realidade ao seu redor, é uma filosofia que incita o combatente a sentir a própria vida, permanecer envolvido com a introspecção e a espiritualidade. A consciência e a moral de um infante são o que o motivam a agir pelo coletivo, ou seja, defender a pátria.¹⁶

Para Hayes (2001),

Mística militar é um conceito profundo de doutrina e, como ensinado pelos oficiais franceses, é o que mantém uma tropa determinada e motivada para batalhar. (p.14)

Envolve espectros sentimentalistas do combatente para melhorar sua eficiência. A Infantaria faz pleno uso do conhecimento dela, o que se prova em canções, orações, lendas e mitos.

O título de “Rainha das Armas” e a afirmação de que um infante combate em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas são exemplos de um esplêndido e eficiente gerenciamento da mística. O militar de Infantaria, dessa forma, entrelaça seu serviço patriótico a suas percepções de honra e dignidade.

Os novos oficiais formados, influenciados pelos conceitos da França, carregavam essa mesma mentalidade, a de progresso e de inovação. Criou-se uma classe especial, militares que visavam à preparação para novas batalhas, apoiadores da modernização de combate do Exército Brasileiro.

Este foi o momento de evoluir. Cresceu o sentimento, conforme destaca Hayes (2001), de que o Exército não se tornaria apenas um organismo da elite, mas seria símbolo de defesa da pátria. Na época que se seguiu à consultoria dos oficiais franceses, o efetivo de militares operantes cresceu significativamente. O sistema de recrutamento e admissão a novos membros do Exército se expandiu.

Conforme percebemos, a geração militar que se desenvolvia queria, cada vez mais, enaltecer a importância do Exército, não mais se ver manipulada ou secundarizada pelas classes políticas da Guarda Nacional. As Forças Armadas estavam tomando um caráter nacionalmente popular, reforçando a ideia de um povo unido para defender a nação.

Efetivos autorizados do Exército

1880-1930

Ano	Efetivo	Ano	Efetivo	Ano	Efetivo
1850	15.000	1900	28.160	1920	42.977*
1880	13.000	1910	20.096*	1930	43.173*

(*) Não estão incluídos cabos e sargentos

Indubitavelmente, as correntes do positivismo francês e da industrialização global influíram positivamente no processo responsável pela criação do atual Exército Brasileiro. Foram, também, essenciais no nascimento do conceito de Brasil

Tabela 1 – Efetivo do Exército Brasileiro
Fonte: HAYES, Robert A. *Nação Armada*, 1991, p. 123

com nação armada propriamente dita.

O legado da Missão Militar Francesa, conforme esclarece Bellintani (2016), é visto por muitos como um grande sucesso para o Exército Brasileiro e suas armas. Seu auxílio proporcionou as condições para o desenvolvimento da Força Aérea Brasileira como um organismo definitivo. Nesse período, as armas do Exército passaram pela tão almejada especialização. Elas se adaptaram ao cenário moderno inicialmente trazido pelo século XX, conquistando as mudanças que foram aclamadas desde os primeiros críticos progressistas do sistema militar desorganizado e da Guarda Nacional.

Podem-se ver claramente os reflexos dos rumos tomados nesse período nos mais diversos âmbitos das instituições militares. A eficiência atual das Forças Armadas do Brasil é o mais puro sinal de como a organização militar do Brasil foi capaz de aprender e se adaptar, para enfim ascender e continuar se aprimorando, como podemos constatar com os progressos alcançados em especial na Arma de Infantaria.

A influência francesa na evolução da Arma de Infantaria

Em meio a tantas reformas, marcada eternamente na história do Exército Brasileiro, a Arma de Infantaria representou uma das maiores superações dentre o êxito estratégico e administrativo obtido com a Missão Militar Francesa. O equipamento, a organização, a atuação, até mesmo a motivação das tropas infantis, todas foram características trabalhadas em prol da eficiência e da defesa da pátria pela **Rainha das Armas**¹⁷ (grifo nosso).

A ascensão da Infantaria brasileira contou com a efetiva participação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. A instituição, fundada sobre as motivações da Missão

Francesa, foi um meio de especialização entre as diversas armas do Exército Brasileiro, principalmente as de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Com a função histórica de conquistar terreno, as tropas de Infantaria tiveram seus objetivos aprimorados e adaptados em relação às legiões da antiguidade. Por fins estratégicos, o Estado-Maior do Exército direcionou a Infantaria a participar de embates com propósitos ofensivos e defensivos, missões de patrulha ou perseguição e auxílio em obras de infraestrutura regidas pelo Exército. Atualmente, percebe-se a grande participação desses regimentos em missões de paz e de utilidade pública.¹⁸

A cronologia da arma apresenta uma visão de grande contraste. É interessante notar as mudanças e diferenças entre a Infantaria do período em que o Brasil adotou o regime republicano, quando a Guarda Nacional se submeteu ao Ministério da Justiça, e a Infantaria do entreguerras, após a convocação da Missão Militar Francesa em 1919, era de consolidação de um novo Exército Brasileiro.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os altos comandantes das tropas de Infantaria da Guarda Nacional se limitavam a latifundiários e senhores da alta burguesia. As divisões do Exército permaneciam enfraquecidas, desorganizadas em logística e precárias em armamento. Como se não bastasse, eram ofuscadas pelo domínio da Guarda Nacional na política.

Nos conflitos, apesar da anárquica esfera estratégica das divisões infantis, os soldados seguiam uma formação padronizada. Esse fator, em específico, não era muito eficiente. Os padrões se assemelhavam a formações de batalha da antiguidade e do período medieval. Linhas retas rígidas com aposta total no poder de fogo e nas proporções do efetivo. O Brasil punha seu Exército em si-

tuações desfavoráveis por não acompanhar as invenções táticas trazidas com as guerras modernas.¹⁹

Tendo em mente a secundarização do Exército Brasileiro da época, é evidente a evolução gloriosa contida no histórico da Arma de Infantaria. A Missão Militar Francesa trouxe a solução para muitas questões que assolavam o poder bélico brasileiro. Inspirada no Exército Francês, em comunhão com seus instrutores, a Infantaria brasileira moderna pôde desenvolver suas estruturas a partir de princípios físicos e morais consistentes.

Os soldados de Infantaria assumiram novas organizações. Ocorria a diversificação das armas e a necessidade de atender aos vários aspectos de uma guerra. Os pelotões passaram a ser divididos em grupos de combate, o elemento básico nas unidades de Infantaria. Esses grupos se especializavam de modo a adaptar a tropa para o conflito e fornecer mobilização e controle melhores ao pelotão.²⁰

Conclusão

A partir da pesquisa realizada, pode-se concluir que a Missão Militar Francesa trouxe uma grande contribuição para a atual conjuntura militar brasileira, de forma que diversas áreas militares foram criadas ou desenvolvidas, aumentando a capacitação e a profissionalização do Exército Brasileiro, inserindo-o num excelente panorama de visão mundial, consagrando-o como uma das grandes instituições nacionais, incluindo-o nos contextos de guerra e paz, como se deu na participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial, que sucedeu-se à MMF.

A MMF despertou no Brasil a formação de um plano de defesa nacional, privilegiando a guerra e se preocupan-

do com o inimigo.

O sucesso é inegável, o contrato inicial era de quatro anos, mas a Missão foi renovada seis vezes, durando vinte anos. Os oficiais franceses que participaram da MMF têm grande participação na história militar brasileira, possuem grande prestígio e honra por elevarem o status de nosso Exército. Todos cumpriram sua missão com êxito.

Por fim, pode-se dizer que a Missão Militar Francesa possui um caráter fundamental na formação do que hoje é o Exército Brasileiro. Seja na criação de armas ou no aprimoramento das já existentes, na hierarquia e disciplina militar, a contribuição do movimento é inegável.

Seu papel na ascensão da mística militar no Brasil possibilitou o vínculo entre os objetivos do Exército e a vontade da pátria. Tal filosofia impulsionou a Infantaria rumo ao cenário de guerra moderna no século XX. A consultoria francesa enalteceu a posição do Exército como a grande salvação nacional.

Os ideais positivistas e progressistas semeados levaram o campo militar intelectual a novos patamares. O chamado movimento tenentista da década de 20, realizado principalmente por jovens oficiais, teve suas raízes nas reformas promovidas na instituição. Os jovens tenentes eram de uma nova geração, que, influída pela mística, passou a questionar certas imposições da época. Portanto, é axiomático que a Missão tenha afetado profundamente a história brasileira como um todo.

O Exército Brasileiro se profissionalizou graças a sua ascensão no espectro ideológico. O acordo bilateral que solicitou a atuação da Missão Militar Francesa merece ser memorado e reconhecido pela digníssima atitude de cooperação e progresso entre ambas as nações.

Em paralelo, engajada permanece a

Infantaria na tarefa de cultivar a doutrina mística e solidificar a potência do Exército Brasileiro. Ora avançando contra as intempéries no campo de batalha, ora cultuando o civismo em tempos de paz, entendendo a defesa pelo território nacional.

E se há tamanha força estrutural no interior dos regimentos infantis, sabe-se a razão histórica para tal. Por esses e outros motivos, a reforma positiva do Exército Brasileiro no século XX é um evento memorável em todas as esferas da história militar. **REB**

Referências

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Volume I.698 f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

_____. **Relações França-Brasil**: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. Meridiano 47, ano 17, mar 2016.

Guia de Operações Militares. A Evolução Recente da Infantaria. Disponível em: <operacoesmilitaresguia.blogspot.com/2016/12/a-evolucao-recente-da-infantaria.html>. Acesso em: 11 jun 18.

HAYES, Robert A. **Nação Armada** – a Mística Militar Brasileira. Biblioteca do Exército, 1991.

MAGALHÃES, João B. **A Evolução Militar do Brasil**. Biblioteca do Exército, 2001.

Sites consultados na Internet

Academia Militar. Mestrado Integrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria. Disponível em: <academiamilitar.pt/infantaria.html>. Acesso em: 14 jun 18.

A Liderança e a Mística. Disponível em: <eblog.eb.mil.br/index.php/a-lideranca-e-a-mistical.html>. Acesso em: 14 jun 18.

A Missão Militar Francesa de 1919. Disponível em: <educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2009/09/23/000.htm>. Acesso em: 15 jun 18.

O Brasil na Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <www.suapesquisa.com/primeiraguerra/brasil_primeira_guerra.htm>. Acesso em: 11 jun 18.

<www.ahimtb.org.br/DOUTRINA%20DA%20INFANTARIA%20(2).pdf>. Acesso em: 13 jun 18.

<cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>. Acesso em: 31 maio 18.

<www.infoescola.com/historia-do-brasil/guarda-nacional/>. Acesso em: 10 maio 18.

<cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 10 jun 18.

<www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_FrancaBrasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em: 31 maio 18.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

-
- ¹ Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que, a partir de 1913, se destacou por seu engajamento no processo de modernização do Exército Nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e, ao retornarem a seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista. Disponível em: <//cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 10 jun 18.
- ² Disponível em: O Brasil na Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <www.suapesquisa.com/primeiraguerra/brasil_primeira_guerra.htm>. Acesso em: 11 jun 18.
- ³ Disponível em: <//cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>. Acesso em: 31 maio 18.
- ⁴ Inspirada nos moldes franceses, a **Guarda Nacional** foi instituída a partir da lei de 18 de agosto de 1831, em um período conturbado do Primeiro Reinado, marcado por questionamentos e rebeliões contra o Império. A sociedade questionava a capacidade do Exército em garantir a ordem, a segurança e a soberania do território nacional. Disponível em: <www.infoescola.com/historia-do-brasil/guarda-nacional/>. Acesso em: 10 maio 18.
- ⁵ Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_Franca-Brasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em: 31 maio 18.
- ⁶ Idem.
- ⁷ Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_FrancaBrasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em: 31 maio 18.
- ⁸ A Missão Militar Francesa de 1919. Disponível em: <//educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2009/09/23/000.htm>. Acesso em: 15 jun 18.
- ⁹ Idem.
- ¹⁰ A Missão Militar Francesa de 1919. Disponível em: <//educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2009/09/23/000.htm>. Acesso em: 15 jun 18.
- ¹¹ A Missão Militar Francesa de 1919. Disponível em: <//educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2009/09/23/000.htm> Acesso em: 15 jun 18.
- ¹² Idem.
- ¹³ Id. Ibid.
- ¹⁴ Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_FrancaBrasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em: 31 maio 18.
- ¹⁵ Disponível em: <www.researchgate.net/publication/299500169_Relacao_FrancaBrasil_o_legado_da_Missao_Militar_Francesa_1920-1940_para_o_Exercito_Brasileiro>. Acesso em: 31 maio 18.
- ¹⁶ Disponível em: A Liderança e a Mística. Disponível em: <//eblog.eb.mil.br/index.php/a-lideranca-e-a-mistical.html>. Acesso em: 14 jun 18.
- ¹⁷ Disponível em: Guia de Operações Militares. A Evolução Recente da Infantaria. Disponível em: <//operacoesmilitaresguia.blogspot.com/2016/12/a-evolucao-recente-da-infantaria.html>. Acesso em: 11 jun 18.
- ¹⁸ Disponível em: Academia Militar. Mestrado Integrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria. Disponível em: <//academiamilitar.pt/infantaria.html>. Acesso em: 14 jun 18.
- ¹⁹ Disponível em: <www.ahimtb.org.br/DOCTRINA%20DA%20INFANTARIA%20(2).pdf>. Acesso em: 13 jun 18.
- ²⁰ Disponível em: Guia de Operações Militares. A Evolução Recente da Infantaria. <//operacoesmilitaresguia.blogspot.com/2016/12/a-evolucao-recente-da-infantaria.html>. Acesso em: 11 jun 18.

